

Resiane Silveira (Org.)

Caminhos da Luz Ensinaamentos em Religião

Resiane Silveira (Org.)

A black and white photograph of a person walking away from the viewer up a stone path that leads into a dark, wooded tunnel. At the far end of the path, a brilliant, circular light source creates a strong lens flare, illuminating the path and the person's silhouette. The trees on either side of the path are dense and their branches are visible against the light.

Caminhos da Luz Ensinaamentos em Religião


Editora
UNIESMERO

v.1 - 2024

2024 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Resiane Paula da
Caminhos da Luz: Ensinaamentos em Religião - Volume 1 /
Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG): Editora
Uniesmero, 2024. 143 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5492-080-3

DOI: 10.5281/zenodo.13119380

1. Religião. 2. Teologia. 3. Filosofia e teoria da religião. I. Silveira,
Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 210

CDU: 24

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniesmero.com.br/2024/07/caminhos-da-luz-ensinaamentos-em.html>



AUTORES

**ADENILTON MOISES DA SILVA
DANIEL MARQUES RODRIGUES DOS SANTOS
DEISE REGINA BADOTTI BASTOS
DENILSON MARQUES DOS SANTOS
DENISE MARQUES DOS SANTOS
EDUARDO SALES DE LIMA
ELIAS WOLFF
GUILHERME AUGUSTO CARVALHO
HELISON LÁZARO DE SOUZA
JOSÉ CARLOS MORAES
JOSÉ CÉLIO DOS SANTOS
LUCIANO JOSÉ DIAS
MARIA CECILIA FAGUNDES DA COSTA
MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS COSTA LIMA
MOACIR FERREIRA FILHO
RODRIGO FAVERO CELESTE
ROSALIA SOARES DE SOUSA
WELLCHERLINE MIRANDA LIMA**

APRESENTAÇÃO

É com grande honra e profundo respeito que apresentamos ao estimado leitor a obra "Caminhos da Luz: Ensinaamentos em Religião". Este livro, resultado de um trabalho diligente e minucioso, propõe-se a ser uma bússola espiritual, guiando almas ávidas por sabedoria pelos trilhos da fé e do conhecimento religioso.

Nos dias atuais, em que a humanidade enfrenta desafios imensos e complexos, a busca por sentido e compreensão das verdades espirituais se torna mais premente. "Caminhos da Luz" surge como uma resposta a essa necessidade, oferecendo um compêndio de ensinamentos que transcendem o mero intelectualismo, penetrando no âmago do ser humano e iluminando os recantos mais profundos da alma.

A obra, dividida em capítulos tematicamente organizados, aborda de forma erudita e esclarecedora os princípios fundamentais de diversas tradições religiosas. Cada ensinamento é apresentado com rigor histórico, filosófico e teológico, permitindo ao leitor uma compreensão abrangente e profunda das diferentes perspectivas espirituais que compõem o vasto mosaico da religiosidade humana.

Somos convidados a trilhar um caminho de introspecção e descoberta, onde a luz do conhecimento dissipa as sombras da ignorância e nos aproxima da verdade transcendente. Os ensinamentos aqui reunidos não apenas nos instruem, mas também nos inspiram a viver de maneira mais consciente e compassiva, alinhando nossas ações com os valores mais elevados que norteiam a existência humana.

A obra é um convite à reflexão, à meditação e à transformação pessoal. Que cada leitor, ao percorrer estas páginas, encontre a inspiração necessária para iluminar seu próprio caminho e, assim, contribuir para a construção de um mundo mais justo, harmonioso e espiritualizado.

Com gratidão e esperança, oferecemos esta obra ao público, certos de que ela cumprirá sua missão de ser um farol de sabedoria e luz em tempos de incerteza e escuridão.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Capítulo 1 A SIMBÓLICA DOS “VITRAIS” DA SÉ EM BELÉM DO PARÁ <i>Denilson Marques dos Santos; Maria Cecília Fagundes da Costa; Daniel Marques Rodrigues dos Santos; Denise Marques dos Santos</i>	9
Capítulo 2 A FILOSOFIA DO TAO E O CAMINHO PARA A SABEDORIA <i>José Carlos Moraes; Guilherme Augusto Carvalho</i>	24
Capítulo 3 O CONCEITO DE LIBERDADE RELIGIOSA A PARTIR DO CATOLICISMO SEGUNDO O VATICANO II <i>Adenilton Moises da Silva</i>	32
Capítulo 4 QUANDO O “LAICO” SE TORNA DOGMÁTICO: A NECESSIDADE DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS PARA O ENSINO RELIGIOSO <i>Eduardo Sales de Lima</i>	45
Capítulo 5 CAMINHO E DIÁLOGO PARA HUMANIZAR <i>Deise Regina Badotti Bastos; Elias Wolff</i>	54
Capítulo 6 A IGREJA COMO INSTITUIÇÃO E SEU PAPEL LIBERTADOR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE JOHANN BAPTIST METZ <i>José Célio dos Santos</i>	63
Capítulo 7 LEITURA VERDE DA BÍBLIA COMO SINAIS DOS TEMPOS <i>Luciano José Dias</i>	73
Capítulo 8 “PLASTICIDADE TERRITORIAL” DIOCESANA: O CASO DO EPISCOPADO DE JACAREZINHO – PARANÁ (1926-2023) <i>Helison Lázaro de Souza</i>	86
Capítulo 9 TEOLOGIA PÚBLICA: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PÁDUA, FÉ NA UNIDADE DA TRINDADE E VISÃO CONTEMPLATIVA PARA A RECONCILIAÇÃO E A LUCIDEZ <i>Rodrigo Favero Celeste</i>	108
Capítulo 10 O PLURALISMO CONTEMPORÂNEO E O HUMANISMO INTEGRAL COMO POSSIBILIDADE DE ESPERANÇA PARA O ANTROPOCENO <i>Moacir Ferreira Filho</i>	119

Capítulo 11

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR, UMA POSSIBILIDADE REAL NAS PRÁTICAS
DO ENSINO RELIGIOSO**

*Maria da Conceição Barros Costa Lima; Rosalia Soares de Sousa; Wellcherline
Miranda Lima* **129**

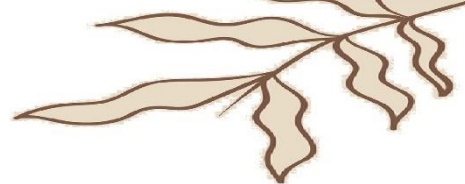
AUTORES

140

Capítulo 1
**A SIMBÓLICA DOS “VITRAIS” DA SÉ EM BELÉM DO
PARÁ**

Denilson Marques dos Santos
Maria Cecilia Fagundes da Costa
Daniel Marques Rodrigues dos Santos
Denise Marques dos Santos





A SIMBÓLICA DOS “VITRAIS” DA SÉ EM BELÉM DO PARÁ

Denilson Marques dos Santos

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião na Universidade do Estado do Pará (PPGCR/UEPA), Docente Efetivo na Secretaria Executiva de Educação (SEDUC-PA) e na Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Ananindeua/PA), dede_cecilia@yahoo.com.br

Maria Cecilia Fagundes da Costa

Assistente Social (Universidade Anhanguera), Especialista em Políticas e Direitos da Criança, Adolescente e Juventude pelo Grupo Educacional YADAIM OVDOT, cecilia8775@yahoo.com.br

Daniel Marques Rodrigues dos Santos

Graduando em Letras/Língua Portuguesa (ICL), Universidade Federal do Pará (UFPA), drodrigues0320@gmail.com

Denise Marques dos Santos

Graduanda em Direito, Faculdade Cosmopolita (Polo Tavares Bastos), dede_lana@hotmail.com

RESUMO

Este artigo parte da pesquisa de Mestrado ainda em andamento em Ciências da Religião (PPGCR/UEPA) e que tem por objetivo compreender a importância de um tipo específico de arte, a saber, os vitrais para religiosos cristãos que se utilizam "in loco", cito Igreja da Sé (Sede da Arquidiocese de Belém) para decodificar alguns preceitos religiosos. Para além de seu aspecto estético, caracterizado pelo mosaico de cores, as iconografias dos vitrais e das pinturas afrescos reproduzem uma função pedagógica que consiste em uma fixação do modelo de fé. Esta teologia iconográfica vista em seu contexto histórico, não pode ser isolada das relações culturais, históricas e sociais que a compõem na contemporaneidade. Destarte, o referido estudo além de

seu caráter histórico-cultural, simbólico-interpretativo, antropológico-social, colabora também academicamente de forma interdisciplinar com a área da História, Ensino das Artes, Hermenêutica da Religião e Teologia. Neste trabalho, ancoramo-nos, principalmente na perspectiva dada pela Fenomenologia da Religião em Mircea Eliade (1992) além de trabalhos de pesquisadores que também seguem a vertente dos pressupostos teórico-metodológicos do tema abordado como: Duby (1988), Eusébio (2005), Manini (2011), Mendonça (2018), Michelotti (2011), Panofsky (2003), entre outros. As palavras: Vitrais, Arte, História, Religião, Religiosidade foram utilizadas como chave de pesquisa caracterizada por uma leitura seletiva do material e dos textos escolhidos. Na Sé, a exposição detalhada dos vitrais foi realizada por meio da fotografia, percebendo assim como os personagens históricos religiosos são retratados neste tipo de arte. O trato a vitrais ainda é um grande desafio, sobretudo no Brasil, uma vez que a bibliografia de referência é escassa e o conhecimento técnico é um privilégio de muito poucos profissionais vitralistas. Mas, justamente por necessitar de esforços técnicos muitas vezes investigativos, é um campo do conhecimento que oferece muitas possibilidades de aprendizado e conhecimento, por isto nosso interesse em estudá-lo.

Palavras-chave: História. Vitrais Religiosos. Pinturas Afrescos. Arte.

ABSTRACT

This article is part of my on going Master's research in Religious Sciences (PPGCR/UEPA), the aim of which is to understand the importance of a specific type of art, namely stained glass windows for Christian religious who use them "in loco", I quote the Cathedral Church (headquarters of the Archdiocese of Belém) to decode certain religious precepts. Beyond their aesthetic aspect, characterised by the mosaic of colours, the iconography of stained glass windows and fresco paintings reproduces a pedagogical function that consists of establishing a model of faith. This iconographic theology, seen in its historical context, cannot be isolated from the cultural, historical and social relationships that make it up in contemporary times. Thus, in addition to its historical-cultural, symbolic-interpretative and anthropological-social character, this study also collaborates academically in an interdisciplinary way with the fields of History, Arts Teaching, Hermeneutics of Religion and Theology. In this work, we are anchored mainly in the perspective given by Mircea Eliade's Phenomenology of Religion (1992), in addition to the work of researchers who also follow the theoretical-methodological assumptions of the theme addressed, such as Duby (1988), Eusébio (2005), Manini (2011), Mendonça (2018), Michelotti (2011), Panofsky (2003), among others. The words: Stained Glass, Art, History, Religion, Religiosity were used as a research key characterised by a selective reading of the material and texts chosen. At the Cathedral, the stained glass windows were displayed in detail using photography, thus revealing how historical religious figures are portrayed in this type of art. The treatment of stained glass is still a great challenge, especially in Brazil, since the reference bibliography is scarce and technical

knowledge is the privilege of very few professional stained glass artists. But precisely because it requires technical efforts that are often investigative, it is a field of knowledge that offers many possibilities for learning and knowledge, which is why we are interested in studying it.

Keywords: History. Religious Stained Glass Windows. Fresco Paintings. Art.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de Mestrado ainda em andamento em Ciências da Religião (PPGCR/UEPA) e tem por objetivo compreender a importância de um tipo específico de arte, a saber, os vitrais para religiosos cristãos (especificamente os leigos católicos) que desta arte em visita ao nosso “loco” de pesquisa, cito Igreja da Sé (Sede da Arquidiocese de Belém/PA), se utilizam também para decodificar seus preceitos religiosos.

Sabemos que, historicamente, a tradição judaico-cristã serviu-se de um variado repertório para expressar a fé. Esta iconografia, assim, teria como objetivo servir para os cristãos como uma pedagogia da fé (prática de caráter antropológico), entrando no campo do cognoscível (daquilo que se pode conhecer) dos mártires religiosos. A fim de descrever esta relação entre religião e arte, na pesquisa utilizou-se como estudo de caso a Sé em Belém do Pará.

A Catedral Metropolitana de Belém (CMB) como também é conhecida localiza-se no Bairro da Cidade Velha, o mais antigo de Belém, sendo a mesma concluída em 1771, com o projeto do arquiteto italiano Antônio José Landi, o que legitima sua história intimamente com a história da Metrópole da Amazônia, a Cidade de Belém do Pará, e também com o Círio de Nazaré.

A CMB valoriza em seu interior a arte dos vitrais (no total de dez) para exposição dos símbolos da fé através do culto e veneração aos santos, bem como situações vivenciadas nas passagens bíblicas onde cujo exemplo os fiéis se edificam. Pois, quando se olha para uma imagem de um mártir religioso estampada nos vitrais ela nos faz refletir que a pessoa ali representada é santa (foi beatificada), vivendo conforme a vontade de Deus, então, é um “modelo de vida” a ser seguido por leigos e religiosos católicos, especificamente.

A iconografia cristã, certamente, foi concebida como um tipo de arte carregada de sentidos e, neste caso, uma via de acesso para compreender um sistema de crenças e práticas sagradas. Deste modo, podemos argumentar que a tradição cristã, em diferentes momentos de sua longa história, procurou reproduzir sua função pedagógica por meio dos símbolos.

Esta comunicação simbólica na perspectiva religiosa se daria, por exemplo, na utilização de um crucifixo para se indicar que é cristão entre outras formas, como uma obra de arte, uma pintura, uma música, enfim, imagens que nos remetam a algum fato que, transportado pela mente, nos possibilite a pensar em algo, mesmo não estando presente. Simbolizamos quando não conseguimos expressar toda a riqueza ou sensação de uma experiência vivida e o fazemos criando um símbolo que a represente, trazendo para o presente sua memória. O crente necessita fazer a experiência do amor e da fé de acordo com o impulso de seu ser mais íntimo, na liberdade ou como uma possibilidade a ser atingida.

Para Cardita (2007, p. 94), “o símbolo é a expressão da comunicação mais profunda e mais densa (sérias) das realidades da experiência religiosa humana.” Estas experiências costumam dar-se em espaços religiosos mediante as mais diversas manifestações rituais litúrgicas ou de culto. Esta integração que o crente faz do amor e da liberdade, como experiência pessoal e profunda na fé, é que dá sentido ao espaço simbólico, como local de manifestação religiosa, assim como a CMB o é.

Em termos teórico-metodológicos, priorizamos a revisão bibliográfica documental, principalmente, do autor romeno Mircea Eliade, além dos trabalhos de pesquisadores que também seguem a vertente do tema abordado como Eusébio, Manini, Mendonça, Michelotti, Panofsky, dentre outros. As palavras vitrais, arte, história, religião, religiosidade foram utilizadas como chave de pesquisa caracterizada por uma leitura seletiva do material e dos textos escolhidos.

A análise temática dos dados coletados foi realizada com base na análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas com o Arcebispo de Belém, primeiramente para autorização da pesquisa se realizar e depois para conhecermos melhor a história da Igreja da Sé (Sede da Arquidiocese de Belém) e sobre a compra e aquisição dos vitrais, assim como com os religiosos e leigos católicos analisando a importância da estrutura simbólica dos vitrais e das pinturas em afrescos nas mudanças de atitude na postura

religiosa dos fiéis depois do conhecimento prévio histórico de seus mártires religiosos através da entrevista, etnografia e da fotoetnografia.

Com relação, a catalogação de todo o patrimônio de vitrais que a CMB possui a mesma foi realizada através da fotografia possibilitando um maior reconhecimento e valorização desta linguagem de arte, bem como sua salvaguarda já que os torna integrante do patrimônio material, imaterial e cultural do Brasil.

Figura 01 - Igreja da Sé / Sede da Arquidiocese de Belém (Loco da Pesquisa).



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

2. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ICONOGRAFIA CRISTÃ

Sabemos que o século XVII, foi marcado também pela reorganização da Igreja face ao cisma protestante que começou com as noventa e cinco (95) teses de Lutero, apresentadas em 1517 à porta da Igreja de Wittenberg. Este conflito teve início na Alemanha sobre a venda de indulgências para financiar a construção da Basílica de São Pedro em Roma.

Lutero questionou esta antiga prática católica, vendo-a como uma fraude para os crentes e observando que só Deus pode salvar os pecadores. Lutero apelou aos nobres alemães para que repudiassem o poder do papa, e embora as suas ações tenham sido inicialmente desvalorizadas pela Igreja Romana, as suas operações foram firmes e levaram de alguma forma a abalar a fé cristã em meados do século XVI (FISCHER, 1986, p. 67).

Em face desta situação, um concílio foi convocado na Cidade de Trento (Itália) em 1545 com o objetivo de abordar os problemas da fé católica contra o avanço mundial do

Protestantismo e como desafio estaria à reafirmação da doutrina tradicional com a fixação de seu conteúdo no que tange a sua fé.

Entre os anos de 1545 e 1563, o Concílio de Trento (CT) teve numerosas interrupções, e foi presidido por variados papas, cito: Paulo III, Júlio III e Pio IV. Na vigésima quinta (25^a) sessão do conselho, realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 1563, foi estabelecida a importância das imagens para a sua função didática e pedagógica.

O texto criado nesta sessão reitera para o "uso legítimo de imagens" para a invocação e veneração dos santos. É dada especial ênfase ao valor simbólico das representações nas quais não deveriam ser, portanto, objeto de idolatria. No texto também se atentou para uma maior fidelidade nas representações e a que se referissem aos textos bíblicos de uma forma concreta (correta).

Após o CT (1545/1563), reconheceu-se o papel pedagógico e didático das imagens destinadas também ao fiel espectador iletrado. Na época, as instituições religiosas católicas especificamente encomendaram um grande número de obras de arte para ornamentar luxuosamente os seus novos recintos religiosos, que também procuravam exibir um aspecto de poder eterno em seus interiores (EUSEBIO, 2005). A Igreja Pós-Tridentina¹ se ascendeu forte e poderosa, reconhecendo também da mesma forma o poder pedagógico e didático das imagens.

Segundo Panofsky (2003), então, os artistas receberam orientações claras para a produção das suas obras e foram instruídos a revisitar e elaborar a série triste da Paixão de Cristo, a história da Virgem Maria e passagens bíblicas cujo objetivo final estaria em conseguir uma maior fidelidade à igreja através de uma maior sensibilidade dos adeptos através das seguintes temáticas, como: o amor, a caridade, a fé, a obediência na perspectiva da religiosidade cristã.

Como reitera Rudolf Wittkower (2007):

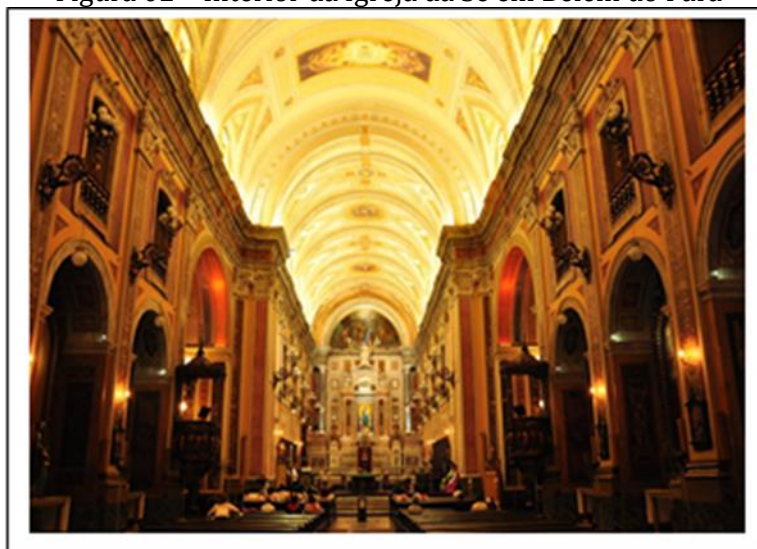
Las nuevas iglesias colocaran, sobre todo a los pintores, frente a una tarea prodigiosa. No sólo tenían que cubrir con frescos enormes espacios de muro, sino que tenían que crear una nueva tradición iconográfica. Había que venerar a santos como San Calos Borromeo, San Ignacio, San Francisco Javier y Santa Teresa; sus vidas, milagros y misiones mundanas y espirituales tenían que ser solemnizadas. Además, de cara al desafío protestante, los dogmas de la Iglesia Católica tenían que ser reafirmadas en pinturas que fortalecieran la fe de los fieles y

¹ A Igreja Pós-Tridentina confirmou os poderes dos intercessores, que seriam os santos da Igreja católica, ou seja, personagens intermediários (guias e advogados, os confessores, os mestres, os mártires da fé) que manteriam a relação entre a vida na terra e a inspiração do céu, junto ao religioso e leigo católico (ARGAN, 1989, p. 77).

captaran sus emociones. Finalmente, respecto a muchas escenas del Antiguo y del Nuevo Testamento y de las vidas de los santos, era necesario un cambio que se alejase de la tradición hacia un énfasis en ejemplos heroicos (David y Goliat, Judith y Holofernes), en modelos de arrepentimiento (San Pedro, el hijo pródigo), en la Gloria del martirio y de las santas visiones y éxtasis, o en acontecimientos íntimos de niñez de Cristo hasta entonces inexploradas. Todo esto indica que se puede hablar verdaderamente de una iconografía contra reformista² (WITTKOWER, 2007, p. 41)

Esta iconografia sugerida pelo Concílio de Trento (1545-1563), de início encontrará resistências, mas já em meados do século XVII, no período denominado Alto Barroco, este novo modelo artístico se espalhará por toda a região da Itália, revestido de metáforas e significações convergentes para explicar toda a mística cristã. E os próprios religiosos em trânsito por regiões da Espanha, Portugal, França e Alemanha, se encarregarão de popularizar em suas igrejas este modelo iconográfico, favorecendo ainda o trânsito de artistas italianos nestes centros, seja a serviço da Igreja ou a serviço das monarquias.

Figura 02 – Interior da Igreja da Sé em Belém do Pará



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

² Tradução do autor: As novas igrejas colocaram, sobre os pintores, uma tarefa prodigiosa. Não só tinham que cobrir com afrescos os espaços enormes das paredes, assim como tiveram que criar uma nova tradição iconográfica. Havia que venerar santos como São Carlos Borromeo, Santo Inácio, São Francisco Xavier e Santa Teresa, suas vidas, milagres, e as tarefas mundanas e espirituais tiveram que ser solenizadas. Além disto, tiveram que enfrentar o desafio protestante, os dogmas da Igreja Católica tiveram que ser reafirmados em pinturas que fortalecessem a fé dos fiéis e capturassem as suas emoções. Finalmente, a respeito de muitas cenas do Antigo e Novo Testamento e das vidas dos santos, era necessária uma mudança que longe da tradição, se enfatizasse em exemplos heroicos (David e Golias, Judite e Holofernes), em modelos de arrependimento (São Pedro, o filho pródigo), na glória do martírio e das visões e êxtases de santos, ou eventos íntimos da infância de Cristo até então inexplorado. Tudo isso indica que se pode verdadeiramente falar de uma iconografia contra reformista (WITTKOWER, Rudolf. Arte y Arquitectura en Italia (1600-1750). Madrid: Ediciones Cátedra, 2007).

2.1 Teologia da Luz

Entre os variáveis elementos iconográficos encontra-se, de modo particular, o objeto de nossa reflexão, a saber, a produção imagética dos vitrais e das pinturas afrescos que para além de seu aspecto estético, caracterizado pelo mosaico de cores, reproduz uma função pedagógica que consiste em uma fixação do modelo de fé.

Eliade (1992) nos diz que:

O homem religioso assume um modo de existência específica no mundo, e, este modo específico é sempre reconhecível. Seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o "homo religiosus" acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real (ELIADE, 1992, p. 37).

Observamos que os vitrais são peculiarmente atraentes, suntuosos e estão em posição (localização) de destaque nas igrejas, basílicas e catedrais cristãs do mundo inteiro. Mesmo um indivíduo que nunca viu um, ao entrar em uma catedral que possui vitrais em seu interior, certamente irá observar as luzes coloridas, suas várias formas e ficará maravilhado. Além deste caráter estético, os vitrais das igrejas católicas não são simplesmente vidros coloridos. Eles são coloridos sim, mas muito mais do que isto. Possuem formas diferentes, tamanhos diferentes, espessuras diferentes e, principalmente, imagens.

Imagens estas que narram uma história tornando um vitral ainda mais atraente, instigante, mas ao mesmo tempo profundo, complexo o seu estudo.

Optamos por utilizar a fotografia como recurso, pois como a etimologia da própria palavra já afirma e Manini (2011) também reitera que: A fotografia é a escrita com luz, o desenho obtido pela luz e isso tem tudo a ver com o tema desta pesquisa, os vitrais, pois são desenhos, imagens que precisam de luz para aparecer.

Manini (2011, p. 21) afirma que:

A fotografia como índice utiliza o discurso da referência para fazer ver a realidade inegável de uma imagem, apesar da consciência dos inúmeros códigos envolvidos em sua construção. Somos privilegiados por através de a fotografia eternizar objetos e fatos importantes, a arquitetura, a arte e eventos históricos.

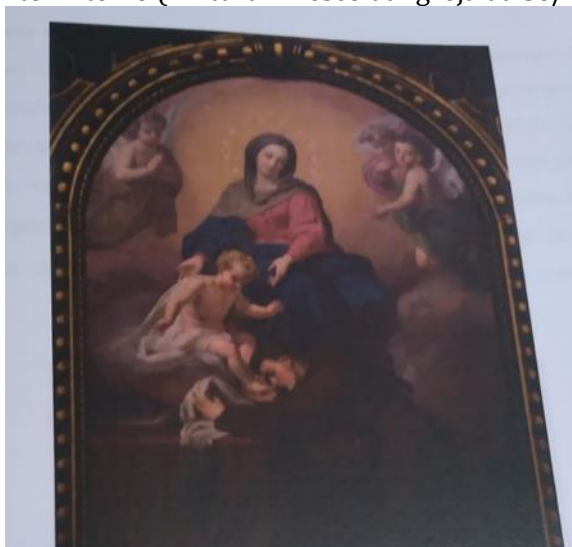
Há uma importante citação de Panofsky (1989) que diz: "Acredito sinceramente que existem coisas que ninguém veria, se eu não as tivesse fotografado". Independente

do valor estético, retrataremos na pesquisa o cultural e o religioso almejando com isto depois da pesquisa concluída que sejam vistos e atribuído o real valor antropológico, histórico, religioso e cultural da referida arte no âmbito nacional e também internacional (SANTOS et al, 2020, p. 789) .

Além disto, até o momento não há nenhum trabalho sob esta perspectiva dedicado aos vitrais e pinturas afrescos da referida Catedral em Belém (PA) e para que não se perca a história e o valor destes, seja durante uma nova reforma, ou um ato de vandalismo, ou ainda por causa naturais, empenhamo-nos em fazê-lo e os seus registros catalogando-os.

Na nave do templo, encontram-se atualmente dez (10) telas. Do lado evangelho, estão dispostas as telas que representam: Sagrada Família, Nossa Senhora do Rosário com São Domingos, Maria Madalena, São Jerônimo e Santa Ana. Do lado da epístola, localizam-se as pinturas São Miguel, Santo Antônio, Santa Bárbara, São Domingos e São Sebastião.

Figura 03 - Santo Antônio (Pintura Afresco da Igreja da Sé/Belém do Pará)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Outras telas da nave central da Catedral: São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário com São Domingos.

Fig. 04 – São Sebastião (Pintura Afresco da Igreja da Sé/Belém do Pará)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Fig. 05 – Nossa Senhora do Rosário com São Domingos.



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

2.2 Criando uma “Teoria Religiosa Perceptiva”

Esta teoria denominada religiosa perceptiva foi desenvolvida no decorrer do estudo a partir das abordagens fenomenológicas utilizadas, cito da Religião ³ e da Percepção ^{4 5}. Nesta nova teoria criada buscamos compreender a experiência religiosa a

³ ELIADE, Mircea. *Op. Cit.* 1992.

⁴ MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Visível e o Invisível*. São Paulo (SP): Perspectiva, 2003.

partir da perspectiva do sujeito que a vivência. Nela, a percepção desempenha um papel central na forma de como os indivíduos se relacionam com o sagrado e constroem significados religiosos.

A estrutura principal desta nova teoria baseia-se nos seguintes fundamentos:

- 1) Reconhece que a experiência religiosa não é apenas individual, mas também possui uma dimensão intersubjetiva. Através da participação em rituais coletivos, comunidades religiosas e práticas compartilhadas, os indivíduos podem vivenciar uma experiência religiosa enriquecida pela presença e interação com outros crentes.
- 2) Valoriza o papel do significado e da intencionalidade na experiência religiosa. Os indivíduos atribuem significado e interpretam simbolicamente os elementos religiosos que percebem, buscando compreender o sentido de sua existência, seu relacionamento com o divino e sua inserção em um contexto religioso mais amplo.
- 3) Destaca que a experiência religiosa é vivida de forma corporal e sensorial, envolvendo emoções, sensações físicas e intuições. Por meio dos sentidos, os indivíduos podem sentir a presença do sagrado, experimentar uma conexão transcendente, experimentar estados alterados de consciência, entre outros aspectos de sua vivência religiosa.

2.3 Ficha Catalográfica como base de dados ao tratamento dos vitrais.

É comum alguns vitrais, técnicas ou objetos possuírem mais informações disponíveis do que outros, e isso é um desafio aos pesquisadores dessa tipologia de acervo. De qualquer forma, o ideal é que cada exemplar receba um número de registro próprio e uma ficha catalográfica individual, para melhor gerenciamento de informações, para garantir a qualidade da sua manutenção e perpetuar sua existência (MICHELOTTI, 2011, p. 49).

Desastre, nesta pesquisa utilizou-se a ficha catalográfica de Denise Michelotti (2011), servindo como base de dados para o adequado tratamento dos vitrais mais especificamente os da Sé de Belém-Pará que foi dividida em dois momentos:

⁵ *Ibidem*, 2003, p. 49. Merleau-Ponty argumenta que: A percepção não é apenas uma atividade sensorial, mas também uma forma de compreender o mundo e de nos relacionarmos com ele. Ele critica a visão tradicional que separa sujeito e objeto, argumentando que a percepção é uma atividade que envolve uma interação constante entre o corpo, a mente e o ambiente.

Identificação e características do objeto e a ficha catalográfica especializada em vitrais como demonstra as imagens abaixo:

Figura 06 - Modelo de Ficha Catalográfica/Parte I e II

FICHA CATALOGRÁFICA	ESPECIALIZADA EM VITRAIS	ARQUIVO DE FOTOGRAFIAS:				
		RADIOGRAFIA:				
		MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO				
		VIDRO:	CHUMBO:	PINTURA:		
		CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO				
		VIDRO:	CHUMBO:	PINTURA:	VEDAÇÃO:	RESTAURAÇÃO PREVIA
		AÇÕES TOMADAS:				
		MATERIAIS:				
		RECOMENDAÇÕES:				
		LAUDO DE CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO:				
CONSERVADOR:					DATA:	

FICHA CATALOGRÁFICA	IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	LOGO MARCA DA INSTITUIÇÃO NOME DA INSTITUIÇÃO		
		Nº DE TOMBO:	Nº DE REGISTRO:	
		CLASSE	SUBCLASSE	TERMO
		COLEÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
		NOME DA OBRA:		
		AUTOR:		
		PROCEDÊNCIA:		ORIGEM:
		AQUISIÇÃO: ☒ DOAÇÃO ☐ COMPRA ☐ PERMUTA ☐ TRANSFERÊNCIA		DATA:
		DIMENSÕES: ALTURA: LARGURA:	CONSERVAÇÃO: ☒ EXCELENTE ☐ BOM ☐ REGULAR ☐ RUIM	
		MATERIAL		
HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO	MARCAS E INSCRIÇÕES	IMAGEM		
ICONOGRAFIA	BIBLIOGRAFIA:			
DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO			

Fonte: Adaptada pelo Autor em 2022 (MICHELOTTI, 2011, p. 45)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos a pesquisa trazendo a público todo o patrimônio de vitrais que a Sé de Belém (PA) possui, dando a mesma uma maior conceituação e instrumentalização para sua salvaguarda e tombamento se ainda não possuir. Destarte, buscamos com o estudo também incentivar e valorizar o reconhecimento desta linguagem de arte como integrante da memória e patrimônio material e cultural de Belém do Pará. Pois, sabemos que o trato a vitrais ainda é um grande desafio, sobretudo no Brasil, uma vez que a

bibliografia de referência é escassa e o conhecimento técnico é um privilégio de muito poucos profissionais vitralistas.

Mas, justamente por necessitar de esforços técnicos muitas vezes investigativos, é um campo do conhecimento que oferece muitas possibilidades de aprendizado e desenvolvimento, por isto nosso interesse em estudá-lo e publicá-lo.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **L'age baroque**. Gêneve (IT): Editons d'Art Albert Skira, 1989.

CARDITA, Ângelo. **O Mistério, o Rito e a Fé**: Para uma recondução antropológica da teologia litúrgico-sacramental. Lisboa (PT): Bond, 2007.

EUSÉBIO, Maria de Fátima. **A apropriação cristã da Iconografia Greco-latina**: O tema do Bom Pastor. Universidade Católica Portuguesa. Dep. de Letras. Viseu (PT): Máthesis, 2005.

FISCHER, Joachim. **Ensaaios Luteranos**: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo (RS): Sinodal, 1986.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, memória e informação: Um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da Imagem**, (UEL/PR), n. 8, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/dominiosdaimagem/index.php/dominios/article/view/127> Acesso em: 10 jun. 2021.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **A imagem**: Uma janela para o invisível. Belém (PA): Marques Editora, 2018.

MICHELOTTI, Denise. **Arte em vitrais**: A salvaguarda, a extroversão e a sociomuseologia. Dissertação de mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Museologia, 2011.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. Lisboa: Arcádia, 1979.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1992.

PANOFSKY, Erwin. **O significado nas artes visuais**. Lisboa (PT): Editora Presença, 1989.

SANTO AGOSTINHO, Confissões de – livro Décimo, “Sobre a memória”: Cap. VIII a XXI. In: **Santo Agostinho** - Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, p. 176-187, 1984.

SANTOS, Denilson Marques dos; COSTA, Maria Cecília F. da.; SANTOS, Denise M. dos. Utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino da língua inglesa e

seus desafios na formação docente. **Práxis Educacional**, (UESB/BA), v. 16, n. 41, p. 787-801, Edição Especial, set. 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i41.6483.

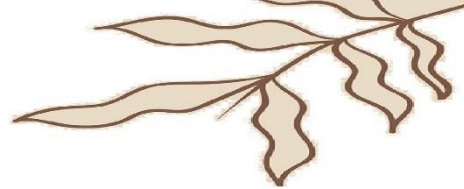
WITTKOWER, Rudolf. **Arte y Arquitectura em Italia (1600-1750)**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007.



Capítulo 2
**A FILOSOFIA DO TAO E O CAMINHO PARA A
SABEDORIA**

José Carlos Moraes
Guilherme Augusto Carvalho





A FILOSOFIA DO TAO E O CAMINHO PARA A SABEDORIA

José Carlos Moraes

Mestre em Teologia pela PUC PR. Professor na graduação em Ciências da Religião, no Centro Universitário Internacional Uninter. Contato: moraes.tesoureiro4398@hotmail.com

Guilherme Augusto Carvalho

Mestrando em Filosofia pela UEM PR. Professor nas graduações em teologia e filosofia. Contato: guilhermehaw@gmail.com

RESUMO

A busca pela sabedoria é um tema por demais abordado. Definir o que é sabedoria, bem como, encontrar a melhor fórmula para encontrá-la, é sempre um desafio. A proposta deste trabalho, é justamente prescrutar o caminho proposto por Lao Tsé, entender sua filosofia e as técnicas que ajudam alguém a conseguir a apropriação desta sabedoria, partindo desta forma do seu livro Tao Te Ching e das obras de comentadores especializados. Como resultado, constatamos como o Taoísmo tem como premissa a sabedoria. Trata-se de uma corrente filosófica originada na China, durante o período intitulado Reinos Combatentes, e três grandes escritos a representam: O *Tao Te Ching*, o *Chuang Tzu* e o *I Ching*. Lao Tsé, pode ser ou não, o principal compilador desta filosofia, pois, o *I Ching* (um dos mais antigos escritos da China), já existia muito antes de sua vinda, e já destinava o *Tao* como a atuação entre o yin e o yang. Na obra Tao Te Ching, Lao Tsé fala sobre o caminho da sabedoria e propõe este caminho, para que o sábio consiga encontrá-la. Segundo ele, partindo da vida simples, aliado a uma ética primária, é possível cultivar uma vida sábia. Lao Tsé, não obteve o mesmo sucesso obtido por outro grande mestre chinês, Confúcio, entretanto, sua sabedoria tem um diferencial, a simplicidade, descrita por meio de ideogramas (escrita chinesa), e se obtém este ensino, por meio dos estudiosos contemporâneos, sendo um entendimento teórico desta corrente nos mais variados idiomas. O *Tao Te Ching*, livro em que acampa os ensinamentos da sabedoria, possui oitenta e um poemas, é permeado de pura sabedoria e direcionamento ético, algo que suplanta questões mais íntimas e sensoriais da psiquê humana. O *Tao* significa a Essência das coisas, o Uno, o Tudo; o *Te* mostra o caminho para os adeptos; e o *Ching*, corresponde ao livro. Tudo embasado e de difícil tradução, o *Tao*

causa divergência entre os tradutores, Deus, caminho, razão, verbo, logos, seriam possíveis significados para a palavra *Tao*, pois, Lao Tsé criou algo transcendente, fatores primordiais para se compreender a essência para este caminho. O simbolismo do *Tao*, é representado pela figura intitulada *Tei-gi*, um círculo vazio que recebeu a inserção do *yin* e *yang*, uma lei de princípios opostos que governam o universo, (exemplificando: bem e mal, masculino e feminino, sol e lua), e este *Tao*, como caminho, remete a três sentidos: uma realidade praticamente imperceptível aos humanos; o caminho que move todas as coisas e finalmente, o caminho por onde trafega a vida humana, um modo de se viver corretamente e, dentro do Taoísmo, principalmente, viver de forma mística e sábia. Ao entendermos estes princípios, delimita-se os passos desta caminhada a fim de percebermos o ponto de partida para que a sabedoria do Tao vire uma ação prática e frutifique em um modo de vida sábio.

Palavras-chave: Sabedoria. Essência. Simplicidade.

1. Introdução

Da mesma forma que Platão e Aristóteles influenciaram o seu meio na antiga Grécia, tal qual na China, Confúcio e Lao Tsé inspiraram o cerne do pensamento chinês e ofereceram um caminho para o seu consecutivo desenvolvimento, os dois sábios existiram meio que perto do mesmo período, distante apenas de uma geração. À vista disso, não podemos afirmar que um tenha sido discípulo do outro. Contudo, ambos os pensadores, caso partamos da tradição chinesa (visto que há um embate sobre o fato de Lao Tsé ter existido ou não), tiveram contato um com o outro (STÖRING, 2022, p. 75).

Cumino (2008) relata que a cultura chinesa, tem sua forma de expressão para o nome Deus, em três vertentes: Na primeira, o Tao, que é algo de muita amplitude nesta cultura, transcendendo aos conceitos intelectuais; o *Pan Ku*, deus criador, que saiu do ovo da criação, após a luta dos princípios Yin e Yang; e *Chang Ti* para os antigos chineses, onde o imperador representa Deus na terra. Explicando, o Yin e Yang, para Becker (2019), são duas forças cosmológicas contrárias da filosofia chinesa, onde todas as coisas se subordinam.

Ao princípio Yin corresponde o negativo, o feminino, o obscuro, a terra, a passividade, a umidade, a linha interrompida; ao princípio Yang o positivo, o masculino, a claridade, o céu, a atividade, o seco, a linha contínua. Os dois princípios representam a polarização na qual foi separada a unidade primordial. São representados como um círculo simetricamente dividido por uma linha serpenteada. Dos dois campos

resultantes um é escuro, o outro claro, mas têm no centro um ponto na cor do campo oposto, para indicar a recíproca dependência dos dois princípios. (BECKER, 2019, p. 301).

Ao observar este conceito, compreende-se que as forças cósmicas, Yin e Yang, não se opõem com hostilidade, mas se encontram e influenciam, aumentando ou diminuindo esta influência em períodos temporais.

O Tao Te Ching, conforme explica Norden (2018, p. 158), é uma clássica e famosa obra da literatura do mundo. E em conjunto com a Bíblia e o Bhagavad Gita, é um dos três livros que mais foram traduzidos, sendo que a abrangência da sua filosofia é muito grande em várias culturas. [...] Apesar disso, o livro possui uma propensão de ser interpretado de forma equivocada, além das próprias adaptações indevidas. Isso acontece, particularmente, por conta do fato que, por mais que ele tenha sido traduzido para muitos idiomas diferentes, a obra em muitos momentos possui uma tradução equivocada.

A obra intitulada de Tao Te Ching, é a fonte no qual o Taoísmo se fundamenta, a obra é denominada de Tao e Te. Sendo que Tao significa ordem, norma do mundo e Te significa força vital, sendo tais ensinamentos conceitos da China antiga, dos quais o próprio Confúcio terminou por formular uma interpretação diferente do Taoísmo (GAARDER et al, 2001, p. 80).

O livro é uma pequena obra com não mais do que 25 páginas, estando desta forma dividido em 81 capítulos. O autor do livro é desconhecido, mas segundo a lenda, o autor foi o pensador Lao Tsé, tendo ele vivido no século VI a. C., sendo ele um filósofo que viveu na mesma época de Confúcio (GAARDER et al, 2001, p. 80).

2. Breve Biografia de Lao Tsé

Para Cumino (2008), o Taoísmo surge na China em torno de 570 a.C. A corrente iniciada por Lao Tsé, (que significa jovem sábio, ou adolescente maduro), que viveu na corte imperial da China, por aproximados 40 anos, trabalhando como historiador e bibliotecário. Fontes (2019) afirma que Lao Tsé, conhecido também por Li Tan, grande erudito em sua época, por ser bibliotecário, teve contato com muitos textos clássicos da época; depois, abandonou a vida pública e fez como todos os pensadores da época, foi para perto da natureza, residia em uma choupana próxima do Rio Lo, ao lado das montanhas, pensar nas questões existenciais do ser humano. Lao Tsé tem em sua

doutrina, uma preocupação com a humanidade e suas intrigas, como partes da natureza, sendo equilibrados, se guiados pelo Tao.

Lao Tsé, segundo Andrade (2020), é alguém que não gostava de honrarias, possivelmente nascido em 604 a.C., esta data é criticada por muitos, que afirmam sua existência no tempo das Cem Escolas de Pensamento, dois séculos após 604 a.C. e sua estátua presente em templos taoístas, é venerada por muitos seguidores.

3. O Tao e o caminho da sabedoria

Wu (2001) afirma que o I Ching teve sua escrita entre 5577 a.C. e 479 a. C., e durante este período, houve a compilação de quatro sábios neste escrito, e que em muito, influenciou a cultura chinesa. É o Tao do sentido do universo e do caminho do homem. Esta influência se apresenta com os ensinamentos presentes em duas Escolas: Confucionismo e Taoísmo.

Diante do Taoísmo, ao estudar esta corrente, compreende-se que a ideia central do pensamento de seu fundador, Lao Tsé, é o Tao, tendo um significado primário de caminho, e razão como significado secundário. A filosofia do Tao partindo da ideia de caminho ou como lei celeste, surge em um primeiro momento na religião da antiga China; sendo que tal conceito é também usado por Confúcio e a sua doutrina, no entanto, tendo outra definição; sendo que em sua filosofia o termo não é o cerne de seu pensamento, como foi para a filosofia de Lao Tsé. O ensino de Lao Tsé e a sua doutrina filosófica (e também religiosa) que existiu em seu país é denominado de Taoísmo, um termo oriundo da palavra Tao (STÖRING, 2022, p. 76).

No amago do termo, o Tao é o pilar infinito do mundo. Ele é a lei no qual se originam todas as outras leis, sendo ela o padrão de todos os padrões. E em um primeiro momento, veremos como a filosofia de Lao Tsé é bem diferente da filosofia de Confúcio, à proporção que o termo segue por uma via muito mais metafísica (o homem se guia pelos padrões terrenos, a terra se guia pelos padrões do céu, e o céu pelo Tao, sendo que o Tao se guia por um padrão próprio). Ao passo que o Tao se fundamenta em si, seu significado pode ser traduzido pelo termo “absoluto”. Além do fato da palavra ser inteligível e difícil de nominar (STÖRING, 2022, p. 76).

Colli (2019) argumenta, que o Tao não é deus, não é algo pessoal, mas sim, uma filosofia de vida, um compilado de regras da ética e moral, e vale frisar, que as origens do

Taoísmo, são ainda mais antigas que a compilação do Tao por Lao Tsé. Quanto a transformações que aconteceram no Taoísmo, é preciso esclarecer, no tocante a correntes que se desmembraram, e instauraram uma religião nesta Filosofia:

O taoismo só se transformou em religião entre os séculos I e VII de nossa era, quando os ancestrais rituais mágicos e a filosofia uniram-se à devoção. Isso se deu por influência de Zhang Daoling, um guia espiritual carismático. Seus descendentes completaram a tarefa de transformar uma filosofia em uma religião organizada, dotando o taoismo de um sistema completo, com liturgias e sacerdócio. (COLLI, 2019, p. 100).

Não é possível nem contactar e muito menos identificar o Tao, é possível ao menos interiorizar o conceito dado que com humildade e submissão percebemos a sua atividade por meio das leis da natureza e no decurso do universo onde o Tao se torna a medida e a diretriz pelo qual seguimos. Contudo, tal ação exige que se afaste da nossa mente, tudo o que pode atrapalhar a nossa caminhada rumo ao Tao e de todas as distrações que nos afasta dele, é assim que o ser humano mesmo entre as suas atitudes exteriores no mundo, estando ele livre interiormente, consegue se abrir a força que governa tanto o céu quanto a terra. É desta forma, que as pessoas conseguem se voltar para a ética do Tao Te King (STÖRING, 2022, p. 76-77).

O indivíduo que não consegue perceber como as coisas não tem valor algum, com exceção do Tao, não está apto de instruir alguém sobre uma ética dos desejos de agir por si ou do agir em busca do êxito. A base da filosofia de Lao Tse não é uma vida de ascese ou uma vida desligada do mundo. O seu propósito é ensinar sobre um ponto central no pensamento chinês, que seria o correto meio. Um indivíduo precisa viver e agir em seu meio, de tal forma em seu âmago, como se ele não fosse desta terra (STÖRING, 2022, p. 77).

A ética do Tao parte de uma palavra central que é a vida simples. A simplicidade evita o lucro, a astúcia, o luxo, o egocentrismo e o anseio por objetos superiores. O indivíduo que é realmente perfeito, anseia não ter desejos, não valoriza a posses que são difíceis de se obter. Se alguém conseguir alcançar este grande vazio, conseguirá cultivar aquela segura serenidade (STÖRING, 2022, p. 77). Lao Tse complementa:

Em vez de persistir e ficar cheio de si, é melhor parar. Não se consegue preservar uma lâmina sempre afiada. Não se pode conservar uma sala cheia de ouro e jade. Riqueza, opulência e arrogância causam infelicidade. Retirar-se quando realizada a obra: assim é o Dao do Céu (2022, p. 25).

A pessoa iluminada é alguém que não tem preocupação e regressa ao florescimento da criança. Tal indivíduo é alguém livre, macio, e exatamente por conta disso, ele consegue enfrentar todos os embates da vida. Visto que o que é macio supera a dureza [...]. Os atributos da pessoa nobre são justamente a capacidade de se despojar de si e o desapego (STÖRING, 2022, p. 78).

Desta forma, Colli (2019) argumenta que o Taoísmo insere em seus membros, o discernimento para distinguir os mestres e os falsos mestres. As três virtudes abundantes para um mestre, se constituem de três pilares: sinceridade em primeiro lugar, o que sucede entre o discurso de alguém e a sua prática, em segundo lugar, simplicidade, afinal, a verdade é algo simplório e não requer nenhum culto ou ritual prático, e o terceiro, o bom humor, a alegria, um estado de espírito natural que exala do ser naturalmente. Neste interim, se apresenta o mestre verdadeiro com seu caráter sábio, pacificador e que tem a palavra certa que o momento exigirá.

O Tao é infinito, não muda e não se alterna, e manter a chama acesa, mostra ao ser o caminho reto e devido que o homem seguirá em sua trajetória nesta terra, as boas práticas são cruciais, a vida simples e tranquila, faz bem ao ser, acrescentando o fato de se estar consonante com a natureza do universo, e a sabedoria de Lao Tsé tinha conexão com a natureza, e esta contemplação era quem trazia paz de espírito, com a ajuda do Tao, nas forças do yin e yang, seriam o aspecto que traria o estado harmônico que acontece no equilíbrio destas forças.

4. Conclusão

Ao chegar aos oitenta anos, Cumino (2008) relata que Lao Tsé cruza a fronteira da China, e entrega, a pedido do guarda da fronteira, um resumo de sua filosofia, que se constitui no Tao Te Ching, e após este momento, nunca mais se teve notícias deste sábio. Andrade (2020) relata que existem opiniões de estudiosos, onde Lao Tsé simplesmente saiu de cena sem deixar vestígios, devido a desilusão com o sistema de governança, imaginando o conhecimento como algo ruim, e ainda, a existência da questão de uma vida em período de contemplação, por volta de meio século, ouvindo a natureza e o universo. Entretanto, existem ainda relatos de que fora para a Índia, ter contato com Buda. De qualquer forma, Lao Tsé não tinha preocupação alguma com a fama, ou a riqueza e sua morte, é uma incógnita até hoje. A grande contribuição deste mestre, para

a atualidade, consiste no entendimento da harmonia e o caminho de forma universal, pois o ser humano está impregnado de obrigações, precisando assim, gerenciar com plenitude a sua existência, e este caminho, encontra-se dentro de cada pessoa, uma vida simples para se adquirir e preservar a paz, e estar ligado à natureza. Enfim, a milenar frase de Lao Tsé resume tudo: “Minhas palavras são muito fáceis de entender e de colocar em prática, embora ninguém consiga entendê-las ou colocá-las em prática.” (Lao Tsé).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joachim. **Taoísmo: o caminho de sabedoria da China**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

BECKER, Udo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Paulus, 2019.

COLLI, Gelci André. **Religiões do Oriente: China e Japão**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

CUMINO, Alexandre. **Deus, deuses, divindades e anjos: teologia, mitologia e angeologia**. São Paulo: Madras, 2008.

FONTES, Augusto. **O pensamento do extremo oriente: uma introdução filosófica**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

HELLERN, Victor.; NOTAKER, Henry.; GAARDER, Jostein. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LAOZI. **Dao de Jing: O livro do Tao**. São Paulo: Mantra, 2022.

NORDEN, Bryan W. Van. **Introdução à filosofia chinesa clássica**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário ilustrado das religiões**. Aparecida: Editora Santuário, 2001.

STÖRING. Hans Joachim. **História geral da filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

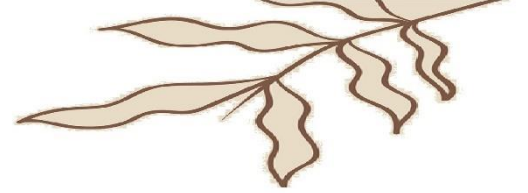
TSÉ-Lao. **Tao te Ching: O livro que revela Deus/Lao-Tsé**. (Tradução e notas Huberto Rohden). São Paulo: Martin Claret, 2013.

WU, Jyh Cherng. **I Ching: a alquimia dos números**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Capítulo 3
O CONCEITO DE LIBERDADE RELIGIOSA A PARTIR DO
CATOLICISMO SEGUNDO O VATICANO II

Adenilton Moises da Silva





O CONCEITO DE LIBERDADE RELIGIOSA A PARTIR DO CATOLICISMO SEGUNDO O VATICANO II⁶

Adenilton Moises da Silva

*Doutor em Ciências da Religião, na UNICAP; Ms. em Ciências da Religião, na UNICAP;
Licenciatura em Filosofia, no INSAF-PE; Bacharel em Teologia, no ITEC-PE. Professor da
Faculdade Católica de Belém-PA). <https://lattes.cnpq.br/8852519408711995>.
adenilton.silva80@gmail.com.*

RESUMO

O presente artigo analisou o conceito de liberdade religiosa, a partir da declaração conciliar *Dignitatis Humanae* (D.H), contida nos *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II* (1962-1965). Tendo em vista, a grande crescente de posturas fundamentalistas dentro do catolicismo, pressupõe-se que trabalhar o conceito de liberdade religiosa seja uma tarefa necessária diante do cenário intransigente como está sendo constituído no catolicismo institucional, fazendo da religião um fenômeno cada vez mais institucionalizado e polarizado, isto é, estrutural, pois as ações de cunho reacionário são ferramentas de demarcação de espaço, sendo apresentadas como propostas militantes para combater tudo o que é contra um modelo tradicionalista, oriundo do mundo medieval, realidade na qual predominava a ideia de uma sociedade cristã, que tinha seu modelo na relação Igreja-Estado. A partir desse imaginário religioso averso ao mundo moderno (pós-moderno ou contemporâneo), identificam-se modelos de igrejas dentro do catolicismo, um “pré-conciliar”, fundado em ritos tradicionalistas, de caráter conservador e fundamentalista, utópico de uma sociedade cristã, constituída pela relação Igreja-Estado. Com posturas antimodernistas, buscam, no passado, elementos que configuram o ideal de igreja e sociedade, resgatando princípios teológicos, filosóficos e políticos, a fim de combater as “heresias” da modernidade. Outro modelo de igreja pode ser identificado como “pós-conciliar”, isto é, deriva do Concílio Vaticano II e suas implicações com o mundo moderno. Trata-se de uma igreja aberta, que busca um “aggiornamento”, ou seja, uma atualização, renovação da igreja no

⁶ Esse artigo já fora publicando nos Anais do IX Congresso da ANPETECRE, 2023. Devido a sua relevância para o campo das Ciências da Religião e áreas afins, com algumas modificações, a partir do próprio tema, faremos algumas correções e melhoramento do artigo para uma nova publicação.

mundo, e em saída, como sinônimo de abertura ao mundo moderno (pós-moderno, contemporâneo). Para fundamentação desses dois modelos de igreja, aqui identificados, utilizar-se-á a obra *A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões* (PASSOS, 2021), para melhor esclarecer os conceitos: *tradicionalismo*, *fundamentalismo* e *conservadorismo* católico. A pretensão do texto é discutir o intransigentismo católico que se apresenta no século XXI, sobretudo, como contra-ataque ao Papa Francisco e suas ideias de uma igreja mais samaritana e em saída. Essas posturas apresentam dois caminhos dentro do catolicismo, um que busca reviver a “velha Igreja Católica”, retornando aos ritos litúrgicos do passado, quando do uso do latim e da liturgia tridentina, tradições que remontam ao Concílio de Trento (1545-1563) e Vaticano I (1869-1870). O outro, com influência no pensamento do pontificado do Papa Francisco, apresenta-se como igreja que buscar dialogar com o mundo hodierno e sua pluralidade social.

Palavras-chave: Vaticano II; Pré-conciliar; Pós-conciliar; Tradicionalismo; Liberdade Religiosa.

ABSTRACT

This article analyzed the concept of religious freedom, from the conciliar declaration *Dignitatis Humanae* (D.H), contained in the Documents of the Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965). In view of the great growth of fundamentalist postures within Catholicism, it is assumed that working on the concept of religious freedom is a necessary task in the face of the intransigent scenario as it is being constituted in institutional Catholicism, making religion an increasingly institutionalized and polarized phenomenon, that is, structural, because actions of a reactionary nature are tools of demarcation of space, being presented as militant proposals to combat everything that is against a traditionalist model, coming from the medieval world, a reality in which the idea of a Christian society predominated, which had its model in the Church-State relationship. From this religious imaginary averse to the modern world (post-modern or contemporary), models of churches within Catholicism are identified, a "pre-conciliar", founded on traditionalist rites, of a conservative and fundamentalist character, utopian of a Christian society, constituted by the Church-State relationship. With anti-modernist postures, they seek, in the past, elements that configure the ideal of church and society, rescuing theological, philosophical and political principles, in order to combat the "heresies" of modernity. Another model of church can be identified as "post-conciliar", that is, it derives from the Second Vatican Council and its implications for the modern world. It is an open church, which seeks an "update", that is, an update, renewal of the church in the world, and in exit, as a synonym of opening to the modern world (post-modern, contemporary). To support these two models of church, identified here, the work *The strength of the past in the weakness of the present: traditionalism and its expressions* (PASSOS, 2021) will be used to better clarify the concepts: traditionalism, fundamentalism and

Catholic conservatism. The intention of the text is to discuss the Catholic intransigentism that presents itself in the 21st century, above all, as a counterattack on Pope Francisco and his ideas of a more Samaritan and outgoing church. These postures present two paths within Catholicism, one that seeks to revive the "old Catholic Church", returning to the liturgical rites of the past, when the use of Latin and the Tridentine liturgy, traditions that date back to the Council of Trent (1545-1563) and Vatican I (1869-1870). The other, with influence on the thought of the pontificate of Pope Francis, presents itself as a church that seeks to dialogue with today's world and its social plurality.

Keywords: Vatican II; Pre-conciliar; Post-conciliar; Traditionalism; Religious Freedom.

Introdução

Interrogando a História do catolicismo no Brasil, a fim de debater as suas múltiplas faces do intransigentismo católico, entre os séculos XIX e XXI, está se propondo, nesse texto, um recorte histórico atual, trata-se aqui, a partir de Vaticano II e seu conceito de liberdade religiosa, chegar às propostas do pontificado do Papa Francisco, que apresentam uma igreja capaz de dialogar com a modernidade. Nesse percurso, será investigado o tradicionalismo católico como postura contrária e negacionista do pontificado de Francisco. Ao mesmo tempo, a proposta de "aggiornamento" do Vaticano II, busca recordar esse diálogo com a sociedade moderna, a fim de estabelecer o lugar da Igreja Católica no mundo, uma vez que se identificam posturas anacrônicas por parte de algumas lideranças eclesásticas ou fiéis contrários ao papado atual.

1 – Liberdade religiosa

Para tratarmos desse assunto, buscamos no *Concílio Vaticano II* (1997, p. 411) o conceito de liberdade religiosa, estabelecido pela declaração *Dignitatis Humanae (D.H.)*, documento que foi promulgado no dia 7 de setembro de 1965. Essa declaração procura estabelecer os princípios norteadores da liberdade religiosa. Vendo-a como a capacidade, isto é, força vital que atrai o ser humano para Deus, o texto do Concílio abre novas perspectivas para o princípio da liberdade do sujeito frente à capacidade de escolha e decisão que adquire com a maturidade de sua consciência.

Trata-se de um grande avanço no campo religioso, pois, abertamente, a Igreja Católica define a liberdade religiosa como um dom Divino para o indivíduo encontrar seu próprio caminho, estabelecendo e relacionando-se com a verdade, em matéria religiosa. Afirmamos que esta declaração conciliar vem a ser a virada eclesiológica da Igreja Católica na modernidade, pois trata-se de uma afirmação que dialoga com a sociedade como um todo, exigindo abertamente a dignidade da pessoa humana, sobretudo, em matéria de questão religiosa.

Essa virada epocal encontra-se no primeiro capítulo da *Dignitatis Humanae*, em que os prelados estabelecem os aspectos gerais da liberdade religiosa, com isso, apresentam o objeto e o fundamento dessa liberdade:

Todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido, dentro dos devidos limites, de proceder segundo a mesma, em particular e em público, só ou associado com outros. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, qual a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa, na ordem jurídica da sociedade, deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil (D.H. n. 2, *In*: Vaticano II, 1997, p. 413-414).

Fica evidente, nessa declaração do Concílio Vaticano II, o reconhecimento por parte do Magistério, do valor da liberdade religiosa enquanto radicada na profundidade da natureza humana. Essa fala do Magistério nos ajuda a pensar essa consciência hoje. Muitas consciências são reprimidas e desrespeitadas. Têm suas falas silenciadas, sua fé pisoteada por certos sistemas fundamentalistas, conservadoristas, aristocráticos e mercantilistas, que velam e desconhecem a liberdade do outro perante o mistério do sagrado, o qual ultrapassa as mentes humanas e limitadas. Complementa essa fala, o papa falecido, Bento XVI que dedicou à liberdade religiosa, sua Mensagem para a Jornada Mundial da Paz 2011. Nessa ocasião, ele afirmou: “na liberdade religiosa exprime-se a especificidade da pessoa humana”, e continua, “negar ou limitar, arbitrariamente, esta liberdade significa cultivar uma visão redutiva da pessoa humana”⁷.

⁷https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20101208_xliv-world-day-peace.html. Acessado em: 01 jul. 2022.

Enquanto Magistério, a Igreja se posiciona numa linguagem dialógica com a contemporaneidade, abrindo menções para pensar a atuação da humanidade no que se refere ao fenômeno religioso, respeitando a liberdade de expressar sua religiosidade, segundo cada indivíduo. O então Papa Bento XVI é categórico na sua fala sobre o respeito às mais diversas expressões religiosas, suas práticas e vivências, desde que não firam a dignidade humana, afirma: “o direito à liberdade religiosa está radicado na própria dignidade da pessoa humana, cuja natureza transcendente não deve ser ignorada ou negligenciada”⁸. Quando há um autoritarismo que descumpre a autoridade e a autenticidade, todo o processo dialógico entra em desconstrução, abrindo espaço para ações, sucumbem à liberdade e à responsabilidade, pois um autoritarismo empobrece qualquer fenômeno religioso, transformando-o em um contexto manipulador que amedronta com ameaças de punições sem reparações. O que pode haver é a obediência pelo medo, que se converte em uma desobediência silenciosa, e, ao mesmo tempo, uma espécie de indiferentismo.

Nota-se que, diante do autoritarismo, há essa obediência pelo medo no espaço hierárquico sem, contudo, haver um compromisso da fala e da consciência que se sente oprimida e desrespeitada, dessa forma, continua no ambiente da privacidade a desobediência e até mesmo o escárnio referente a uma autoridade desautorizada pela consciência do indivíduo, pois, no plano privado, o indivíduo contemporâneo tende a não aceitar impor a sua experiência religiosa à doutrinação do autoritarismo, que serve apenas ao egocentrismo de um sujeito, que não se estabelece como um poder para o serviço, mas para a autopromoção. Quando pensamos na liberdade religiosa, levamos em consideração o processo opressor estabelecido por sistemas hierárquicos institucionais que buscam uma autoafirmação a partir da negação da liberdade do outro, desconhecendo a dignidade da pessoa humana.

Algumas experiências religiosas buscam controlar por meio da coação os indivíduos de seu grupo, instituição. Nesse contexto, enxergamos o autoritarismo como um movimento ordenado e de agressão violenta à liberdade de consciência. O princípio religioso não pode ser uma imposição ou um relato discursivo manipulado por normas ou critérios de uma consciência autoritária que menospreza a liberdade do outro. Por isso, devemos pensar na autoridade como um poder para o serviço, atitude que se

⁸*Ibid.* Acessado em: 01 jul. 2022.

constrói ao edificar, em tom de liberdade recíproca, a dignidade humana no entrelaçamento do dispositivo da empatia.

Dá-se, por observação, o Magistério católico que compreende a necessidade e a importância dos leigos no espaço religioso. Partindo do episcopado brasileiro, não são apenas leigos, mas sujeito-ecclesial⁹, não no sentido de clericalizar, senão, alertando para o engajamento e fomentação da participação ativa dos sujeitos nas decisões da comunidade. Já temos alguns princípios efetivos de coletividade e irmandade construída pela condição do batismo em Cristo. A liberdade religiosa assume a categoria de ação transformadora e patrimônio do ser humano, pois trata-se de uma herança que subjaz do âmago do ser humano, indelével a sua natureza, e, portanto, deve ser preservada e respeitada.

Podemos supor que a liberdade é dada ao homem no momento em que este toma consciência de sua liberdade. Ela começa em si mesma, no instante em que o indivíduo a exercita, tornando-se uma liberdade efetuada. Nesse sentido, o sujeito encontra a si mesmo, enquanto liberdade e praticante desta, que surge como força propulsora de sua identidade no mundo. Para a questão com o fenômeno religioso, em que identificamos a relação liberdade finita com a liberdade infinita, isto é, homem e Deus, a liberdade sempre extrapola as normativas castrativas.

Nessa condição de decisão absoluta e paradoxal, identificamos a dialética da liberdade, ao mesmo tempo, em que transcende a normatização social, engaja o sujeito numa autorrelação com a esfera divina e humana. Até podemos falar de uma “fidelidade ao ser e compromisso com a liberdade” (PAREYSON, 2017, p. 37). Esses dois aspectos justificam nossa intenção, a fidelidade a uma escolha que transcende o que está posto como normas autoritárias, uma vez que são regras estabelecidas por autoridades em matérias de conhecimento, e o compromisso com a liberdade enquanto capacidade de assumir as responsabilidades vindas com a liberdade da escolha e decisão.

2 – O tradicionalismo e suas expressões

O conceito de liberdade religiosa, no universo católico, é uma definição que está no âmbito pós-conciliar, ou seja, fruto do Concílio Vaticano II. O conceito como

⁹Cf. Doc. da CNBB 105: *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade*: Cap II – Sujeito Ecclesial, 2017, p. 57.

apresentado acima, reflete uma maior abertura da Igreja Católica em relação ao mundo moderno. Todavia, as ações pré-conciliares surgem como ataques para frear a implantação do Vaticano II, desconsiderando sua força de colegialidade e ecumênica.

As práticas pré-conciliares estão no âmbito do tradicionalismo e suas derivações: fundamentalismo, integrismo, conservadorismo, como bem aponta Passos (2021). Passa a ser o tradicionalismo uma militância de ultradireita, movida por um discurso de cunho político-religioso, com ofensivas que se dão no campo da política, da economia e da religião. Tem características conservadoras, são militantes autoritários, sistemáticos e apologeticos, que agem por meios digitais e personalistas, instruindo seguidores, isto é, militantes a confrontarem líderes religiosos, seja no recinto igreja ou em campo aberto, como as redes sociais.

Esses grupos e tendências ganham força política, pastoral, moral e litúrgica dentro da Igreja e crescente visibilidade nas redes sociais. Mas que nas décadas que sucederam ao Concílio Vaticano II, apresentam-se hoje com identidades mais nítidas e com desenvolturas mais agressivas, reivindicando não somente um lugar legítimo dentro do catolicismo, mas também uma posição de portadores da verdade autêntica da tradição cristã e, com frequência, de intolerância às diferenças religiosas e políticas (*Ibidem*, p. 26).

As reivindicações se dão no âmbito do moralismo cristão. Procuram controlar, combatendo o que consideram progressista, comunista ou de esquerda. Acredita que essas três categorias (progressista, comunista, esquerda) são uma ameaça à instituição de uma sociedade puramente cristã e obediente a um estilo de catolicismo oriundo do mundo medieval, como afirma Passos: “o tradicionalismo é, na verdade, medieval em sua mentalidade e em suas causas, pelos modelos e ideias que defendem” (*Ibidem*, p. 7). Essa retomada militante pelos ideais do mundo medieval configura um projeto de estruturação dominante, de uma sociedade hegemônica, prática incompatível com a visão de mundo contemporâneo, que está costurado pela pluralidade e por estruturas (no plural).

Inconformados com o mundo atual, os tradicionalistas recorrem ao passado para combater a modernidade. Usam o passado como “antítese” em relação ao presente, ou seja, o passado seria um antimodernismo. Isso porque, eles compreendem que há uma enorme ruptura causada pela modernidade, e, portanto, precisam reestabelecer o ideal de sociedade que está fixado no mundo medieval, ou seja, no passado. Desse modo, é

preciso reorganizar a sociedade, preservá-la da desintegração, mas isso só será possível pelo resgate de um passado onde a vida era organizada de modo hegemônico.

Para o tradicionalismo, o pontificado do Papa Francisco representa uma ameaça ao projeto restaurador da autêntica fé, da autêntica tradição da Igreja. Por autenticidade, os tradicionalistas compreendem uma espécie de combate espiritual que luta contra a renovação da Igreja, segundo o Vaticano II. Pensar num “*aggiornamento*”, como proposto pelo Concílio, é imaginar o fim da tradição da Igreja, que para essas tradições representam apenas costumes que se revelam nos ritos em latim, ou em paramentos medievos, em desusos, e que com o espírito tradicionalista veio à tona, em pleno século XXI. O projeto é de conservação doutrinal que se apresenta como uma catequese católica, que usa de grupos, mídias e práticas eclesiais para instruir seus militantes.

Há uma construção doutrinal do tradicionalismo que o torna ainda hoje legítimo na boca e na vivência de seus defensores; dessa fonte retiram, no passado, e retiram no presente conceitos de verdade, normas morais, juízos sobre a realidade presente, modelos litúrgicos, concepções de Igreja, matrizes de espiritualidade e até mesmo padrões estéticos (*Ibidem*, p.27).

Fundamenta essa visão, o conceito de tradicionalismo trabalhado por Passos. Segundo ele:

O tradicionalismo se entende e opera como verdade sempre atual. nesse sentido, o conceito de tradicionalismo é uma formulação externa ao grupo; advém dos que enxergam a postura como afirmação do passado em contraposição ao presente, a conservação em vez da mudança. Os tradicionalistas católicos sempre se entendem e se autodefinem como católicos ou como os autênticos católicos que se opõem aos católicos equivocados. São os católicos portadores da autêntica tradição, cujos modelos defendidos se ligam diretamente a Jesus Cristo e, por essa razão, se mantêm em luta permanente com os modernismos (a começar dos católicos modernistas) que corroem a fé católica com suas ideias e práticas (PASSOS, 2020, p. 23-24).

Podemos falar, no caso do tradicionalismo, da supervalorização de um “regime do homem religioso hierárquico constitutivo da cristandade”, isso significa dizer, que um projeto de Igreja e sociedade passar pelo desejo sempre presente de eleger um líder hierárquico que vá recompor o cenário social e religioso a partir de uma visão de mundo antipluralista, para isso, é preciso resgatar, do imaginário medieval, os elementos que configurarão essa personalidade. Quanto mais atribuídos dos aparatos do passado, mais identificados com os anseios dos militantes tradicionalistas será. A partir disso, ficará

mais fácil o controle e a submissão, pois os caracteres ajudam a compor os fetiches espirituais dos grupos em evidências.

Esses anseios estão fundamentados em fatos históricos que definiram a ideia de tradicionalismo, na Europa e no mundo, com implicações, sobretudo, na política e na identidade religiosa. O autor Passos (*Ibidem*), distingue pelo menos dois tipos de tradicionalismo. O primeiro está ligado à escola filosófico-teológica francesa do século XVII e XIX, denominada de tradicionalismo, que sofreu represálias de condenação papal por meios de alguns documentos emitidos pelos pontífices: *Mirari vos* (1832), *Singulari nos* (1843) e *Pascendi* (1907), “por afirmarem a revelação como única fonte da verdade e, por conseguinte, negarem a possibilidade de acesso à verdade por meio da razão” (*Ibidem*, p. 38). A segunda designação do conceito de tradição faz referência à própria noção de tradição, “dado cultural e religioso inerente aos processos de construção social das identidades religiosas e que adquire um lugar central no cristianismo” (*Ibidem*).

O autor continua afirmando que a noção de tradição (*traditio*) ao modelo dos discípulos de Cristo, enquanto transmissão de conteúdos da fé nos diferentes contextos históricos, isto é, indica precisamente o contrário do tradicionalismo como está posto pelos intransigentes conservadores. A tradição (*traditio*) deve ser entendida como processo de transmissão do passado no presente, mas a partir do princípio de “discernimento circular” que acontece entre as duas temporalidades: passado e presente.

A partir desse cenário religioso emplacado pelo modelo tradicionalista, compreende-se a recusa ao *aggiornamento*. Pode-se resumir o conceito de *aggiornamento*, que define o espírito renovador do Concílio Vaticano II, na seguinte afirmação, presente na constituição *Sacrosanctum Concilium* (S.C.):

fomentar sempre mais a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às exigências do nosso tempo aquelas instituições que são suscetíveis de mudanças, favorecer tudo o que pode contribuir à união dos que creem em Cristo, e revigorar tudo o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja (S.C. n. 1).

Que a vida da Igreja, dos fiéis se adapte melhor às exigências do tempo presente é uma normativa do Vaticano II, mediante as transformações globais. O que a língua italiana chama de *aggiornamento*, em língua portuguesa pode se traduzir como “atualização”, “renovação”. Dentro do Concílio Vaticano II, tem o significado de adequar a Igreja aos dias atuais, isto é, colocá-la em diálogo com a sociedade e suas realidades.

Não se trata de uma ruptura teológica, dogmática com a tradição (*traditio*), mas sair de um isolamento metodológico que está pautado no medo e na ignorância de dialogar com a modernidade. A Igreja se abre aos desafios contemporâneos movida pela força do Evangelho.

Dados os avanços das ciências, as novas visões e interpretações da realidade, a Igreja, por meio do Vaticano II, busca dialogar com o pluralismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, encontra resistências de grupos dissidentes de líderes doutrinários que se consideram verdadeiros e autênticos católicos. Trata-se de militantes que vivem um saudosismo cultural religioso anacrônico aos dias atuais, os quais travam verdadeira “guerras santas” digitais.

Grande parte dessa militância é constituída por indivíduos que apenas repetem doutrinações apresentadas em veículos digitais produzidos por seus gurus mediáticos. Ao mesmo tempo que recrutam militantes, esses gurus faturam quanto vendendo seus produtos? Sim! Qualquer modelo que se opte, ele está vinculado ao financeiro, a arrecadar fundo para manter uma elite “intelectual”, que pretende vender e distribuir o verdadeiro cristianismo, pois para essa elite, a religião está no campo da doutrinação e das reverências a esses gurus que se colocam acima do bem e do mal. O tradicionalismo foi transformado, pois, num produto comercial, onde estão agregados outros valores (conceitos): fundamentalismo, integrismo, conservadorismo. Visto que são grupos intransigentes que preferem se isolar a fim de causar rupturas com os novos valores, pois, na insegurança, vivem sobre o medo de perder uma identidade oriunda do mundo medieval.

Considerações finais

Este artigo teve por finalidade apresentar o conceito de liberdade religiosa como contraponto ao tradicionalismo religioso e seus sinônimos: fundamentalismo, integrismo e conservadorismo, como foi posto por Passos (2020). Partiu-se do esclarecimento e da valorização da liberdade religiosa para compreender que os sujeitos têm a livre escolha da sua experiência religiosa, e que não podem ser confrontados ou sofrer qualquer tipo de represália que negue sua livre capacidade de escolha religiosa.

No espaço da pluralidade, sobretudo, numa sociedade de múltiplas facetas, como a contemporaneidade, torna-se anacrônica uma militância que queira implantar um

único modelo ou valor para todos. Deve-se levar em consideração as tradições e culturas dos povos, e a isso, o Vaticano II se mostrou um Concílio que ajuda a entender esse processo que deve acontecer num ambiente multifacetado, abrindo assim, a Igreja para um diálogo com o mundo, mas sem perder sua identidade e sua tradição (*traditio*), contudo, apresentando os valores do Evangelho numa atmosfera conciliadora e dialógica com o seu tempo e espaço de ação.

Os medos, oriundos de um tradicionalismo militante e político, dificultam e polarizam a ação da Igreja, quando o medo se torna uma ofensiva violenta que promove a desqualificação, por exemplo, do pontífice, o Papa Francisco. Tornando-se o tradicionalismo uma ação reacionária aos valores hodiernos, hostil a qualquer hipótese de mudança, em vez disso, fecham-se num anacronismo histórico e eclesiológico, pois negam a ação salvífica no tempo atual, pois, para que haja salvação é preciso estar dentro de um padrão de origem medieval.

Por fim, leva-se em consideração que os novos modos de pensar a religião passam pelos modelos estabelecidos pela cultura e pela política em vez de ser pelo conhecimento, como se pensou com o advento da modernidade e do Renascimento. A religião hoje, infelizmente, é produto de um discurso político partidário, onde se revelam ideologias extremamente complicadas, as quais impedem a aplicabilidade do Evangelho, sobretudo, no mandamento de amar a Deus e ao próximo. Importa determinar limites e ideias fixas, estabelecidas em expressões que se pretendem ao dogmatismo anti-cristo e a instrumentalização da igreja.

Referências

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Sacrosanctum Concilium**: sobre a sagrada liturgia. In: Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). 4. ed. São Paulo: Paulus, 1997. p. 34-86.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Declaração Dignitatis Humanae**: sobre a liberdade religiosa. In: Documentos do concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) 4. Ed. São Paulo: Paulus, 1997. p. 411-429.

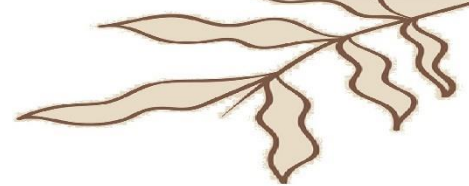
Documentos da CNBB 105. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade**: sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14). In: Documentos da CNBB 105. Brasília: edições CNBB, 2017.

PASSOS, João Décio. **A força do passado na franqueza do presente:** o tradicionalismo e suas expressões. São Paulo: Paulinas, 2020.

PAREYSON, Luigi. **Ontologia da Liberdade:** o mal e o sofrimento. São Paulo: Loyola, 2017.

https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20101208_xliv-world-day-peace.html. Acessado em: 01 jul. 2022.

Capítulo 4
QUANDO O “LAICO” SE TORNA DOGMÁTICO: A
NECESSIDADE DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS PARA O
ENSINO RELIGIOSO
Eduardo Sales de Lima



QUANDO O “LAICO” SE TORNA DOGMÁTICO: A NECESSIDADE DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS PARA O ENSINO RELIGIOSO

Eduardo Sales de Lima

Doutor em Teologia (EST), Doutorado em andamento em Ciências da Religião (FUV),

Professor Unicesumar; UniCV; pf.eduardo.sales@hotmail.com

RESUMO

Um dos maiores desafios do Ensino Religioso no Brasil é a identificação de uma epistemologia que se relacione coerentemente com o sentido de laicidade. O problema inicial reside no fato de que este conceito foi produzido no contexto do positivismo, que no caso brasileiro, teve seu sentido relacionado à Proclamação da República. A partir dessa relação, nosso objetivo é explicar como a influência do positivismo contribui para solidificar e dogmatizar as interpretações sobre as religiões, tornando-se incompatível com a episteme plural e inclusiva propostas na BNCC. Para esse objetivo apresentar-se-á a epistemologia positivista e sua relação com a proposta curricular para o ensino religioso na BNCC. Para apuração da influência da episteme positivista na educação brasileira, será realizada pesquisa bibliográfica no portal de Periódicos da Capes e em livros de referência sobre a história do positivismo no Brasil. A metodologia de análise será epistemológica, pela verificação argumentativa da validade metodológica para um ensino religioso laico, plural e inclusivo. Espera-se que ao término seja verificado a inviabilidade da metodologia positivista para o ensino religioso, pois, entende-se que a episteme positivista favorece a criação de dogmatismos que produzem discriminação, exclusão e universalizações que invalidam a proposta de um ensino religioso laico, plural e inclusivo.

Palavras- chave: Positivismo, Religiões, BNCC

INTRODUÇÃO

Além das dificuldades básicas comuns a todas as disciplinas, o Ensino Religioso (ER) possui algumas problemáticas singulares. No ambiente de aula, assim como em congressos e simpósios, testemunhamos diversos professores apresentando suas

difficultades quanto aos desafios de um ensino laico num contexto plural e ainda comprometido com modelos científicos.

Diante disso, esse trabalho se propõe a investigar a relação entre o ensino religioso segundo a BNCC e a episteme positivista, a fim de identificar como essa relação influencia a resolução da problemática acima.

A seleção das fontes será qualitativa, por meio de levantamento na plataforma de periódicos da Capes e em livros sobre a temática. A amostragem seguiu a proposta por conveniência, dando preferência aos artigos que tratassem diretamente a relação entre ER, a BNCC e o positivismo. Para dar suporte à falta de material específico, utilizamos textos sobre a relação entre educação e positivismo.

Para fins didáticos o texto será apresentado observando primeiro o formato do ER na BNCC com breves considerações sobre ausências relevantes. Em seguida, apresentar-se-á o contexto de formação e desenvolvimento do positivismo, observando suas implicações possíveis para o ER.

Espera-se que ao término, o trabalho evidencie a necessidade de se questionar as influências dessa episteme e proponha o desafio de ampliar a pesquisa em outras epistemologias que considerem a complexidade da trama social.

1. O ENSINO RELIGIOSO NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), considerando o ER, parte de um olhar semiótico, ressaltando um percurso narrativo voltado para a alteridade como caminho de reconhecimento do outro e de suas crenças. Com isso, seguindo o princípio da oposição semântica de Greimas (1976), pode-se entender que o objetivo é “lidar” com as formas de totalitarismo e intolerância religiosas.

Em geral os temas são dispostos de forma lógica e linear. Por exemplo, propõem que se estude os locais sagrados, os espaços sagrados, a dinâmica cultural, os símbolos e objetos sagrados em geral. Assim, é possível identificar uma proposta de metodologia de observação fenomenológica.

Para os primeiros cinco anos, deve-se estudar temas relacionados à identificação, reconhecimento, acolhimento, caracterização, exemplificação e respeito. E, a partir do sexto ano, deve-se propor o desenvolvimento de habilidades que exigem crítica, como discutir, analisar, debater e construir.

Em geral a abordagem nos primeiros anos é focada na observação de semelhanças e diferenças entre os sentimentos, memórias, lembranças, ritos, práticas, tradições, textos, doutrinas, e suas formas de registro. E nos últimos anos, se propõe uma postura mais crítica e consciente, com reflexões que relacionam as religiões e a sociedade como um todo.

No começo, as manifestações religiosas são relacionadas à “Religiosidade” em geral e, no período mais crítico, após o sexto ano, iniciam os estudos de conceitos das “divindades”, e as “Religiões” começam a ser estudadas como instituições com saberes sistematizados e organizados racionalmente.

Embora a abordagem que se pretenda ampla, ainda é possível notar ausências relevantes. A influência metodológica apresenta uma proposta temática, desistoricizada, sem considerar elementos sociais e contextuais, não trata de questões políticas, nem de questões sociais. Também não se pronuncia quanto à reflexão de gênero e etno-racialidades, demonstrando a dificuldade de dialogar com a diversidade cultural. Essas e outras lacunas servem de abertura para fundamentações epistemológicas diversas.

2. O PARADIGMA POSITIVISTA

O positivismo, por sua vez, pode ser contextualizado desde o conservadorismo após a Revolução Francesa. Quando a burguesia assumiu o poder e lutava contra a classe trabalhadora para manter seu status e controle, em meio às ideologias dessa época, August Comte (1798-1857), principal expoente do positivismo, ao lado da burguesia, defendia um regime ditatorial contra as ameaças revolucionárias, inclusive cooperando com a proposta de naturalização da pobreza (CHAGAS, 2015).

No Brasil pré-republicano foram identificados diversos alunos diretos de Comte, na Escola Politécnica, ou alunos particulares (LINS, 1964). Segundo Lins, (1964), desde 1850 os ensinamentos de Comte também passaram a ser divulgados na Escola Militar do Rio de Janeiro. Assim, no Brasil, o paradigma positivista surge no processo de formação da república divulgado principalmente pelo movimento positivista do Brasil e pela Igreja positivista Brasileira (IPB) (LEMOS, 1881). Dentre as principais personalidades destacamos os ministros Benjamin Constant (ministério da Guerra e da Instrução Pública) e Demétrio Ribeiro (ministro da agricultura), mas também, Teixeira Mendes, autor da atual bandeira nacional. O positivismo influenciou movimentos de profissionais

liberais e militares e sua proposta de modernização centrada na ação do Estado favoreceu o movimento republicano. (LINS, 1964).

Em 1868 Benjamin Constant fundou uma sociedade para divulgar o positivismo. E, no relatório do diretor do Instituto de Meninos Cegos apresenta-se a seguinte consideração sobre o positivismo:

Aqui está a doutrina da escola: o positivismo é o ateísmo matemático, que desterra Deus para a ordem das hipóteses inúteis; não quer saber do absoluto, das causas primárias, dos fins da sociedade e do homem. O chefe da escola disse que a palavra direito deve ser riscada da linguagem da moral e da política, como a palavra causa da linguagem filosófica (LINS, 1964, p.39).

Em 1876 formou-se a primeira associação positivista do Brasil com objetivo de divulgar a literatura recomendada por A. Comte. No começo, surgiu como um movimento político, inclusive como propõe a “Política Positiva” de A. Comte, cujo papel era direcionar todos os esforços à formação da nova escola, pois “[...] tinha que atender a duas necessidades: formar crentes e modificar a opinião pública por uma intervenção oportuna. Assim, cumpria: 1º Desenvolver o culto. 2º Organizar o ensino. 3º Intervir oportunamente nos negócios públicos” (LEMOS, 1881, p.21).

O positivismo teve e tem uma atuação direta na formação e compreensão do contexto brasileiro. Seus pressupostos epistemológicos influenciaram toda a sociedade, principalmente quanto ao discurso científico e econômico. A crítica às religiões, em específico à Igreja Católica, culminou no artigo 72, sobre a não intervenção da igreja em no Estado promulgada na constituição de 1891.

Para entender o papel do positivismo neste contexto, destaco o distanciamento e incompatibilidade em relação ao ER. O positivismo francês partia do pressuposto de que o conhecimento teológico é retrogrado e precisa ser ultrapassado, por isso, Benjamin Constant

pleiteava um plano de instrução primária que fosse, para o povo, "uma espécie de religião, contendo, como dogma de fé científica, o maior número possível de princípios teóricos reduzidos a preceitos de imediatas aplicações à vida prática". Esse plano visaria ainda a fazer desaparecer aquelas "crenças funestas, contos fantásticos, práticas supersticiosas que então circulavam na sociedade dando a medida do seu estado de ignorância, e que, exaltando a imaginação do homem, lhe enfraqueciam o espírito, o coração e o caráter, criando pusilânimes de moral doentio, os quais haveriam de ressentir-se por toda a vida dos funestos efeitos do mal enraizado desde a infância. "E quantas dessas

concepções concluía Benjamin - não se inspiraram em falsas crenças religiosas e são por isso um veneno moral sem antídoto possível depois de inoculado." (LINS, 1964, p.37).

Além disso, a proposição de algo como a “neutralidade” científica, também surge como impasse metódico. A proposta positivista, centrada na produção, no “objeto” a ser criado, invalida e desqualifica percepções que não sejam empíricas (não-verificáveis). Com isso, justifica e propaga o paradigma clássico que separa a ciência “pura” da “pseudociência” (imaginação, crença, falsidade, etc.), e dessa forma, relega a religião e espiritualidade a um status inferior. Puentes Cala (2020) questiona essa proposta positivista que prega a separação entre conhecimento experimental/natural e hermenêutico/espiritual (do espírito humano), pois limita “a verdade” a padrões regulados pelo positivismo.

Uma prática científica centrada na necessidade de identificar leis naturais mediadas por construtos empíricos podem reduzir as ciências do espírito e a própria subjetividade a algo sem valor, como opinião, imaginação, superstição etc (CALA, 2020). Esse tipo de reflexão positivista é incompatível com a fenomenologia, em geral, pois reduz a realidade a fatos observáveis, desconsiderando diversas variáveis. As realidades não são imutáveis, ou puras, mas são plurais, diversas, ambíguas e complexas, permeadas por diversos construtos subjetivos, como a linguagem, por exemplo.

Com foco no progresso e no mecanicismo prático, o positivismo prega a eliminação das proposições metafísicas. Para eles, a sociedade é um organismo funcional que se desenvolve do estado teológico e mítico, para o metafísico, e depois, do metafísico para o positivo e científico. Logo, os saberes teológico e metafísico são entendidos como disposições retrogradadas. Assim, neste tom “funcional” não é de se estranhar que o positivismo abrigava ambiguidades. Seus seguidores aliavam proposições progressistas como a luta pela libertação da escravidão, pela valorização da mulher, pela educação emancipadora, pelo desenvolvimentismo industrial, social e econômico, mas também, defendiam posições ditatoriais para imposição do positivismo (OLIVEIRA MARTINIAK, 2018). Segundo Passos (2015), o positivismo influenciou o desenvolvimento das “Ciências de Mercado” e o desprezo para com as humanidades. Assim, segundo a proposta positivista, há uma desvalorização das ciências consideradas “não-empíricas” ou metafísicas. Essa postura assume uma forma de dogmatismo científico pela não aceitação de outras perspectivas metodológicas. Inclusive, era uma proposta de dogmatismo a-religioso, que no caso brasileiro, foi apoiada pelo Estado desde a

implantação do laicismo. Essa proposta tem se intensificado com a propagação de ideais “emancipatórios” relacionados ao mercado e propagados na formação acadêmica, principalmente no NEM (Novo Ensino Médio).

Outro problema a se considerar, conforme observa Victor Narvaez (2014), era o próprio conceito de “Ciência” que foi assumido socialmente como um sistema positivista. Isso aconteceu de forma totalitária, configurando o pensamento nas universidades e disciplinando as diversas formas de saber às propostas da “supremacia científica”. O paradigma científico passou a influenciar toda a vida. A “Ordem e Progresso” funcionava como marco regulador da modernidade pela Civilização, Indústria e Ciência. O problema configura-se a partir do momento em que se “dá conta” de que uma mudança epistêmica também implica em mudanças sociais. No caso do positivismo, uma proposta de reordenação da vida social, formando uma “Epistemologia da Ordem”, onde as coisas, o exame racional e a interpretação se tornam mecanismos controlados por essa episteme (MARCUSE, 1994).

Assim, por meio da influência positivista na formação epistemológica do tecido social brasileiro, diversos elementos da metodologia cartesiana, como o dualismo radical, a dúvida metódica e a categorização foram incluídas não apenas nos processos científicos, mas nas práticas sociais e na formação educacional, principalmente, por ser dirigida pela episteme positivista como única forma válida para a verdade. Logo, como apresentado por Martín González Samartin (2013), o positivismo tem funcionado como uma espécie de “polícia do pensamento científico” e, neste cenário, o próprio ensino foi reduzido a formas sequenciadas de competências e habilidades a serem desenvolvidas com a finalidade de uma melhor formação para o mercado de trabalho.

A influência do positivismo nos modelos epistemológicos contemporâneos precisa ser estudada e considerados os possíveis efeitos na elaboração e prática do ER no contexto brasileiro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada evidencia-se a incompatibilidade entre a proposta positivista e um ER que se pretenda Laico, Plural e Científico. Isso de se deve principalmente aos fundamentos do positivismo que se remetem às propostas cartesianas clássicas. Embora esse paradigma possa até ser válido para ciências exatas é

incompatível com as ciências humanas, e seus recortes, ao invés de ampliar os conhecimentos, podem ampliar e dogmatizar as diferenças.

Assim, quando a proposta da BNCC apresenta, por exemplo, um paradigma desistoricizado e fundado no estudo fenomenológico de categorias, corre o risco de aprofundar as diferenças e cooperar para a criação de dogmatismos religiosos pela redução da diversidade à classificação de percepções específicas. Ou seja, quando se propõe um estudo temático, se não for apresentado de acordo com um paradigma complexo (não dualista), corre-se o risco de reduzir a diversidade a uma experiência única e proporcionar uma classificação estereotipada que, ao invés de ampliar a compreensão, reduz a diversidade a determinados comportamentos. Assim, a metodologia cartesiana clássica pregada e desenvolvida nas metodologias que seguem as ciências positivas cumpre o papel da Navalha de Ockham, onde a simplificação, fundamento do método cartesiano, quando aplicado às ciências humanas, cria mais exclusão que inclusão, fundamenta estereótipos e cria padrões dogmáticos.

Aliado a isso, o positivismo também se mostra problemático pois reduz a compreensão científica ao desenvolvimentismo e às ciências de mercado. Dessa forma, alarga o preconceito e, reduz a complexidade das relações sociais à números e resultados da balança comercial.

Diante disso, resta a provocação sobre a necessidade de se pensar a partir de outras epistemologias possíveis para o ER, pois, mesmo o método fenomenológico também apresenta cumplicidade com os ideais cartesianos, como o dualismo e o distanciamento do objeto, assim, também têm dificuldade para fundamentar uma proposta de ER que seja Laica, Plural e Científica. Todavia, neste contexto, ainda há propostas epistêmicas a serem consideradas, como as metodologias que procuram articular sistemas complexos, como a teoria dos sistemas de Luhmann, a teoria da complexidade de Morin, e o pensamento pós-crítico de Tomás Tadeu da Silva. São propostas pouco estudadas enquanto paradigmas para a reflexão religiosa contemporânea, mas que podem servir à reflexão complexa do cenário brasileiro.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 20/10/2023.

CALA, Mauricio Puentes. El sustantivo de las “Ciencias” Sociales: crónica de un fetiche, historia de un complejo. In: **Revista en línea del Grupo de Investigación de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas / INCIHUSA – CONICET**. Vol. 22, Mendoza, 2020, (p. 1-24). Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7638802.pdf>> Acesso em 20/10/2023.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina/PR, V.17, N.2, p.169-186, JAN./JUN.2015 Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/21954/17692> acesso em 20/10/2023.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**: pesquisa de método. Tradução Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1976..

LEMONS, Miguel. **Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil**. Rio de Janeiro: Publ. do centro positivista brasileiro.1881.

LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1964

MARCUSE, Herbert. **Razón y Revolución**. Barcelona: Ediciones Altaya, 1994.

NARVÁEZ, Víctor Patricio Díaz. El concepto de ciencia como sistema, el positivismo, neopositivismo y las “investigaciones cuantitativas y cualitativas”. In: **Salud Uninorte**. Barranquilla (Col.) 2014; 30 (2): 227-244. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/sun/v30n2/v30n2a14.pdf>> Acesso em 25/10/2023.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK Vera Lúcia. Ordem e progresso: Augusto Comte e as influências do Positivismo na educação das mulheres na Primeira República brasileira. In: **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 1, p. 232-253, jan./abr. 2018

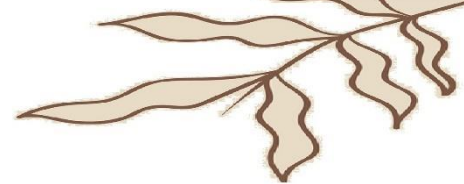
PASSOS, Décio João. Epistemologia do Ensino Religioso: do Ensino à Ciência, da Ciência ao Ensino. In: **REVER**, Ano 15 · N 02 · Jul/Dez 2015. p. 26-44 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5294036.pdf> acesso em 20/10/2023.

SAMARTIN, Martín González. « La moderna inquisición : la ciencia como instrumento de control social » la epistemología del positivismo como política de sujeción. In: **M@gm@** vol.11 n.2 Maggio-Agosto 2013, on-line s/p. Disponível em: <http://www.magma.analisisqualitativa.com/1102/articulo.it_18.htm > Acesso em 23/10/23.



Capítulo 5
CAMINHO E DIÁLOGO PARA HUMANIZAR
Deise Regina Badotti Bastos
Elias Wolff





CAMINHO E DIÁLOGO PARA HUMANIZAR

Deise Regina Badotti Bastos

Bacharel em Teologia. Mestre em Teologia pelo PPGT - PUCPR. E-mail:

deiserbbastos@gmail.com

Elias Wolff

Doutor em Teologia, professor titular da PUCPR, docente do Programa de Pós-Graduação

PUCPR. – E-mail: elias.wolff@pucpr.br

RESUMO

O trabalho, “Caminho e diálogo para humanizar”, pretende identificar se à unicidade entre o movimento ecumênico e uma teologia pública, uma vez que, ambas se empenham no caminho do bem-estar para com todos e, ambas são dialogantes com elas mesmas e para com o outro. Com isso, objetiva-se desenvolver pontos de consenso ou, de divergência entre os dois modelos de teologia – ecumênica e pública. Fato que, deparamos com a humanidade em momento crítico de unificação cultural, cuja compreensão do outro está profundamente afetada por desencontros e desagregação. Mas, não seria a próprio ser humano, com sua forma de expressar e viver individualista o causador da desumanização? – É uma hipótese que parece estar em sintonia com o atual cenário em que vivemos. A vista disso, o foco deste trabalho consiste, em um breve ensaio bibliográfico de publicações acadêmicas, relacionando com a proposta humanizadora, de dignidade humana, resgatada na *kénosis* de Cristo, que nos é apresentada no Evangelho. Como também, relacionar aspectos que possam fortalecer discussões e reflexões teológicas a respeito do caminho, diálogo e em especial à humanização. Diante disso, o tema de pesquisa é pertinente. Dado o fato, que tanto a Teologia Pública, quanto o Ecumenismo são fundamentados nas Escrituras Bíblicas e, estão em contínua atenção à realidade, trilhando o caminho do diálogo humanizador.

Palavras-chave: Teologia Ecumênica. Teologia Pública. *Kénosis*. Dignidade Humana.

ABSTRACT

The paper, "Path and dialogue to humanize", aims to identify whether there is a unity between the ecumenical movement and a public

theology, since both are committed to the path of well-being for all, and both are in dialogue with themselves and with others. The aim is to develop points of consensus or divergence between the two models of theology - ecumenical and public. The fact is that humanity is at a critical moment of cultural unification, whose understanding of the other is deeply affected by disagreements and disintegration. But isn't it the human being himself, with his individualistic way of expressing himself and living, who is causing dehumanization? - It's a hypothesis that seems to be in tune with the current scenario in which we live. In view of this, the focus of this work consists of a brief bibliographical essay of academic publications, relating to the humanizing proposal, of human dignity, rescued in the kenosis of Christ, which is presented to us in the Gospel. As well as relating aspects that can strengthen theological discussions and reflections on the journey, dialogue and especially humanization. In view of this, the research topic is pertinent. Given the fact that both Public Theology and Ecumenism are grounded in Biblical Scripture and are in continuous attention to reality, treading the path of humanizing dialogue.

Keywords: Ecumenical Theology. Public Theology. Kenosis. Human Dignity.

INTRODUÇÃO

O trabalho “Caminho e Diálogo para humanizar”, se propõe a investigar a possível unicidade entre o movimento ecumênico e a teologia pública. Uma vez que, ambos se destacam pelo seu compromisso com bem-estar de todos e pela capacidade de manter um diálogo contante.

O fato é que deparamos com a humanidade em momento crítico de unificação cultural, cuja compreensão do outro está profundamente afetada por desencontros e desagregação. Mas, não seria o próprio humano, com sua forma de expressar e viver individualista o causador da desumanização? É uma hipótese que parece estar em sintonia com o atual cenário em que vivemos. Pois, à medida que as pessoas se tornam mais focadas em seus próprios interesses e identidades, a capacidade de se colocar no lugar do outro e compreender diferentes perspectivas pode diminuir.

Através de toda essa complexidade humana, cabe voltar ao fundamental – Deus. E, ainda, despir-se do orgulho, do egocentrismo. Desse modo, agir semelhante a Ele, praticar a justiça, responder ao convite de cooperadores do reino e empenhar-se para que a missão evangelizadora aconteça, humanização ao próximo. Este cenário oferece oportunidade para o Movimento ecumênico e a Teologia Pública desempenharem um

papel fundamental. Ambos os campos podem atuar como pontes culturais, promovendo o entendimento intercultural e a colaboração na busca do bem comum. Ou seja, podem se tornar agentes de mudança na construção de uma sociedade mais inclusiva, harmoniosa e em comunhão.

1. Unicidade entre o Movimento Ecumênico e a Teologia Pública

Para entender a possível unicidade entre o movimento ecumênico e a teologia pública, é essencial analisar suas características fundamentais. Visto que, ambos os campos têm em comum um compromisso intrínseco com o bem-estar e o entendimento de todos. O movimento ecumênico, busca a unidade e cooperação entre diferentes confissões em busca de um bem comum. Da mesma forma, a teologia pública se dedica a abordar questões sociais e políticas com base em princípios religiosos, almejando melhor a vida de todos os indivíduos na sociedade. Vale ressaltar que, um ponto de consenso notável é o compromisso com a justiça social e a promoção do bem-estar para todos os seres humanos. Ambos reconhecem a importância de agir em prol dos necessitados e marginalizados, baseando-se em valores religiosos compartilhados.

No entanto, existem divergências sutis. O movimento ecumênico muitas vezes se concentra na cooperação entre diferentes confissões e tradições, ou seja, unidade. Enquanto isso, a teologia pública pode adotar uma abordagem mais externa para questões específicas da sociedade, como direitos civis, justiça econômica e questão ética. Essas diferenças podem influenciar a forma como cada um desses modelos aborda questões de bem-estar e diálogo.

2. Diálogo é o caminho para humanizar

Para o cristianismo o diálogo é o “caminho mais adequado para reconhecer o que sempre deve ser afirmado e respeitado e que vai além do consenso ocasional” (Francisco, 2020, n.211), por certo é o processo civilizatório com outras culturas, tornar-se enriquecedor. Desse modo, o caminhar junto, abre-se para o novo, dá um sentido para o próprio viver, razão e compreensão da realidade, “engajado com as dores do mundo, e inteligível no diálogo com seus pares” (Zeferino, 2020, p.65). Para o diálogo, a ênfase

prioritária está em oferecer ao outro a possibilidade de expor seu ponto de vista. No entanto, vale ressaltar que:

O diálogo não se deve limitar a privilegiar a opção preferencial pela defesa dos pobres, marginalizados e excluídos, mas também há de os respeitar como protagonistas. Trata-se de reconhecer o outro e apreciá-lo “como outro”, com a sua sensibilidade, as suas opções mais íntimas, o seu modo de viver e trabalhar (Francisco, 2020, p.18, n.27).

Papa Francisco (2013), alerta, caso contrário o resultado será, como sempre, “um projeto de poucos para poucos” (Francisco, p. 188, n.239), quando não “um consenso de escritório ou uma paz efêmera para a minoria feliz” (Francisco, p.178, n.218). Pois, “trata-se de um acordo para viver juntos” (Francisco, p.188, n.239).

Para o diálogo frutificar, carece de um maior esforço e, sobretudo, do amadurecimento das partes, uma vez que:

No diálogo com o Estado e com a sociedade, a Igreja não tem soluções para todas as questões específicas. Mas, com esforço e “juntamente com as várias forças sociais acompanha as propostas que melhor correspondam à dignidade da pessoa humana e ao bem comum. Ao fazê-lo, propõe sempre com clareza os valores fundamentais da existência humana, para transmitir convicções que possam depois traduzir-se em ações políticas. (Francisco, p.189, n.241).

Mas, na continua busca do cuidado e da promoção da dignidade integral humano, o diálogo entre ciências, fé e razão, faz parte da “ação evangelizadora que favorece a paz” (Francisco, p.190, n.242), mas a “Igreja propõe outro caminho, que exige uma síntese entre um uso responsável das metodologias própria das ciências empíricas e outros saberes como a filosofia, a teologia” (Francisco, p. 189, n.242). A humanização através da fé “eleva o ser humano ao mistério” (Francisco, p.190, n.242). Assim, “toda a sociedade pode ser enriquecida através deste diálogo que abre novos horizontes ao pensamento e amplia as possibilidades da razão” (Francisco, p.190, n.242).

Portanto, através do diálogo crescem o conhecimento, colaboração e o respeito mútuo. Dialogante a igreja é uma parte da sociedade civil, principalmente, missionária na esfera laica e diversa de fora e de dentro. Uma vez que, não há dúvida que, tanto a Igreja, quanto o Evangelho são de esfera pública. O culto cristão é público e suas ações não se limitam somente internamente, a poucos.

Por fim, precisamos resgatar a história e ater-nos de que, “somos peregrinos, e peregrinamos juntos. Para isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem

medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus” (Francisco, p.191, n.244). Sozinhos jamais, precisamos de

3. Conhecer a Deus produz humanização

A Constituição Federal do Brasil (1988), capítulo primeiro, artigo quinto, afirma que todos são iguais, sem distinção, e assegura que todos possuem o “direito à vida, à liberdade, à igualdade”¹⁰. Fato que, “Deus não faz acepção de pessoas” (Bíblia, 2014, Atos 10,34), pois toda pessoa, têm igual dignidade de criaturas à Sua imagem e semelhança.

A humanidade faz parte de um projeto de amor, dignos de reconhecimento, valor e significados. Ou seja, estamos unidos por laços invisíveis, formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde. “Para que uma sociedade tenha futuro, é preciso que tenha amadurecido um vivo respeito pela verdade da dignidade humana, à qual nos submetemos” (Francisco, 2020, p.109, n.207).

O ser humano torna-se semelhante a Jesus, e vive a verdadeira humanidade de Jesus, quando, comunga e vive a mensagem original contida nos Evangelhos, que é o anúncio de liberdade, paz, solidariedade e vida eterna. Uma vez que, “Deus não é um ser abstrato, estático – como o outro humano também não é -, mas concreto e dinâmico” (Zeferino; Sinner, 2020, p.41). Pois, a essência encarnacional, história que carrega beleza, anúncio da paz, convida a unir-se ao próximo, preocupado e relacionado para unidade, ou seja, a verdadeira base para o ecumenismo.

Contudo, “não pode haver universalidade humana enquanto sejam negados os direitos de qualquer grupo ou pessoa” [...], e, ainda uma fé que “faz a partir da experiencia da Cruz, tem que buscar necessariamente o universal humano através do esforço de uma maior justiça e de uma melhor vida para todos os homens e mulheres” (Queiruga, 2010, p.307). Dessa maneira, busca-se constantemente o respeito e ética em prol do reconhecimento da dignidade da vida humana – conviver e cuidar da vida – no qual relaciona a prática da caridade, solidariedade, justiça e a paz humanitária. Convém ressaltar que atitudes de acolhimento e de confiança, faz com o homem sinta o poder e valor incondicional, abraçando e saciando plenamente a sua sede de infinito dando

¹⁰ Cf. Constituição da República Federativa do Brasil. Título II dos Direitos e Garantias Fundamentais. Cap. I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, 1988, p. 13.

assim uma abertura ao mundo e, também aos outros. A humanidade conquista a reconciliação com Deus e adquire forma verdadeira na cruz, por meio da conformação e confissão. Logo, a igreja é fundamental – Igreja corpo de Cristo, é a forma do próprio Cristo toma forma – a forma humana.

CONCLUSÃO

Caminho e Diálogo para humanizar, apresenta uma análise sobre a possível unicidade entre o movimento ecumênico e a teologia pública, explorando pontos de consenso e divergência. Além disso, destaca a importância de considerar o papel do individualismo na desumanização da sociedade contemporânea e como a *Kénosis* de Cristo pode servir como um modelo para resgatar a dignidade humana.

Este estudo contribui para o aprofundamento da discussão teológica sobre o caminho, o diálogo e a humanização, oferecendo uma perspectiva crítica e construtiva para abordar os desafios da nossa época.

Papa Francisco dá passos para a incidência pública da religião no qual abrange o bem comum, uma reconciliação da diversidade, um construir teológico do conhecimento, do diálogo e das múltiplas culturas. Pois, “para conviver na igreja e na sociedade, especialmente quando esta pretende ser democrática e baseada na cidadania, a confiança é imprescindível” (Sinner, 2007, p.10). Fato que, onde não há confiança, não há unidade.

O movimento ecumênico, por sua vez, tem como vocação primordial o chamado a todos e a todas, através de “atividades e iniciativas” (UR, p.221, n.4), no qual, emerge para o caminho da unidade, com o árduo trabalho de “eliminar palavras, juízos e ações que não correspondam com equidade e verdade” (UR, p.221, n.4). Além disso, com espírito dialogal, respeito e cooperação mútua. Com a consciência, do diálogo transformador em unicidade, assim, todos adquirem um “conhecimento mais verdadeiro e um apreço mais justo da doutrina e da comunhão” (UR, p.221, n.4).

Portanto, percebe que a teologia pública e o ecumenismo, procuram estabelecer a reciprocidade do respeito, colaboração, e, também proporcionam os meios necessários para que o direito democrático seja concretizado, através do diálogo construtivo, busca da verdade. E ainda, projetam um caminho ascendente e de real encontro com o bem-

estar, digna para todos. Dessa forma, crescem conhecimento e, capacitam o meio acadêmico para a compreensão – humanização e libertação.

Por fim, faz-se necessário criar estruturas que consolidem os saberes, da ordem social e política, para que não haja iniquidade, nem preconceitos, para que não haja uso de poder. Pois, onde não há valores, justiça, solidariedade, partilha de conhecimento, não há futuro. Ou seja, precisa educar para humanizar o humano para o futuro, e para o presente.

REFERÊNCIAS

BIBLIA. *Nova Bíblia Pastoral*. – São Paulo: Paulus, 2013.

CONCÍLIO. *Concílio Vaticano II*. Mensagens, discursos e documentos. [Tradução: Francisco Catão]. – São Paulo: Paulinas, 1998.

CTI. Comissão Teológica Internacional. *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. – 2018. – Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_2018_0302_sinodalita_po.html#O_Ensino_da_Escritura – Acesso em 22 jun. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*. – São Paulo: Paulus, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Fratelli Tutti*. – São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Querida Amazônia*. – São Paulo: Paulus, 2020.

QUEIRUGA, Andres T. *Repensar a revelação: a revelação divina na realização humana*. [Tradução: Afonso Maria Ligorio Soares]. – São Paulo: Paulinas, 2010.

SINNER, Rudolf von. *Teologia pública*. In: SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 43-67.

SINNER, Rudolf von. *Teologia pública no Brasil e na África do Sul: um diálogo teológico-político*. In: SINNER, Rudolf von; ULRICH, Claudete Beise; FORSTER, Dion (Org.). *Teologia Pública no Brasil procurando sua voz em diálogo com o contexto e tendências locais*. – São Leopoldo: Editora Sinodal, 2020, p.135-160.

ZEFERINO, Jefferson. *A relevância de uma teologia da cidadania na contemporaneidade. Protestantismo em Revista* – São Leopoldo, v. 46, n. 01, p. 07-18. – Jan./Jun. 2020.

ZEFERINO, Jefferson. *Teologia Pública no Brasil e na África do Sul: um diálogo teológico-político*. In: SINNER, Rudolf von; ULRICH, Claudete Beise; FORSTER, Dion (Org.). *Cidadania e Teologia pública: Estado da discussão e enfoque na criticidade*. – São Leopoldo: Editora Sinodal, 2020, p. 65-85.

ZEFERINO, Jefferson; SINNER, Rudolf von. O humanismo cristão de Dietrich Bonhoeffer contribuições para uma epistemologia teológica. *TQ Teologia em Questão*. – n.37, ano 2020. Teologia e Sociedade: investigações sobre o reconhecimento dos cursos de teologia pelo MEC.

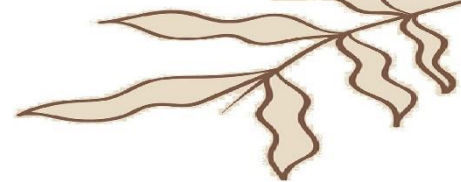


Capítulo 6

**A IGREJA COMO INSTITUIÇÃO E SEU PAPEL
LIBERTADOR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE JOHANN
BAPTIST METZ**

José Célio dos Santos





A IGREJA COMO INSTITUIÇÃO E SEU PAPEL LIBERTADOR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE JOHANN BAPTIST METZ

José Célio dos Santos

Bacharel e licenciado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE.

Bacharel e mestre em teologia sistemática pela Scholl of Theology and Ministry no Boston

College, USA. Doutorando da FAJE em teologia sistemática e bolsista FAPEMIG. E-mail:

celio1540@gmail.com

SÍNTESE

Acompanhamos uma crise de pertencimento em que as instituições não são simplesmente postas em questão, mas são objeto de luta e de sequestro das suas estruturas e das forças que elas ainda representam. As instituições devem ser enriquecidas com as diversidades de pessoas e visões. Mas nas sociedades contemporâneas acompanhamos a prisão de muitas instituições sociais, políticas e religiosas por lobbys, grupos de interesses e de famílias, que manipulam como querem o papel de tais instituições. No contexto eclesial, indivíduos e grupos buscam se apropriar, como lhes convém, da missão da Igreja, do objeto da sua pregação e do seu papel no mundo. Nesse contexto, ela corre o risco de ser refém dos seus próprios membros e de si mesma quando perde de vista o espírito fundacional e a missão a que ela é chamada a ser e promover no mundo. Pretendemos realizar uma reflexão que identifique no interior da tradição da Igreja elementos que a ajude a se posicionar no mundo com horizontes e perspectivas próprias e irrenunciáveis para aqueles (as) que constituem o corpo eclesial e institucional. Para esse exercício, aproveitaremos da crítica de Johann Baptist Metz à religião burguesa, apresentando possíveis caminhos de superação e de conversão a partir do seu acento na perspectiva do Reino e sua tensão escatológica, e na sua ideia chave de memória cristã que dá os horizontes da conversão ao Reino e da missão libertadora da Igreja.

Palavras-chave: Memória; Conversão; Ideologias; Sociedade; Esperança.

ABSTRACT

We are witnessing a crisis of belonging in which institutions are not simply called into question but are object of dispute aiming to kidnap

their structures and the forces they still represent. Institutions must be enriched by the diversity of people and visions. But in contemporary societies we are witnessing the imprisonment of many social, political and religious institutions by lobbies, interest groups and families, who manipulate the role of these institutions as they wish. In the ecclesial context, individuals and groups seek to appropriate, as they suit them, the Church's mission, the object of its preaching and its role in the world. In this context, the Church runs the risk of being held hostage by its own members and itself when it loses sight of its founding spirit and the mission which the Church is called to be and promote in the world. We intend to carry out a reflection that identifies elements within the Church's tradition that help it to position itself in the world with its own horizons and perspectives that are indispensable for those who make up the ecclesial and institutional body. For this exercise, we will take advantage of Johann Baptist Metz's critique of bourgeois religion, presenting possible ways of overcoming and of conversion, based on his emphasis on the perspective of the Kingdom and its eschatological tension, and on his key idea of Christian memory, which provides the horizons for conversion to the Kingdom and for the Church's liberating mission.

Keywords: Memory; Conversion; Ideologies; Society; Hope.

Introdução

As sociedades contemporâneas assistem a uma crise das instituições e a afirmação das subjetividades. Essa crise não consiste em uma negação das instituições, mas sim na fragilidade de suas identidades que muito facilmente são sequestradas por ideologias totalitárias, excludentes e reacionárias. A vontade e os interesses dos indivíduos são legítimos, mas é fundamental que cada instituição se pergunte pelo seu fim último e como cada indivíduo experimenta esse vínculo.

No Brasil, por exemplo, os poderes constituídos, o legislativo, o judiciário e o executivo, e outras instituições como o exército e a Igreja, sofrem constantes investidas de pessoas, candidaturas e grupos identitários para ocupar postos e representar as vozes destas instituições. Isso demonstra que a crise institucional é, na verdade, a busca de um aparelhamento e identificação de indivíduos e seus interesses com tais instituições. Quando isso acontece, elas perdem a capacidade de exercer seus papéis sociais.

Diante das tendências notadas acima, propomo-nos a uma reflexão sobre o papel libertador da Igreja na sociedade e como ela dispõe de força e substrato na sua

identidade fundacional para superar essa constante tensão entre Igreja, indivíduos e sociedade. Para isso, recorreremos a crítica de Johann B. Metz à religião burguesa e ao antídoto que ele propõe para que a Igreja não se perca no seu papel libertador no mundo.

1. A crise de pertença: um sinal dos tempos

A 60ª Assembleia Geral da CNBB realizada em 2023, ao apontar para os grandes desafios da sociedade brasileira, apresentou um sinal preocupante que exige da Igreja e de cada um dos seus membros, caso não queiram um colapso da fé e da mensagem cristã, sérias reflexões sobre o sentido e o modo de pertença. O texto de análise de conjunta fala da crise de pertencimento, constatando que “cada vez mais os indivíduos ensaiam posições e papéis submetidos ao crivo única e exclusivamente de seu engajamento individual” (CNBB, 2023, p. 40).

Na história da Igreja e das sociedades humanas as instituições exerceram fortes papéis que determinavam as dinâmicas sociais, muitas vezes de forma autoritária e indiferente às individualidades e subjetividades. Essas instituições gozavam de poder que emanava diretamente de Deus e por isso se julgavam como instituições livres da arbitrariedade humana e no direito de impor sua voz sem qualquer prejuízo.

A Igreja enquanto instituição não precede à existência humana. Uma vez constituída e consolidada na história, a Igreja passou a ter uma força e valor maior que a dos indivíduos, o que não significa dizer que ela não representou interesses de poderosos, de classes, de famílias e de nações.

Em uma leitura mais positiva, as primeiras comunidades cristãs se submetiam a longas reflexões a fim de superar os dilemas particulares e de comunidades locais para chegarem a uma profissão de fé e de práticas pastorais inclusivas e católicas. A experiência dessas comunidades nos mostra como a tradição cristã lidava com a pluralidade e as demandas distintas sem perder de vista o princípio unificador e inspirador da identidade da comunidade cristã: a união de todos em Cristo Jesus no seu mistério memorável.

2. Jesus, o Reino e sua tensão escatológica

Johann Baptist Metz, no seu projeto de pensar uma teologia política, apresenta a Igreja como instituição enraizada na história, pois o Cristo da Igreja é aquele encarnado no mundo, que manifesta os sinais do Reino no plano da existência histórica, criando espaço nos corações e no mundo para a realização da promessa messiânica. Metz é consciente de que a realização plena do Reino e da plenitude humana é promessa para um outro plano escatológico. Mas na experiência de Jesus de Nazaré e na vida dos seus seguidores guiados pelo Espírito, falamos do “já e ainda não” do Reino de Deus. Embora o mundo não seja capaz de acolher o Reino na sua plena realização, Metz insiste no que está no plano da historicidade dos sinais do Reino.

Se por um lado o Reino é uma utopia no sentido de que não há espaço para pensar na sua plena realização no mundo, por outro lado, é justamente essa realidade transbordante do Reino, para não dizer transcendente, que positivamente não permitirá que a Igreja se contente com a realização de qualquer projeto e aliança no mundo.

Essa tensão escatológica faz com que a Igreja viva desperta e numa contínua atenção à sua presença no mundo. Ela e os cristãos não podem se limitar ao *já*, assumindo um conformismo que não gera rupturas e novas dinâmicas humanas e sociais. E o *ainda não* deveria exercer uma força positiva no cristão para assumir o mundo como realidade a ser transfigurada em Cristo Jesus. A afirmação do “já do Reino” é o reconhecimento de que Deus está atuando na história e nela deixa as suas marcas.

2.1. Conversão ao Reino a partir da memória de Cristo

“O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15).

As primeiras palavras de Jesus no evangelho de Marcos são uma chave de leitura para a preocupação teológica de Metz: Reino, tempo, história e conversão. A promessa messiânica é um compromisso de Deus na história e suas diversas fases. Essa promessa é sobre uma esperança, uma expectativa a ser realizada no mundo e nos corações. Mas o Reino carece da conversão dos corações, pois este é reinado de Deus nas pessoas. Por isso muitos teólogos preferem falar de Reinado de Deus sem renunciar às categorias de espaço e de tempo. Não pretendemos aqui explorar a fundo a teologia do Reino e da

esperança em Metz. Nosso interesse é apenas pontuar que, sem a compreensão de uma vontade salvífica de Deus para o ser humano na história, a Igreja será uma instituição desencarnada, descomprometida e alienada no mundo.

A teologia de Metz é um esforço de responder a questões que a teologia clássica e transcendental não tem respondido quanto ao papel da Igreja e dos cristãos no mundo. Ele traz a teologia para o plano da historicidade e da práxis. De alguma forma, Metz é um teólogo que vive uma indigestão da teologia transcendental do seu amigo e mestre Karl Rahner. Para Metz, essa teologia articula o tema da graça e da revelação em um pressuposto individual e intimista entre sujeitos. Fala-se da autocomunicação de Deus. De fato, a *Dei Verbum* nos apresenta assim o conceito de revelação em que Deus não revela simplesmente coisas, preceitos, palavras, mas a si mesmo ao ser humano. Porém, o forte acento na ideia de autocomunicação sem tematizar a vontade de Deus e seu projeto para o ser humano no mundo pode levar a Igreja a esquecer do seu papel libertador.

O problema em si não está nessa ideia de revelação, mas na insuficiente articulação de um plano também revelado que confronte a realidade do mundo. Na experiência cristã temos a revelação de uma esperança que deve ser compreendida principalmente a partir dos pobres, dos inocentes e dos injustiçados.

Segundo Metz, é preciso recuperar a linguagem das raízes bíblicas das tradições cristãs que “procura dar uma memória ao grito dos seres humanos, e uma temporalidade, i.e., seu respectivo prazo, ao tempo do mundo” (METZ, 2013, p. 16). Nesse sentido, Metz resgata a visão apocalíptica em que Deus estabelece a realização da sua vontade no tempo e no espaço e denuncia “a tendência presente em todas as visões de mundo de se ocultar a gritante infelicidade no mundo, mítica ou metafisicamente, e toda aquela amnésia cultural que até hoje deixa invisíveis todos os sofredores do passado, e também torna seus gritos inaudíveis” (METZ, 2013, p. 17).

Essa visão apocalíptica condiz com a esperança messiânica e lembra a Igreja do seu compromisso com o mundo assumido pelo Verbo encarnado. Além disso, o foco na ideia de conversão ao invés da simples reconciliação é fundamental para tirar a Igreja da sua inércia e devolvê-la ao mundo que exige transformação. Nesse sentido, Metz insiste que a Igreja deu muita atenção à experiência privada de reconciliação e seu acento no pecado, exigindo pouca conversão ao Reino a partir do grito dos sofredores:

A doutrina da salvação dramatizou a questão do pecado e negligenciou a questão do sofrimento [...] será que não expulsamos da nossa linguagem de fé cristã, depressa e tranquilamente demais, os gritos que soam na história do insondável sofrimento humano no mundo? (Metz, 2013, p. 20).

O cristianismo é a religião do perdão, mas essa pérola precisa ser bem compreendida. A reconciliação entre irmãos a que visa o evangelho também convida à correção fraterna e à conversão. As tradições cristãs oferecem muitos elementos que podem ajudar a resgatar a dimensão da conversão e da restauração possível nos processos de reconciliação. Na *Fratelli Tutti*, por exemplo, o Papa Francisco nos alerta quanto a esse perigo de a Igreja decretar uma reconciliação geral, irresponsável e apressada:

Não se trata de propor um perdão renunciando aos próprios direitos perante um poderoso corrupto, um criminoso ou alguém que degrada a nossa dignidade. Somos chamados a amar a todos, sem exceção, mas amar um opressor não significa consentir que continue a ser tal; nem levá-lo a pensar que é aceitável o que faz. Pelo contrário, amá-lo corretamente é procurar, de várias maneiras, que deixe de oprimir, tirar-lhe o poder que não sabe usar e que o desfigura como ser humano. (Francisco, 2020, n. 241, p. 64).

Francisco soa como uma espécie de resposta aos apelos de Metz para o lugar da conversão e da memória na teologia e na vida eclesial. Para Francisco, as feridas e as injustiças não podem ser encobertas com o manto do esquecimento (Francisco, 2020, n. 246). O cristão não é um ressentido pela dor e injustiça sofridas. Ele é uma pessoa com memória que encontra caminhos de seguir adiante. Essa memória é pedagógica e libertadora. A teologia de Metz é construída no compromisso com as memórias dos sofredores e injustiçados, que reclamam um lugar no processo de conversão e de superação de tudo aquilo que pode voltar a causar tanto mal como aquele de Auschwitz e de tantos outros campos de concentração.

Karl Rahner dizia que o cristão do futuro ou seria místico ou não seria cristão. Já Metz afirma que o místico ou abre os olhos para ver a face e os sofrimento concretos dos pobres ou este místico não será cristão. Por isso, a historicidade da salvação tem de lidar com a memória dos sobreviventes e das vítimas do mal deste mundo. Aqui Metz nos coloca diante da sua ideia fundamental de *memória passionis*. Para ele, a teologia só consegue avançar numa proposta de racionalidade universal a partir dessa memória, pois “não existe sofrimento no mundo que não nos diga respeito” (METZ, 2013, p. 23). É

essa memória que possibilita a Igreja e seus membros a não se fecharem nas suas demandas particulares.

A *memória passionis* é a condição de despertar para uma sensibilidade a partir da qual uma racionalidade poderá ser pensada. A memória que fazemos de Jesus é *passionis*, mas é também *memória perigosa*. Ou seja, não se trata de fundamentar uma racionalidade exclusivamente na *passionis*, mas há de recuperar e trazer à luz a vida, o ideal, a causa, a paixão de Jesus, a sua pessoa, e a justiça de Deus realizada nele. Este Jesus, sua memória e sua condição, sua história e sua paixão, é o lugar teologal.

3. Uma Igreja autocrítica, por isso libertadora

A Igreja, por um lado, não é e nem se confunde com o Reino de Deus, como foi pensado desde *Trento* ao *Vaticano II*. Por outro lado, ela é instrumento de realização do Reino que não se confunde com nenhuma pretensão ideológica e projeto político-social.

No contexto europeu, o teólogo afirma que a Igreja é uma religião burguesa, pois se identificou com um sujeito histórico. Mas a sua consciência crítica permite que ela faça um caminho de superação da mentalidade burguesa, dando espaço para a esperança messiânica a partir do mundo dos pobres, dos injustiçados e vulneráveis.

A Igreja vive na constante tensão de ser uma instituição livre para ser libertadora. Para isso, ela deveria ser uma instituição de segunda ordem, isenta de interesses privados. Carolyn M. Warner defende a tese da inevitável identificação de um grupo ou instituição como grupo de interesse (WARNER, 2000, p. 3). Nesse sentido, a Igreja se constituiu também como um grupo de interesse e exerce pressão sobre pautas cujas decisões dependem de outros grupos. Ela não só tem interesses, mas pode assumir interesses privados. E aqui está o grande desafio da consciência que ela precisa ter de si.

Na cristandade vimos a relação próxima entre Igreja e Estado. Essa relação entrou em colapso quando os grupos reconheceram seus interesses próprios. A Igreja, ao se isolar como Estado do Vaticano, quis dizer para o mundo que ela é uma instituição autônoma, de pensamento livre e com uma mensagem universal. Mas ela não é autônoma no sentido de que ela não pode não tomar partido. Para Metz, a caridade cristã é partidária. Jesus assume os não privilegiados e a universalidade da caridade “não consiste em renunciar ao partidário, *mas na maneira como ela toma partido*, ou seja, sem ódio e sem misantropia – até a loucura da cruz ” (METZ, 1984, p. 11). Nada está isento de tensões e a Igreja terá de assumir essa tensão até o fim dos tempos.

A crítica de Metz à religião burguesa serve como metáfora para todas as igrejas particulares. A superação da alienação do horizonte dessa religião é possível de acontecer por meio da *memória perigosa* de Jesus de Nazaré, “que nos desperta, assustados, da precipitada reconciliação com os ‘fatos’ da nossa atualidade unidimensional. Nela, a fé cristã poderia se expressar como uma lembrança que nos deixaria livres para sofrermos o sofrimento dos outros” (Metz, 2013, p. 31). Portanto, não é a fome, a sede e a esperança do burguês que informam as buscas e lutas do cristão, mas os valores revelados no corpo e na vida do servo sofredor.

A Igreja, como instituição crítica, deve reconhecer as necessidades e interesses dos seus membros, mas sempre com clareza de que, como atestam os testemunhos bíblicos, “Cristo não é uma entidade particular nem a Igreja um grêmio. E assim relataram o encontro de Jesus Cristo e dos seus testemunhos com o mundo político-estatal e suas tendências” (METZ, 1968, p. 10).

Conclusão

Metz aproveita daquilo que está no coração da revelação cristã e da celebração que não é só o memorial de Jesus enquanto um rito, mas também da sua *memória passionis* e *memória perigosa*, que podem levar os fiéis a uma compreensão de pertença à Igreja enquanto compromisso com a memória e a esperança de Jesus Cristo. Também é importante que os fiéis sejam constantemente expostos à memória de Cristo, pois a conversão não é fruto de conjecturas ou de uma reflexão intelectual, mas pressupõe experiência afetiva; de contemplar o mundo dos empobrecidos; de deixar os sentidos e o coração serem tocados como Jesus que via o sofrimento e o abandono do povo e sentia compaixão. A conversão política, intelectual e eclesial passa pela experiência do coração. Somente assim, falaremos de uma conversão e mística efetivas, de uma Igreja e de fiéis capazes de se comprometerem com um Reino que não é abstrato, mas que tem opção clara no mundo: caminhar ao lado dos empobrecidos e sofredores, promovendo vida e libertação.

Referências

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1973.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Os grandes desafios da sociedade brasileira: uma análise de conjuntura*. 2023. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/OS-GRANDES-DESAFIOS-PARA-A-SOCIEDADE-BRASILEIRA-230414-191806.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

METZ, Johann Baptist. *Mística de olhos abertos*. São Paulo: Paulus, 2013.

METZ, Johann Baptist. *O problema de uma teologia política e a determinação da Igreja como instituição de liberdade crítico-social*. Concílium, 36, n. 6, p. 5-20, jun 1968.

Metz, Johann Baptist. *Para além de uma religião burguesa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

Francisco. *Fratelli Tutti*. Roma: 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

WARNER, Carolyn M. *Confessions of an Interest group – the Catholic Church and political parties in Europe*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000.

Capítulo 7
LEITURA VERDE DA BÍBLIA COMO SINAIS DOS TEMPOS
Luciano José Dias



LEITURA VERDE DA BÍBLIA COMO SINAIS DOS TEMPOS

Luciano José Dias

Doutorando em Teologia pela PUC-SP, Mestre em Teologia pela mesma instituição. Pós-graduado em práticas pedagógicas de ensino religioso e cultura judaico-cristã pelo Centro cristão de estudos judaicos em parceria com a Faculdade Assunção. Bacharel em Teologia pela Faculdade Metodista de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa TIAT e bolsista CAPES. E-mail: lucianojdias@gmail.com ORCID: 0000-0001-8077-4636. ID Lattes: 421103195927.

RESUMO

A gênese da expressão “*Sinais dos tempos*” (ST) é averiguado bíblicamente pela primeira vez em Mateus 16,2-3, trazendo uma clara compreensão teológico de cunho messiânico escatológico da presença do reino de Deus entre nós. Essa expressão, passou por várias interpretações dentro da história, e hoje, tornou-se uma referência de eventos, circunstâncias ou fenômenos que indicam mudanças, transformações ou desafios em uma determinada época ou sociedade¹¹. Esses sinais podem ser observados em diferentes áreas da vida, como política, economia, cultura, tecnologia, meio ambiente, teologia, entre outros. A expressão “*sinais dos tempos*”, (ST) sugere que esses acontecimentos são representativos ou simbólicos das características e tendências de uma determinada época. Ela enfatiza o fato de observar e compreender esses sinais para se ter uma compreensão mais profunda do contexto em que estamos vivendo. É possível ver na atualidade, uma busca no campo da interpretação bíblica, de se fazer uma leitura verde de vários textos, que na visão dos pesquisadores, expõem, já na antiguidade, a preocupação do ser humano pela defesa da natureza, reconhecendo-a sinal da presença do reino de Deus entre nós. Essa leitura verde, buscada cada vez mais, por diversos nomes da teologia bíblica, pode ser visto como um *sinal dos tempos* (ST), já que apontam o reconhecimento humano de suas obrigações em cuidar e defender aquilo que lhes foi dado por Deus – enquanto sua imagem e semelhança

¹¹ A expressão sinais dos tempos tem origem bíblica, pois Jesus a usou para se referir aos acontecimentos que indicariam a proximidade da sua vinda (Mateus 16,3). A expressão também foi usada pelo papa João XXIII para se referir aos desafios e às oportunidades que o mundo moderno apresentava para a Igreja. A expressão pode ser entendida como uma forma de reconhecer a presença e a ação de Deus na história humana, e de interpretar os fatos à luz da fé e do Evangelho.

– para administrarem com zelo e respeito. A Bíblia contém princípios e ensinamentos que podem ser relacionados tanto à teologia quanto à ecologia. Embora a palavra "*ecologia*" não seja usada especificamente na Bíblia, há ensinamentos e temas relevantes que podem ser aplicados a essa área.

Palavras-chave: Sinais dos tempos. Ecologia. Leitura verde.

ABSTRACT

The genesis of the expression "Signs of the times" is verified biblically for the first time in Matthew 16,2-3, bringing a clear theological understanding of the eschatological messianic nature of the presence of the kingdom of God among us. This expression has undergone several interpretations throughout history, and today, it has become a reference to events, circumstances or phenomena that indicate changes, transformations or challenges in a given time or society. These signs can be observed in different areas of life, such as politics, economy, culture, technology, environment, theology, among others. The expression "signs of the times" suggests that these events are representative or symbolic of the characteristics and trends of a given time. She emphasizes the fact of observing and understanding these signs to have a deeper understanding of the context in which we are living. It is currently possible to see a search in the field of biblical interpretation, to make a green reading of several texts, which in the view of researchers, expose, already in antiquity, the concern of human beings for the defense of nature, recognizing it as a sign of the presence of the kingdom of God among us. This green reading, increasingly sought after by various names of biblical theology, can be seen as a sign of the times, since it points to the human recognition of their obligations to care for and defend what was given to them by God - as their image and likeness--to administer with zeal and respect. The Bible contains principles and teachings that can be related to both theology and ecology. Although the word "ecology" is not used specifically in the Bible, there are relevant teachings and themes that can be applied to this area.

Keywords: Signs of the Times. Ecology. Green Reading.

INTRODUÇÃO

A noção "sinais dos tempos" (ST) é constantemente usada para descrever eventos, situações ou fenômenos que são indicativos ou representativos de uma determinada época ou era (MACGRATH, 2018, p. 75). Ela sugere que algo está identificado e que reflete as características, tendências ou valores predominantes em determinado período histórico. É uma expressão usada para enfatizar o símbolo ou significado de algo dentro de um contexto temporal específico. Em sentido teológico-

pastoral, Paulo Suess assinala que o uso da terminologia “sinais dos tempos” (ST) não esteve submetido a uma leitura unívoca, estando sempre dependente do lugar social em que está inserido o intérprete. Ele expressa: “Pensamos com a casa onde moramos, com a cadeira onde estamos sentados, e com a mesa onde comemos” (SUESS, 2008, entrevista).

Em suma, a interpretação dos “sinais dos tempos” (ST) está intrinsecamente ligada à perspectiva sociopolítica e histórica, contemporânea ao leitor. Os “sinais dos tempos” podem variar de acordo com a perspectiva e o contexto cultural, social ou histórico. Alguns exemplos comuns incluem avanços tecnológicos disruptivos, mudanças nas relações de poder, crises sociais, ambientais, mudanças de valores e atitudes sociais, entre outros eventos que refletem as características e desafios de uma determinada época.

A origem da expressão “sinais dos tempos” (ST) é bíblica, sendo observada primeiramente no evangelho de Mateus no capítulo 16 versos 2-3.

Ele respondeu-lhes: “No fim da tarde, dizeis: ‘Vai fazer tempo bom, pois o céu está cor de fogo’, e de madrugada: ‘Hoje teremos tempestade, pois o céu está vermelho escuro’. Sabeis, pois, distinguir muito bem os aspectos do céu; mas não reconheceis os sinais dos tempos!”

Aprofundando sinais dos tempos em Mateus

No contexto específico do evangelista Mateus, Jesus está repreendendo os fariseus e os saduceus por sua falta de discernimento espiritual. Eles eram capazes de observar e interpretar os sinais meteorológicos, como a aparência do céu, mas eram incapazes de reconhecer os “sinais dos tempos” que apontavam para a presença e a mensagem de Jesus como o Messias (STORNILO, 1991, p. 114).

A frase “sinais dos tempos” (ST) nessa passagem pode ser interpretada como referindo-se aos sinais proféticos e às evidências claras de que o tempo messiânico havia chegado com a vinda de Jesus. Os sinais dos tempos incluíam os ensinamentos, os milagres e as obras realizadas por Jesus, bem como o cumprimento das profecias do Antigo Testamento (STORNILO, 1991, p. 114).

Essa repreensão de Jesus ressalta a importância de interpretar e discernir corretamente os sinais espirituais e reconhecer a presença e a obra de Deus em meio às circunstâncias e eventos do tempo presente. É um chamado para estar atento aos sinais

que apontam para a vontade de Deus e para o cumprimento de suas promessas (VITÓRIO, 2019, p. 171).

Embora essa passagem não esteja diretamente relacionada aos "sinais dos tempos" no sentido mais amplo, como mencionados no Discurso do Monte das Oliveiras em Mateus 24, ela nos lembra da importância de discernir e interpretar corretamente os sinais espirituais em nosso tempo, a fim de responder adequadamente à obra de Deus em nossas vidas e em nosso mundo (STORNILO, 1991, p. 114).

No Evangelho de Mateus, Jesus menciona e interpreta alguns "sinais dos tempos" (ST) que apontam para eventos significativos e o cumprimento das profecias. Esses sinais são mencionados principalmente no capítulo 24, conhecido como o Discurso do Monte das Oliveiras ou Discurso Escatológico (VITÓRIO, 2019, p. 235). Algumas das principais referências aos "sinais dos tempos" (ST) em Mateus incluem:

1. Falsos messias e falsos profetas: Jesus alerta sobre o surgimento de pessoas que se autoproclamam o Messias ou que afirmam falar em nome de Deus, enganando muitos (Mt 24,4-5, 11, 23-26).
2. Guerras e rumores de guerra: Jesus profetiza a ocorrência de conflitos e instabilidades políticas em várias regiões (Mt 24,6-7).
3. Fomes, pestes e terremotos: Jesus menciona desastres naturais e calamidades como sinais dos tempos (Mt 24,7).
4. Perseguição dos discípulos: Jesus adverte sobre a perseguição e o ódio que os seguidores de Cristo enfrentarão por causa de sua fé (Mt 24,9-10).
5. Pregação do Evangelho em todo o mundo: Jesus afirma que o evangelho será pregado em todas as nações antes da consumação dos tempos (Mt 24,14).
6. A abominação da desolação: Jesus menciona um evento futuro que envolverá uma profanação do Templo em Jerusalém (Mt 24,15), possivelmente relacionado à destruição do Templo pelos romanos em 70 d.C. (VITÓRIO, 2019, p. 235-238).

Esses "sinais dos tempos" (ST) são interpretados como indicadores do fim dos tempos e do retorno iminente de Jesus Cristo. No entanto, é importante notar que Jesus também enfatiza que somente Deus conhece o momento exato desses eventos (Mateus 24,36) e que os discípulos devem permanecer vigilantes e fiéis independentemente do tempo em que vivem (STORNILO, 1991, p. 175).

Embora o conceito de "sinais dos tempos" em Mateus não aborde diretamente a preocupação ecológica, pode-se estabelecer uma ligação entre os dois temas considerando o contexto atual. Aqui estão algumas maneiras de fazer essa ligação:

1. Responsabilidade de cuidar da criação: A preocupação ecológica hoje está centrada na compreensão de que os seres humanos têm a responsabilidade de cuidar da criação de Deus (FABRÍCIO, 2014, p. 91). Da mesma forma que os sinais dos tempos em Mateus chamam a atenção para a necessidade de estar alerta e responsável em relação aos acontecimentos (Mt 16,2-3), a preocupação ecológica enfatiza a importância de cuidar do meio ambiente e preservar os recursos naturais para as gerações futuras.
2. Consequências das ações humanas: Assim como os "sinais dos tempos" (ST) em Mateus alertam sobre as consequências das escolhas e ações humanas (Mt 24,7), a preocupação ecológica nos lembra que nossas ações têm um impacto direto no meio ambiente. A exploração irresponsável dos recursos naturais, a poluição, a destruição dos habitats naturais e as mudanças climáticas são exemplos das ações humanas que afetam negativamente o meio ambiente.
3. Justiça e bem-estar das pessoas e do planeta: A preocupação ecológica também está relacionada à busca pela justiça e bem-estar das pessoas e do planeta como um todo (BOFF, 2014, p. 190). Da mesma forma que Jesus instrui seus seguidores a amar o próximo e cuidar dos mais vulneráveis (Mt 22,37-39), a preocupação ecológica nos leva a considerar como nossas ações afetam as comunidades e os ecossistemas, especialmente os mais marginalizados e empobrecidos.
4. Interconexão e interdependência: A preocupação ecológica destaca a interconexão e interdependência entre todos os elementos da criação (Rm 8,19-22). Da mesma forma, os "sinais dos tempos" (ST) em Mateus nos lembram da interdependência entre os eventos e tendências em nossa sociedade. Ambos os contextos nos convidam a reconhecer e respeitar a teia complexa de relacionamentos e a considerar as consequências de nossas ações em toda a criação.

Embora essas ligações possam ser estabelecidas entre os "sinais dos tempos" (ST) em Mateus e a preocupação ecológica hoje, é importante lembrar que a interpretação teológica e a aplicação prática desses temas podem variar entre diferentes tradições religiosas e perspectivas individuais.

A atual preocupação ambiental

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na conscientização global sobre as questões ambientais e a necessidade de preservar e proteger o meio ambiente. Essa busca pela defesa da natureza se manifesta em diversos aspectos, como a adoção de práticas ecológicas, o movimento pela redução do uso de plástico, a promoção de energias renováveis, a preservação da biodiversidade e a preocupação com a crise ambiental.

Ainda assim, de um lado, encontramos aqueles que prefere a desinformação e/ou uma ignorância motivada por interesses egoístas quando se fala de preservação, de outro lado, ocorrem avanços significativos em relação às pesquisas e aos debates sobre as questões ecológicas. Menciono aqui, o *Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2021,¹² e também a Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, apresentada em 2015, dizendo que o atual século poderá testemunhar mudanças climáticas inauditas com destruição sem precedentes dos ecossistemas.¹³

Essa crescente preocupação e ação em relação à defesa da natureza pode ser vista como “*sinais dos tempos*”, indicando uma maior conscientização sobre os efeitos das atividades humanas no meio ambiente e um desejo de promover uma relação mais equilibrada e sustentável com a natureza. Essa busca pela defesa da natureza também pode estar ligada a uma compreensão crescente da interconexão entre a saúde do planeta, a qualidade de vida das pessoas e a sobrevivência das futuras gerações.

À medida que mais pessoas reconhecem a importância de cuidar do meio ambiente, elas se envolvem em ações individuais e coletivas para promover a sustentabilidade e proteger os recursos naturais. É perfeitamente possível ler, o fato de termos cada vez mais pessoas engajadas em ações de proteção ao meio ambiente, como “*sinais dos tempos*” (ST).

No entanto, é importante lembrar que ainda existem desafios a serem enfrentados e que a defesa da natureza requer esforços contínuos e ações concretas para alcançar resultados ainda inalcançados, e a teologia bíblica, através de uma leitura verde, tem muito a acrescentar. Como leitura verde, destaco aqui, a descrição utilizada

¹² INTERGOVERNMENTAL PAINEL OF CLIMATE CHANGE. Sixth Assessment Report (AR6). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/#SPM>. Acesso em: 03 out. 2022.

¹³ FRANCISCO, Papa. *Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

por Habel, quando diz que, os textos bíblicos podem ser classificados como “verdes” ou “cinzas”. Os textos verdes são aqueles textos onde a natureza, a criação ou a comunidade da Terra é afirmada, valorizada e reconhecida como tendo um papel e uma voz. Os textos cinzas são aqueles textos onde a natureza, a criação ou a comunidade da Terra é desvalorizada, oprimida, privada de voz ou sujeita a várias formas de injustiça nas mãos dos humanos ou de Deus (HABEL, 2011, p. 3).

Habel afirma que é importante reconhecer que a identificação de textos como verdes ou cinzas está fundamentada em uma hermenêutica ecológica revisada e requer uma reorientação radical do texto bíblico. Ele articula que uma hermenêutica ecológica exige uma mudança radical de postura tanto em relação à Terra como sujeito do texto quanto em nossa relação com a Terra como leitores (HABEL, 2011, p. 3). Aqui, para ele, o termo “Terra” refere-se ao ecossistema total, a teia da vida, os domínios da natureza com os quais estamos familiarizados, dos quais somos parte integrante e nos quais enfrentamos o futuro com todos os seus desafios.

Nossa atualidade, tem nos oferecido alguns pesquisadores de diversas áreas, ainda que de forma tímida, escrevendo sobre esse assunto. Entre eles, destacamos a seguir, o Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si*.

Papa Francisco e a Encíclica *Laudato Si*.

O Papa Francisco escreveu uma encíclica intitulada “*Laudato Si*”, em 2015, que trata especificamente da ecologia e do cuidado com o meio ambiente, destacando a importância de uma abordagem holística e sustentável em relação à criação. Seu título é inspirado em um cântico escrito por São Francisco de Assis, que reconhece a interconexão entre todas as criaturas e a importância de cuidar da Terra, nossa casa comum.

A encíclica aborda questões relacionadas à ecologia, sustentabilidade e justiça social, destacando os desafios ambientais que enfrentamos e a necessidade de uma resposta global para proteger o meio ambiente e promover a motivação humana. O Papa Francisco enfatiza a visão cristã de que a criação é um dom de Deus e que os seres humanos têm a responsabilidade de serem bons administradores da Terra. Ele destaca a relação entre pobreza, desigualdade social e degradação ambiental, enfatizando a necessidade de abordar essas questões de forma integrada.

A encíclica também aborda temas como a crise climática, o consumo excessivo, a perda da biodiversidade e a água como um direito humano fundamental. O Papa Francisco faz um apelo à conversão ecológica, convidando todas as pessoas, especialmente os líderes políticos e religiosos, a assumirem a responsabilidade de cuidar do planeta e promover um estilo de vida mais sustentável.

Em resumo, “*Laudato Si*” é um chamado para uma maior consciência e ação em relação à crise ambiental que enfrentamos, reconhecendo a interdependência entre os seres humanos, as demais criaturas e o meio ambiente, e enfatizando a necessidade de uma abordagem integral e solidária para enfrentar esses desafios.

Enquanto *sinais dos tempos*, a reflexão trazida pelo Papa Francisco na *Laudato Si* é um expressivo avanço sobre onde se encontra o homem, dentro da criação, na casa comum, na qual vive, com todos os demais outros seres, a terra, sendo ele, o único que pode influenciar diretamente a existência ou extinção dos demais, e, portanto, tem um papel significativo para com a defesa e preservação dessa casa.

Da *Laudato Si* a outras leituras verdes

Papa Francisco, é um autor que aborda essa temática de defesa da natureza, mas existem vários outros autores contemporâneos que tal como ele, se mostram preocupados com a situação na qual nos encontramos, e têm, portanto, abordado a interseção entre a Bíblia e a ecologia, e no final desse trabalho, deixarei uma bibliografia a disposição, para aqueles que quiserem se aprofundar na temática. Essas obras exploram diferentes perspectivas teológicas sobre a relação entre a fé e a defesa da natureza, fornecendo insights e reflexões valiosas sobre o assunto.

Existem, também, vários textos no Antigo Testamento que podem ser interpretados como uma visão de defesa da natureza e cuidado com o meio ambiente, isso não pode ser negado. Entre eles, sem nenhuma intenção de esgotar a perspectiva de sua interpretação, mas, somente como citação e exemplo, me apoio no texto de Gênesis 1,26-28, que traz a responsabilidade do ser humano de cuidar da criação. A Bíblia ensina que os seres humanos são chamados a serem responsáveis pela criação de Deus. Isso implica a responsabilidade de cuidar do meio ambiente e tratar a natureza com respeito. Pegando de Gênesis 1,1-31, a criação do mundo lá descrita, destaca o poder, a ordem e a

beleza da criação de Deus. A humanidade é criada à imagem de Deus e recebe a responsabilidade de cuidar da terra e dos seres vivos.

Surpreende-nos notar que, embora, a dimensão ecológica não constitua o centro dos textos sagrados, ainda assim, a leitura a partir de uma perspectiva ecológica pode ser alcançada já em textos iniciais, como é o caso do livro de Gênesis, que apresenta uma preocupação com a criação em todas as suas dimensões, sendo incumbindo o homem, enquanto ser humano (*adam* - homem e mulher) em cuidar de sua preservação. Certamente, os textos bíblicos do Antigo Testamento, em especial o livro de Gênesis, podem colaborar para a edificação de princípios de preservação do meio ambiente, isso, é claro, quando realizada a leitura deles a partir de uma perspectiva ecológica (LIMA e REIMER, 2014, p. 89-15).

A leitura verde dos textos bíblicos, ou se preferirem, uma leitura em perspectiva ecológica é algo que está avançado e merece atenção, pois tais textos oferecem fonte de pesquisa ampla e interessante, principalmente no aspecto ecológico. Trata-se de um campo de estudo que busca resgatar a dimensão da criação como parte integrante da revelação de Deus e da sua vontade para a humanidade e o mundo. Essa leitura procura também denunciar as formas de exploração e degradação da natureza que contrariam o projeto divino e comprometem a vida de todas as criaturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma possível forma de relacionar a expressão “sinais dos tempos” (ST) com a atual busca por uma leitura ecológica de textos bíblicos é reconhecer que os acontecimentos históricos e naturais que marcam o nosso tempo são formas de Deus se revelar e nos convidar a uma conversão ecológica. Sendo assim, tal leitura deve levar em conta, não somente os desafios, como também, as oportunidades que o nosso contexto nos apresenta para cuidar da criação e viver em harmonia com Deus, com o próximo e com a natureza.

A leitura verde dos textos bíblicos é uma forma de reconhecer que Deus é o criador e o Senhor de tudo o que existe, e que nós somos seus administradores e não donos. A Bíblia nos ensina que Deus viu que tudo o que ele havia feito era muito bom (Gênesis 1,31), e que ele nos deu a missão de cultivar e guardar a terra (Gênesis 2,15). Portanto, devemos respeitar e cuidar da obra de Deus, e não a explorar ou destruí-la. A

leitura verde também nos ajuda a perceber que a ecologia não é apenas uma questão ambiental, mas também social e espiritual, pois envolve a nossa relação com Deus, com os outros seres humanos e com toda a criação.

Termino concluindo que, numa sociedade como a nossa, onde durante séculos, o ser humano, vem fazendo uso de todos os recursos do planeta – nossa casa comum – de forma desenfreada, sem se preocupar em preservar, acreditando que a natureza sempre irá se recompor, mesmo que ela mostre o contrário, encontrar pessoas que fazem e propõem a outros, fazerem uma leitura verde dos textos Bíblicos, trazendo à tona, reflexões sobre a necessidade de preservação, certamente se trata de “*sinais dos tempos*” (ST).

REFERÊNCIAS

ARNOULD, Jacques. Terra habitável: um desafio para a teologia e à espiritualidade cristãs. São Leopoldo: Unisinos, 2005. ANDERSON, Bernhard W. From Analysis to Synthesis: The Interpretation of Gen, 1-11. *Journal of Biblical Literature*, vol. 97 n. 1, 1978: 23-29.

BARKER, Margaret. *Creation: A Biblical Vision from The Environment*. London: T&T Clark International, 2010.

BOFF, Clodovis. *Sinais dos tempos: princípios de leitura*. São Paulo: Loyola, 1979.

BOFF, Leonardo L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: Dignidade e direitos da mãe terra*. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. *Cuidado necessário: Na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. *Ética e espiritualidade: Como cuidar da casa comum*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOFF, Leonardo. *O destino do homem e do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

COMBLIN, José. Sinais dos Tempos e a Evangelização. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1968.

CROATTO J S. A vida da natureza em perspectiva bíblica: Apontamentos para uma leitura ecológica da Bíblia. Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana. Petrópolis: São Leopoldo, 1995.

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

GRENZER, Matthias. Aprendizados com a catástrofe climática (Êxodo 9,13-35). In: Perspectiva Teológica, vol. 54, n. 2, 2022 (no prelo).

GRENZER, Matthias; AGOSTINHO, Leonardo Henrique Silva. Árvores nos Salmos. Elementos para uma educação espiritual e ambiental. In: Encontros Teológicos, vol. 36. 2021: 439-456.

GRENZER, Matthias; GROSS, Fernando. Leis deuteronomicas favoráveis à preservação de fauna e flora. In: Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, vol. 11, 2019: 778-791.

HABEL, Norman. The Birth, the Curse and the Greening of Earth: An Ecological Reading of Genesis 1–11. Sheffield Phoenix Press, 2011.

LIMA, Fabrício Wantoil. Dimensões ambientais de textos bíblicos: contribuições para formação de princípios no âmbito do direito ambiental contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

LIMA, Fabrício Wantoil; REIMER, Haroldo. Princípios de Preservação Ambiental a Partir do Antigo Testamento da Bíblia Sagrada. FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science, vol.3, n.1, 2014: 89-105.

MACGRATH, Marcos Gregório. Los Signos de los Tiempos en America Latina hoy. In: II CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPADO LATINO AMERICANO, la Iglesia en la actual transformación de America Latina a la luz del Concilio: I Ponencias.

MORAIS, Eveline Rachel Moreira de. A Bíblia na educação ambiental: a contribuição dos textos ecocêntricos do Antigo Testamento. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PALMA R F. Leis Ambientais na Bíblia. Goiânia: Kelps, 2002.

PAPA FRANCISCO. Carta encíclica “Laudato SI”: sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015.

REIMER H. Bíblia e Ecologia. São Paulo: Editora Reflexão, 2010.

REIMER H. Ivoni; MATOS, Keila. Sobre Origens do Ser e das Coisas: uma apresentação. In: RICHTER REIMER, Ivoni; MATOS, Keila (orgs). Mitologia e literatura sagrada. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009. p. 7-10.

REIMER H. Toda a criação: Ensaios de Bíblia e Ecologia. São Leopoldo: Oikos, 2006.

REIMER, H. "Leis dos Tempos Jubilares na Bíblia: Ensaio de Uma Perspectiva Histórica". Estudos Bíblicos. São Paulo: São Leopoldo, n. 58. 1998.

REIMER, H; RICHTER REIMER, Ivoni. Espiritualidad ecológica en la Biblia. Ribla. In: Espiritualidad bíblica en una perspectiva ecológica. Revista de Interpretación Bíblica Latino Americana nº 65. Recu: Quito, Ecuador, 2011, p. 46-59.

STADELMANN, Luís I.J. SJ. Criação e ecologia na Bíblia. São Paulo: Loyola, 2007.

STORNILO, Ivo. O Evangelho de Mateus: O caminho da justiça. São Paulo: Paulus, 1991.

SUESS, Paulo. Deus ocupa o espaço que nós lhe damos, Ele entra onde nós abrimos as portas. Entrevista especial com Paulo Suess. Instituto Humanitas Unisinos, 21 agosto 2008. "Deus ocupa o espaço que nós lhe damos, Ele entra onde nós abrimos as portas". Entrevista especial com Paulo Suess - Instituto Humanitas Unisinos - IHU acessado em 28/05/2023.

SUESS, Paulo. Verbete Sinais dos Tempos. In: DECIO PASSOS, João & SANCHEZ, Wagner Lopes (coord). Dicionário do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2015.

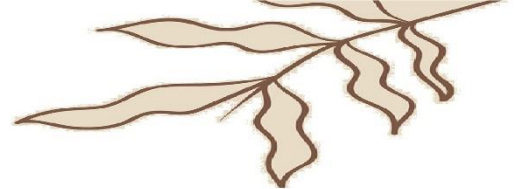
VITÓRIO, Jaldemir. Lendo o Evangelho segundo Mateus: O caminho do discipulado do reino. São Paulo: Paulus, 2019.

WAINER A H. Olhar ecológico através do Judaísmo. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Capítulo 8
“PLASTICIDADE TERRITORIAL” DIOCESANA: O CASO
DO EPISCOPADO DE JACAREZINHO – PARANÁ (1926-
2023)

Helison Lázaro de Souza





“PLASTICIDADE TERRITORIAL” DIOCESANA: O CASO DO EPISCOPADO DE JACAREZINHO – PARANÁ (1926-2023)

Helison Lázaro de Souza

Acadêmico, Mestre em História (UPF) e Especialização em Ciências da Religião (UENP), e-mail: helisonsouza11@gmail.com.

RESUMO

Este artigo aborda a constituição do território eclesiástico da Diocese de Jacarezinho em três momentos distintos de organização religiosa, ao longo do período de 1926 a 2023. O objetivo é compreender como a configuração territorial diocesana acompanha as mudanças na sociedade e busca estabelecer-se para a difusão da religião católica romana em suas continuidades. Tanto no passado quanto no presente, isso é parte da geopolítica dessa religião, e do simbolismo religioso, essa adaptabilidade territorial é dado pela instituição como algo “crucial” para manter a continuidade das atividades organizacional, e estar próxima do seu “rebanho”. Incorpora-se elementos visuais e devocionais atualizados. Esse processo aqui engloba principalmente as ações espaciais deste Episcopado, como parte das históricas estratégias espaciais da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR). Dentro dos contextos, essa instituição eclesiástica adapta-se ao meio regional, como outras dioceses, ela evidencia uma capacidade de se ajustar às condições locais para o contínuo das ações dentro da realidade institucional, regional e temporal.

Palavras-chave: Adaptações; Igreja Católica; região; sociedade; território eclesiástico.

ABSTRACT

This article addresses the constitution of the ecclesiastical territory of the Diocese of Jacarezinho in three distinct moments of religious organization, throughout the period from 1926 to 2023. The aim is to understand how the diocesan territorial configuration accompanies changes in society and seeks to establish itself for the dissemination of the Roman Catholic religion. Both in the past and in the present, as part of the geopolitics of religion and religious symbolism, this territorial adaptability is regarded by the institution as "crucial" to maintain the continuity of organizational activities and to be close to its "flock." It incorporates updated visual and devotional elements. This process

encompasses primarily the spatial actions of this Episcopate as part of the historical strategies of the Roman Catholic Church. Within these contexts, this ecclesiastical institution adapts to the regional environment, like other dioceses, demonstrating an ability to adjust to local conditions for the continuation of actions within the institutional, regional, and temporal reality.

Keywords: Adaptations; Catholic Church; region; society; ecclesiastical territory.

INTRODUÇÃO

A sociedade se transforma no tempo e no espaço. Essas modificações não seriam possíveis no espaço se o tempo não existisse na história (Santos, 1979). Por meio de diversos fatores ao longo da história se articulam relações de grupos variados, e é inegável que o espaço geográfico sofre intervenção humana. Nesse sentido, o espaço se transforma em lugar quando passa a ter significados para quem o habita (Tuan, 1983), e o signifique. De acordo com Raffestin (1993), lugares simbólicos para determinado grupo desencadeiam formas religiosas, assim como as inserções nesse espaço por determinados grupos. Neste caso, o espaço é organizado, modificado, transformado, inovado e atualizado. As religiões e devoções, individual ou grupal, podem ser fomentadas por grupos religiosos em áreas estabelecidas. Isso envolve elementos significativos como parte do processo de crença religiosa e da hierarquia ali criada, no caso da Igreja Católica, seja para sacerdotes ou leigos, eles se relacionam, produzem e encontram significados. O espaço “modifica-se”, nisto desenvolve-se experiências plurais, não apenas religiosas, mas também históricas, sociais, políticas, arquitetônicas, culturais entre outros. Dependendo do caso, tudo é inserido e respaldado em narrativas como fração de algo não terreno pelos envolvidos. De qualquer forma, é indubitável que muitos grupos religiosos marcam e demarcam o espaço geográfico com simbolismos e espacialidades próprias.

Referente a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) surgiram modelos ao longo da história para a constituição de um território religioso. Em proporção “atualizada”, por intermédio do Concílio Vaticano II (1962-65), destaca-se que o “Messias” concedeu ministérios sobre a terra para cuidar de todo o “povo de Deus”. Em consequência, foi indicado pelos Apóstolos que esses “ministérios” fossem transmitidos para os seus “sucessores” - os bispos. Assim, o ministério eclesiástico foi paulatinamente organizado

em ordens desde a antiguidade, possuindo historicidade e modificações até os dias atuais. Tradicionalmente isso é reconhecido dentro dessa estrutura hierárquica como “Magistério Eclesial” (cf. Mt 28,19-20).

A estrutura eclesiástica possui uma materialidade simbólica, uma ação através da qual ela constitui significados no espaço de forma “monumental”. É parte do “caráter missionário da Igreja” com estruturas que correspondem ao “locus da ação institucional, da gestão e da apropriação do sagrado”, é uma parte dessa territorialidade católica que são cristalizadas na materialidade social (Gil Filho, 2006, p. 4). Salienta-se que essa inserção - também podem ser compreendidas como “construções” ou afirmações de identidades. Relaciona-se a um “sentimento de pertencimento” pela religião. A territorialidade também envolve uma ação do grupo ou indivíduo, influenciando determinado espaço, incluindo até mesmo pessoas, fenômenos e relações, assegurando, em certa medida, o controle sobre determinada área. Diante disso, importantes mudanças ocorreram em relação ao espaço e a territorialidade dessa religião é complexa, visto que reconhecer as suas estratégias e ações não são fáceis, “pois o domínio de gestão do poder organizado hierarquicamente e a estrutura administrativa peculiar e contínua”, envolve “permanência dos aspectos simbólicos”, ligando-se a determinados contextos e diversas sociedades, “até os dias atuais, conferem a Igreja Católica Apostólica Romana uma atuação forte na criação e gestão de seus territórios” (Rosendahl, 2012, p. 50).

Dito isso, no contexto do Brasil Laico, a Proclamação da República (1889) desencadeou na laicidade do Estado - Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, afirma-se isso na Constituição de 1891. A ICAR passa a ser uma organização religiosa entre outras, cessando os privilégios concedidos a períodos anteriores como a religião “oficial” (Santirocchi, 2010). Nesse sentido, o desejo de fortalecer e “revitalizar” das instituições religiosas possuem inúmeras questões históricas, identitárias, simbólicas, sociais, econômicas, políticas, religiosas inserções, adaptações, modificações e diversas relações, principalmente no que condiz os últimos séculos, mas principalmente as últimas décadas (Stark; Bainbridge, 2008).

Visto a religião possuir histórica dimensão espacial, aprimora-se tal abordagem por meio da Historiografia e da Geografia Cultural (ligado a Geografia da Religião), distanciando-se aqui de observações teológicas. Busca-se pontuar a intenção de estar presente dessa instituição em determinada região. Portanto, procura-se analisar as

principais, e não todas, adaptações geográficas e históricas desse território eclesiástico de 1926-2023 - com sede episcopal na cidade de Jacarezinho/PR - mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, em que ela acompanha as mudanças e inserções regional. Esta jurisdição católica na extensão regional, e na atual jurisdição, demonstram adaptações. Compreende-se as configurações espaciais do território diocesano em três períodos divergentes - “plasticidade territorial” –território de nordeste ao noroeste do Paraná (1926 a 1956); território Norte Pioneiro (nordeste 1956-1973); e a atual configuração, território que engloba partes do Norte Pioneiro e fração do centro leste (Campos Gerais) - esta pertencente desde a sua fundação.

Mediante aos contextos históricos, as ações socioespaciais, regional, estadual e institucional, a atuação da Diocese envolve ela estar presente e atuante, no mesmo sentido, em cada circunstância, seguindo a geopolítica regional, avista-se nessas relações entre expoentes da ICAR com devotos do catolicismo, mas também, atores de poder econômico ou político – relações nas quais cada parte se beneficia e se apoia conforme as intenções. Em cada contexto, ocorrem importantes relações para determinada ação diocesana. Destaca-se que eclesiásticos e outros atores de poder colaboram para essa presença espacial diocesana regional. Destaca-se que esta abordagem geográfica e histórica compete à delimitação temática proposta para essa Diocese no âmbito histórico e geográfico relacionado a determinada região que envolve essa circunscrição eclesiástica.

A primeira configuração da Diocese de Jacarezinho inicia-se com a sua inserção em 1926. Isso é parte da geopolítica organizacional religiosa, dentro do contexto de fortalecimento da ICAR no Brasil República e, também, para a presente análise, contexto de colonização regional - “Norte do Paraná” – nordeste, norte central e noroeste - não compreendido aqui estritamente ao fator geográfico, todavia, também, a histórica relação dessas sub-regiões relacionado ao fator político, social, demográfico, econômico e religioso. No período de 1926 a 1956, a Diocese de Jacarezinho acompanhou cada núcleo de povoamento conformado de nordeste a noroeste do Paraná, inserindo orientações religiosas, dogmas, configurações espaciais etc. Em 1956, a segunda configuração ocorre com o desmembrar desse território em outras dioceses, por relações internas e externas dessa instituição, “restringindo” a atuação dessa Diocese de Jacarezinho ao Norte Pioneiro (nordeste do Paraná). Ainda como parte elemental das estratégias espaciais de inserir uma rede de dioceses por todo estado paranaense

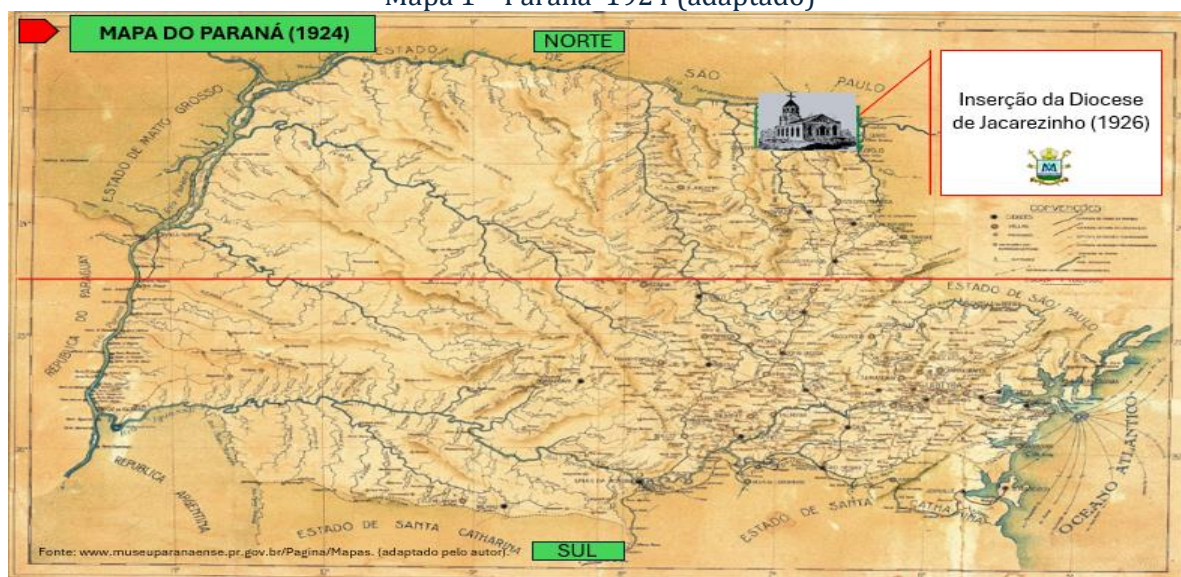
conforme o aumento populacional, entre outros fatores, essa Diocese se limita em partes do nordeste e fração do centro leste paranaense – atual território diocesano, e em 1973 ocorre a última adaptação “territorial”. Busca-se fornecer experiências variadas, o evangelizar católico e o desenvolvimento social e econômico regional, e principalmente para esta análise, a sua presença espacial em contextos de mudanças na hodiernidade.

URGE CRIAR UM TERRITÓRIO ECLESIAÍSTICO

Entre a geopolítica e o espírito de missão de um povo, aparecem e entrecrocamos os demais fatores históricos (Eliade, 1943). Para a inserção de um território eclesiástico no Paraná, evidencia-se “municípios de forte centralidade, que exercem função econômica, política e cultural”, neste sentido, o sertão paranaense foi penetrado “em expansão com os movimentos das frentes pioneiras”, desencadeando “quer na função de paróquia, na de colégio, de novas dioceses... a instituição religiosa imprimia a ação evangelizadora”, e em muitas vezes a função administrativa no lugar (Rosendahl, 2012, pp. 136-138).

Os antecedentes históricos na região setentrional da atual unidade federativa – Paraná, foi palco de conflitos sociais e étnicos ao longo do processo de colonização. Inicialmente, esses conflitos envolveram nativos, portugueses e espanhóis, e incluíam atividades econômicas e de cristianização. Durante o período colonial brasileiro, a cristianização dos nativos dessa região teve início no século XVII por meio da Ordem Religiosa dos Jesuítas (Mota; Noelli, 1999). Com o advento de novos conflitos, a atuação dos jesuítas foram interrompidas. No contexto do Brasil Império, a Ordem dos Capuchinhos foi convocada (1854) para dar continuidade ao processo de cristianização dos nativos em aldeamentos, num cenário de incentivo à exploração madeireira por parte de agentes do poder imperial e local (Wachowicz, 1987, p. 66). Como resultado da colonização sistemática e das dinâmicas que ela desencadeou, a presença indígena declinou significativamente, culminando no declínio completo no século XX (Tomazi, 1997). Em 1920, já no contexto da República Brasileira, uma nova leva de capuchinhos italianos chegaram ao Paraná, por recomendação direta da Diocese de Curitiba (fundada em 1892). Essa nova presença marcou o início dos preparativos para a inserção diocesana regional.

Mapa 1 – Paraná 1924 (adaptado)



Fonte: www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Mapas. (adaptado pelo autor).

O mapa acima, datado de 1924, representa cartograficamente o estado do Paraná, exibindo a rede ferroviária, os principais e poucos núcleos de povoamento e alguns cursos hídricos. Este mapa contribui para analisar a “organização territorial” do estado do Paraná. Ao dividir o mapa em duas partes, o “norte geográfico” fica acima da linha vermelha. Os municípios de Curitiba e Ponta Grossa, dentro desse recorte proposto, pertencem ao “sul geográfico”, estando próximos e voltados para o Oceano Atlântico, onde se concentram os principais núcleos habitacionais. Outros pontos (núcleos urbanos) são destacados, sendo a maioria deles concentrados na parte sul. A região norte, noroeste e nordeste, compreendida aqui como “Norte do Paraná”, recebe a inserção da primeira diocese “nortenha” em 1926, com sede episcopal em Jacarezinho (nordeste), conforme indicado na imagem vetorial sobreposta à direita do mapa.

Esse Norte do Paraná possui fronteira com o estado de São Paulo ao norte e nordeste, cortada pelos rios Paranapanema e Itararé, e pelo estado do Mato Grosso ao noroeste do território paranaense, cortado pelo rio Paraná. Tais fronteiras com o estado de São Paulo colaboraram com as primeiras inserções territoriais relacionadas às frentes pioneiras, marcando o início das ocupações em meados de 1840, no então Norte Velho/Pioneiro – nordeste - do Paraná. Após 1920 o predomínio da cafeicultura entre as culturas existentes, a ênfase por povoamento atraindo migrantes e imigrantes, assim como a organização social, econômica e geopolítica, foram fatores importantes para essa expansão em direção ao noroeste (Tomazi, 1997), cuja Diocese de Jacarezinho a seguiu até 1956, e depois se restringiu em território menor.

A “marcha do café no Brasil”, expressivo e histórico elemento ao longo do século XIX e XX, refletiu importância em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, como também, importâncias regionais, como é o caso do “Norte do Paraná”. Isso “geralmente” influenciou nos fluxos demográficos que “seguiram” essas frentes pioneiras. Como exemplo, no “Norte do Paraná” existiu um movimento “sequencial” marcado por ocupação e desenvolvimento de agricultura, povoados e cidades, muitas vezes caracterizado por busca de “modernização”. Caracteriza-se por ali as relações econômicas e sociais, conturbações com etnias divergentes e trabalho pesado. Seja demográfico ou econômico, as fronteiras vão se caracterizando como empreendimento capitalistas, com ferrovias, bancos, empresas imobiliárias, comércio etc. Tais tratativas caracterizam as atitudes dos “pioneiros”, personagens que conservam certo “status” na sociedade que se forma nessas áreas (Lapa, 1983, p. 23-25).

Nos primeiros decênios do século XX, a enérgica presença da ICAR no Brasil traz o contexto da “romanização” - espécie de reorganização institucional da ICAR baseada em determinações advindas da Cúria Romana para o Estado brasileiro (Santirocchi, 2010), contudo, inclui-se que cada bispado possuía características próprias que atuavam conforme a sua realidade (Marin, 2018). Essas relações entre expoentes da ICAR, de Roma e do Brasil, eram através de contatos frequentes. Por meio de novas dioceses no Estado, afirmou-se pela ICAR a fração do contínuo dessa territorialidade – diocesanização – (Aquino, 2011).

Característica singular da ICAR do Paraná é a sua estratégia de ocupação, dada como “fronteiras sucessivas”, em queurgia uma diocese em determinada área, ou, desmembrando-se para uma nova diocese - “sucessivamente”, isso acompanhou as fronteiras de povoamentos por todo esse estado (Rosendahl, 2012). A ICAR se aproximou de políticos e das oligarquias brasileira nesse período, e, também, no Paraná ocorreu ajuda mútua e cooperação. Converge com a ação territorial católica a reação a abertura das fronteiras brasileiras para outras religiões, de suas maneiras, elas também procuravam se estabelecer e prosperar nesse Brasil Laico.

No começo do século XX, no Paraná, entre as leis e decretos existentes para colonização, no caso do “Norte do Paraná”, a de nº1642 de 05 de maio de 1916, reafirmou melhor a organização e investimento para determinada colonização sistemática. O governo do estado do Paraná, por meio do governador Affonso Camargo, e

do vice-governador do momento, Caetano Munhoz da Rocha, estrategicamente enfatizam esse programa de colonização. Convoca-se a iniciativa privada (loteadoras de terras), e o próprio estado também entra com os loteamentos. Busca-se entre outras questões relacionais, industrialização e urbanização regional. Como exemplo de loteadora, entre as existentes, a Companhia de Terra Norte do Paraná (CTNP), destacou-se como a maior e propagadora dessas terras. A própria CTNP privilegiou as terras doadas para a Diocese de Jacarezinho na região (Barison, 1991), contribuindo com esse território diocesano. Para esse “Norte do Paraná”, entre 1920 e 1950 - nordeste, norte central e noroeste - principalmente no segundo e terceiro, chegaram muitos migrantes e imigrantes - mineiros, paulistas, europeus, asiáticos entre outros. Como exemplo de migrante, no Norte Pioneiro, o trabalhador braçal mineiro chegou com maior expressividade após 1930 (Wachowicz, 1987).

Quando Caetano Munhoz da Rocha ascende como governador do Paraná (1920-1928), e Affonso Camargo a senador, entre as ocorrências, este atual governador contribuiu para o projeto relacional e estratégico de inserir dioceses nesse estado (ZULIAN, 2021). Ambos os políticos citados eram católicos e pertencentes as oligarquias do Paraná. Em entrevista concedida em 1944 para a Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Caetano Munhoz da Rocha, afirma a doação de dinheiro público para a ICAR como parte do seu projeto, como de outros interesses relacionados, para a criação dos novos bispados, elevando a Diocese de Curitiba a Arquidiocese (O Estado do Paraná, 11 fev. 1926). Por suas falas, isso foi por possuir “grande alcance de ordem moral e espiritual, constituíam igualmente uma segurança de incalculáveis benefícios de ordem material... E fiz muito bem” (BALHANA, 1980, p.117). Mesmo em meio a críticas de outras religiões e personagens contrários do período, houve então a constituição da Província Eclesiástica do Paraná, com a elevação de Curitiba a Arcebispado e a criação das Dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho, bem como a Prelazia de Foz do Iguaçu (Balhana, 1980, p.117) - por meio da bula *Quum in Dies Numerus* do Papa Pio XI, funda as novas dioceses sufragâneas em 10 de maio de 1926 (Lar Católico, 29 maio de 1927).

O fator político e social foram preponderantes para que as novas dioceses fossem erigidas em Ponta Grossa e Jacarezinho (Zulian, 2021, p.128), assim como o fator econômico de Jacarezinho (nordeste) contribuiu para essa inserção, cidade de importância cafeeira (Aquino, 2011), e local de influência tradicional e religiosa, cujas relações, e economia proporcionada pelo café, contribuiu para alastrar essa cultura para

o noroeste. Neste sentido das relações sociais, os próprios topônimos da região nordeste (PR) foram influenciados por caracteres naturais e culturais – “uma região muito tradicional e influenciada pela religiosidade católica” (Silva, 2016, p. 81). Liga-se atividades agrícolas e a presença de muitos indivíduos católicos, antes mesmo da fundação da Diocese (1926), cuja escolha da sede diocesana “nortenha” em Jacarezinho também se relaciona a isso.

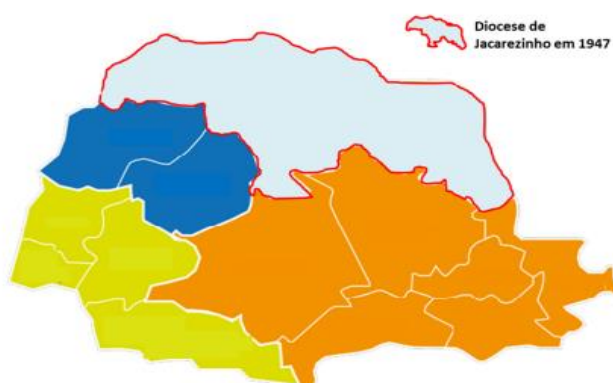
Entre o envolvimento de poderes nessas transações, em que cada parte se beneficia, alinha-se isso ao próprio desejo da organização religiosa em se estabelecer em determinado território. Como explica Stark e Bainbridge (2008), o monopólio de uma religião, ou desejo por ele – não que isso propriamente tenha ocorrido - mas acontece através de uma forte aliança entre Estado e Religião. A ICAR colaborou com o Estado brasileiro, entre os períodos, principalmente na Era Vargas (1930-1945) - desencadeou no movimento defensor de uma “neocristandade”, procurou-se cristianizar muitas instituições sociais, fase em que o conservadorismo católico predominou, isso refletiu diretamente em regiões no território brasileiro.

A ICAR tinha determinada intenção e projeto para o Brasil, e muitos políticos convergiam com essa ideia, assim como utilizam-na para afirmar determinadas posições, cuja “religião católica fosse a própria alma do Estado, de forma que a ligação entre o poder religioso e o poder político assumisse um caráter colaborativo, com a finalidade de construção do bem comum”, neste sentido, “Isso se justificaria pelo fato de que a Igreja Católica e o Estado Brasileiro compartilhavam a mesma jurisdição, ou seja, o mesmo território, que estava dividido em estados e em dioceses, e a mesma nação” (Rosa, 2011, pp. 115-116).

Em 1930, entre as narrativas e discursos apologéticos de jornais vinculado a Igreja Católica, o jornal "O Cruzeiro" prestou homenagens pelo falecimento do primeiro cardeal brasileiro, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850-1930), expressando na mesma matéria a esperança de um futuro promissor para o fortalecimento do catolicismo eclesiástico no país. “Pode vaticinar-se que, dentro de meio século, o Brasil alcançará a vanguarda e assumirá a primazia entre a prole da Igreja Romana [sic]” (O Cruzeiro, 26 abril de 1930). Em matéria do jornal Lar Católico de 1955, observa-se a narrativa de gestão católica sobre a crescente região do “Norte do Paraná”, relacionando o café e a religião:

Que combustão interna? Café? Só café? Poderia parecer, porque quantos escrevem sobre o milagre do Norte paranaense afogam-se depressa demais no “oceano verde” e não sabem descobrir outra realidade senão a do “ouro verde” com todos os seus derivativos de riqueza”. Também o homem do Norte do Paraná não vive só do café, vive também da “palavra de Deus”. E é portentoso de ver como a religião progride naquele brotar de convivências[...] vale por um símbolo: roça-se o mato, deitam-no a queimar e dos melhores troncos fazem a cruz, cruz muito grande, que vai ser o núcleo da nova cidade. Como tudo principia, tem muito de missão. E’ o limiar de uma tradição religiosa [sic]. (Lar Católico, 22 mai. 1955).

Mapa 2 - Território da Diocese de Jacarezinho em 1947



Fonte: SIMON (2020, p. 42)

A Diocese de Jacarezinho desempenhou um papel fundamental na evangelização e fortalecimento do catolicismo regional, para então posteriormente outras dioceses serem fundadas nessa região. Através dos expoentes episcopais, e planejamentos da ICAR do Paraná, essa Diocese em seus primórdios promoveu o catolicismo romano de acordo com os moldes da época em meio a essas relações, e em meio as delimitações de fronteiras da região. O jornal mineiro Lar Católico – pertencente a Congregação do Verbo Divino - propagandeou com maior afincos essa região a partir da década de 1950, possivelmente pelas relações entre o vigente terceiro bispo, Dom Geraldo de Proença Sigaud (bispado -1947-1961), por ser um membro dessa congregação, além das possíveis investidas relacionais. Este jornal era veículo de defesa, informação e comunicação católica, com informações apologéticas da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR).

De acordo com dados publicados nesse jornal de 1955, nesse espectro de inserção geográfica, as estatísticas referente a Diocese de Jacarezinho de nordeste ao noroeste, apresentavam os seguintes números até o final de 1954: paróquias (54);

sacerdotes (107); Irmãos leigos (5); Religiosas (189); Casas religiosas (28); Ginásio dirigidos por religiosos masculinos (4) - feminino (7); Escola para professores (3); Escolas comerciais (2); hospitais diocesanos (3) - contudo estava sendo construído (11) no período; oratórios (442); Igrejas em construção (43); Congregação Mariana (13.647); Apostolado da Oração (12.655); Pia União (8.791); Cruzada Eucarística (5.778); Seminário (1); Sacramentos recebidos pelo batismo (61.397); Matrimônios (9.639); Comunhões (1.237.390); catecismo de crianças (57.447). Segundo o jornal, a população abrangida por esta Diocese em 1954 era de aproximadamente 1.260.000 habitantes em toda a região do "Norte do Paraná" (Lar Católico, 22 maio 1955).

Essa expansão territorial também trouxe consigo críticas a outras religiões, tanto proferidas quanto recebidas, bem como conflitos dessa Diocese com outros pensamentos divergentes do catolicismo romano, algo comum do período no território brasileiro (Marin, 2018). Um exemplo dessas relações ocorreu durante a crescente colonização do noroeste paranaense, especificamente em Paranavaí, na década de 1950, quando o terceiro bispo, Dom Geraldo de Proença Sigaud, enfatizou em uma carta a importância para os sacerdotes católicos locais de intensificarem suas atividades religiosas e sociais para não perderem áreas já conquistadas para o catolicismo, uma vez que os batistas estavam estabelecidos na região (Schuelter, 2015).

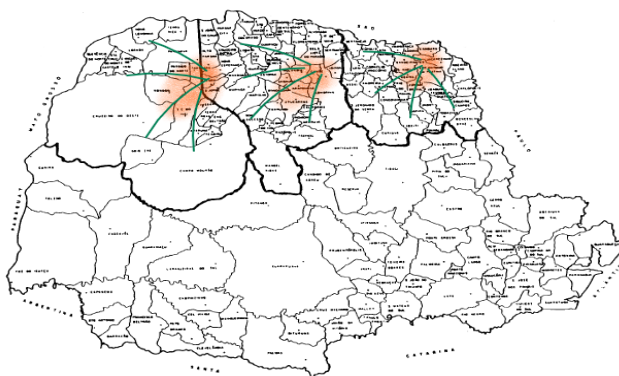
Além disso, outras expressões de fé estavam presentes por toda a região. Antes mesmo da instalação do Episcopado de Jacarezinho, outras instituições religiosas, como uma Loja Maçônica em 1913, uma Igreja Metodista em 1923, vinda da cidade de Ourinhos (SP), e a Congregação Cristã do Brasil em 1910, em Santo Antônio da Platina, município vizinho ao de Jacarezinho, que se tornou um dos berços dessa religião (Aquino, 2011). Aimone (1975), em seu "diário histórico" referente a cidade de Jacarezinho – sede do episcopado, também destaca a coexistência de outras orientações religiosas na cidade, além do catolicismo, incluindo Presbiteriana, Assembleia de Deus, Sétimo Dia, Espiritismo, Templo das Rosas, Testemunhas de Jeová, Mórmons, Batistas, terreiros de Umbanda e Candomblé. Na região do norte central, já no início da década de 1930, havia a presença de outras denominações cristãs, como as Presbiteriana, Metodista, Luterana e Batista (Morais; Lanza, 2017). Obviamente que essas organizações religiosas prosperam na região, e a chegada de outras religiões também foram uma constante nas décadas seguintes. Ou seja, entre as intenções dessa Diocese em seus discursos e ações, relaciona-se a concorrência de religiões e conquista por território.

Mesmo com menor pertença religiosa nessas outras religiões, a Diocese de Jacarezinho procurou fortalecer o catolicismo romano regional para não perder a sua prevalência.

Conforme Evangelista, para a construção do edifício sede da Diocese de Jacarezinho, ela se beneficiou “com as divisas do café convertidas em dízimos pagos por fiéis da localidade, mas também da região de Londrina e Maringá”. E em 1956 foram urgidas em cada uma dessas cidades uma diocese desmembrada do território diocesano de Jacarezinho. Em 1 de fevereiro de 1956, pelo Papa Pio XII, por meio da *Bula Latíssimas Partire Ecclesias*, urge dois novos territórios religiosos católicos no “Norte do Paraná”, a primeira diocese com jurisdição ao norte central, e a segunda, em sentido ao noroeste.

Conforme Tomazi (1997), como o mapa adaptado abaixo demonstra, as próprias fronteiras foram mais bem definidas na década de 1950 nessa região, definindo melhor as sub-regiões – Norte Pioneiro (nordeste – direita do mapa), Norte Novo (norte central – meio do mapa) e Norte Novíssimos (noroeste - esquerda). Rosendahl (2012) elucida a importância da produção agrícola nessa região em 1950, permitindo a criação de duas dioceses, cuja organização territorial da ICAR segue a divisa. Reúne-se isso ao fator socioeconômico de ambas as cidades ao longo da segunda metade do século XX (Londrina e Maringá), sendo elevadas a arquidioceses na década de 1970. Assim o poder político-econômico “caminha lado a lado com o poder hierárquico religioso da Igreja Católica no país” (Rosendahl, 2012, p. 137).

Mapa 3- Ação da Igreja Católica nos (Norte do Paraná - 1956)



Fonte: Mapa PADIS 1991 (apud Tomazi, 1997). Adaptado pelo autor com a presença da ICAR a partir de 1956 - “Norte do Paraná”.

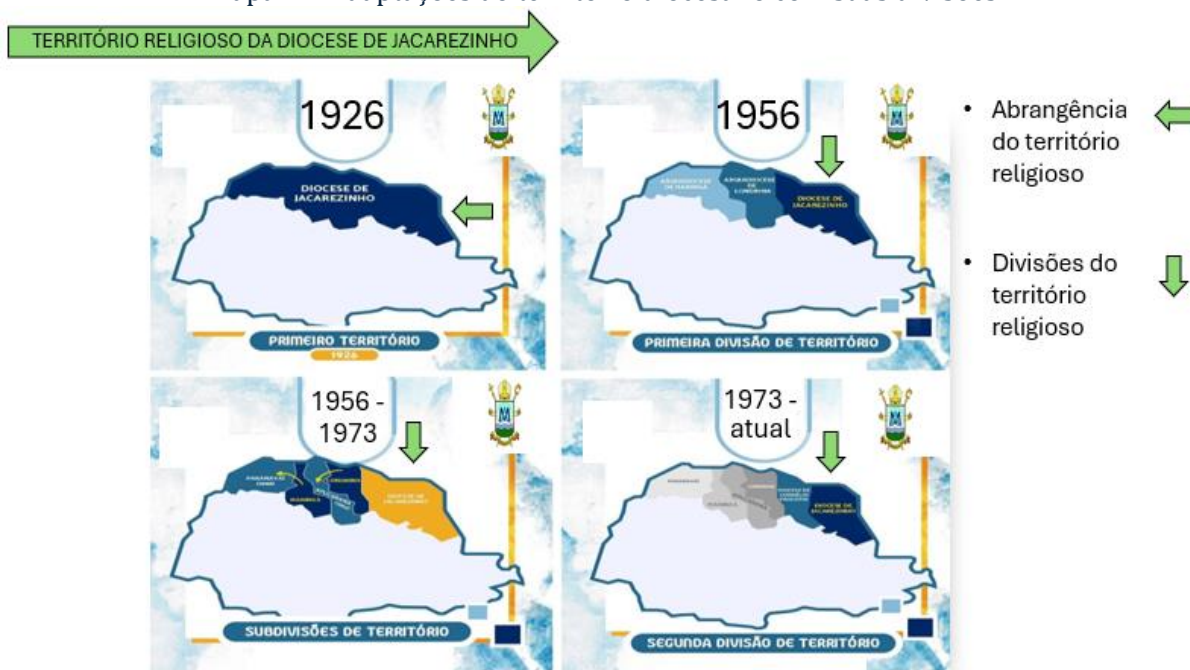
Conforme as divisões limítrofes dessa região são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo questões econômicas, demográficas, sociais e políticas (Tomazi, 1997), isso reflete na constituição de municípios, como o Mapa 3 também revela essas

divisões de municípios em 1956, o que corrobora a análise de que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) acompanha essa colonização nos núcleos de povoamento, com uma expressiva presença¹⁴ diocesana almejando se estabelecer. É relevante lembrar que fronteiras e divisas são definições geográficas que refletem ações de grupos que detêm o poder regional. No entanto, as sub-regiões formadas nessa área também foram utilizadas para organizar o território eclesiástico pelos líderes religiosos, acompanhando o processo de colonização, o que resultou na criação de novas circunscrições e na consolidação da atuação institucional religiosa. Compreende-se que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) acompanha os parâmetros geopolíticos estabelecidos da região. Isso não significa que os limites territoriais da região coincidam estritamente com os da ICAR, mas sim que o planejamento territorial dessa religião ocorre em simultâneo a essas subdivisões geopolíticas. Ao longo do século XX, outras dioceses foram estabelecidas no Paraná, regiões como sudoeste, sul e sudeste, seguiram a mesma lógica de acompanhamento do processo de colonização. Isso é uma importante estratégia espacial da ICAR que marca o estado paranaense.

A posteriori, dioceses foram erigidas em toda essa região, fundadas ou surgindo a partir das dioceses existentes. A jurisdição episcopal da Diocese de Jacarezinho, até 1956, englobou o setentrião do Paraná, constituindo um território religioso em núcleos urbanos estabelecidos ou em conformação. “Fundamentando”, principalmente pela lógica institucional a criação das próximas dioceses “requisitadas”. Alguns núcleos de povoamento pertencente a essa primeira jurisdição “nortenha” de Jacarezinho, posteriormente, receberam uma diocese ao longo do século XX : Londrina (norte central - 1956), Maringá (norte central com jurisdição em sentido a noroeste- 1956), Apucarana (norte central -1964), Paranavaí (noroeste -1968) e Cornélio Procópio (nordeste - 1973).

¹⁴ Para Simon (2020) a Diocese de Jacarezinho atravessou a jurisdição do “Norte do Paraná” com ações que influenciou a territorialização da ICAR no oeste paranaense. Essa Diocese exerceu influência política e religiosa por lá, visto ela estar na frente das tratativas para o recebimento de lotes de terras pelo governo do Paraná, entre 1950 e 1960, conformando no oeste uma cidade com expressiva influência católica romana – Missal (PR).

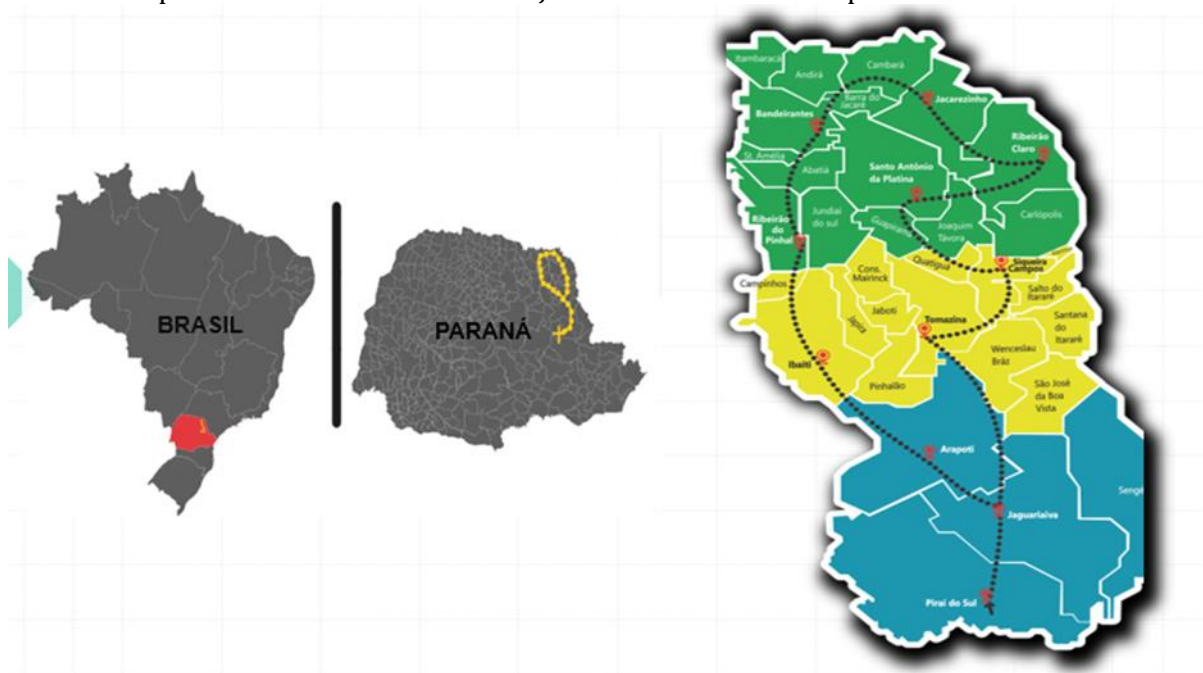
Mapa 4 – Adaptações do território diocesano com suas divisões.



Fonte: “Mapas do território” - Facebook da Diocese de Jacarezinho (figuras adaptadas). Acesso em: <https://www.facebook.com/jacarezinhodiocese>.

Durante o período de 1956 a 1973, o território eclesiástico de Jacarezinho viu uma redução em sua área de atuação, concentrando-se principalmente na região nordeste. Concomitantemente, de sua maneira, essa sub-região experimentou desenvolvimento econômico, político e demográfico, levando ao desmembramento do território diocesano mais uma vez, urgindo à criação de uma nova diocese - Diocese de Cornélio Procópio (1973). A Diocese de Jacarezinho passou a exercer jurisdição eclesiástica sobre o extremo nordeste e partes do centro-leste do Paraná. Esta última área (fração do centro-leste), constitui uma parte dos Campos Gerais, já fazia parte do seu território desde a sua fundação, e nessa sub-região ela mantém comunicação regional com a Diocese de Ponta Grossa e a Diocese de Paranaguá. O mapa abaixo demonstra o atual território diocesano com a estratégia de inserção de uma rota religiosa e turística - Rota do Rosário, em comunicação com o território da Diocese de Ponta Grossa.

Mapa 5 – Território diocesano de Jacarezinho circunscrito pela Rota Do Rosário



Fonte: As figuras à esquerda (Google Imagens) representam mapas geográficos do Brasil e do Paraná (Adaptado). A figura à direita representa o mapa da Rota do Rosário dentro da circunscrição eclesial de Jacarezinho, ligando-se a Diocese de Ponta Grossa (obtido no eletrônico dessa Rota).

A ICAR do Paraná – CNBB Sul II, tem adaptado suas táticas espaciais ao território geográfico desse estado, também implementando uma série de estratégias para o século XXI, em contexto de mudanças e procura por fortalecimento. Dentro desse contexto, entre outras ações, a presença católica diocesana de Jacarezinho revitaliza seu território eclesial por meio da rota de peregrinação e turismo – Rota do Rosário (fundada em 18 de outubro de 2008). Alinha-se com a promoção do turismo religioso e turismo regional. O desenvolvimento do turismo converge aos parâmetros contemporâneos estabelecidos para essa região dada com predominância rural. Dentro disso, é sabido o impulsionamento pelos governos de diversas nações o uso do turismo para o fortalecimento de territórios nacionais, regionais e locais, envolvendo questões econômicas, sociais, política entre outras. Isso não deixa de ser importante para a ICAR, e entre as significações dadas por ela referente ao turismo, conjuga-se a sua atuação com a estrutura macro mundial, que tornou o turismo mais fomentado, organizado e propagandeado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (Ignarra, 2001). Neste mesmo período que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) também passa a relacionar melhor sua presença no campo turístico (Vilas Boas, 2012).

Entre as estratégias pelo Concílio Vaticano II – período em que surge a Pastoral do Turismo, destacando-se como uma das respostas da atuação da Igreja Católica em acompanhar às transformações no mundo, e buscas diversificadas na sociedade. Nesse contexto, a Igreja Católica passou a adotar novos métodos, visando expandir sua presença por meio de metodologias diversas. No que envolve a Diocese de Jacarezinho, isso se alinha a própria estratégia institucional regional de também buscar por intermédio do turismo desenvolvimento econômico e social, numa região de muitas cidades com menos de cinquenta mil habitantes.

Com o lema: "De igrejas a Santuários, vou feliz pela Rota do Rosário" - Turismo Religioso, "um novo jeito de evangelizar" (Ata Rota do Rosário, 2007. nº1), a organização principal dessa Rota envolve sacerdotes católicos - reitores dos santuários, padres, freis e freiras. Há a união desses agentes religiosos com políticos, empresários e comerciantes (Rota do Rosário, s.d.). Proporciona com a Rota uma ampla gama de atrativos, que incluem santuários, igrejas, capelas, seminários, mosteiros, museus religiosos, arte sacra e arquitetura eclesiástica. Além disso, integram-se a esses pontos de interesse elementos não religiosos, como a cultura local e regional, gastronomia típica, artesanato tradicional, manifestações culturais e esportivas, além de paisagens naturais. Essa diversidade de atrações proporciona experiências variadas, que abrange diversos segmentos, desde o ecoturismo até o turismo rural, de aventura, de lazer, de negócios e cultural. Além de reunir-se com empresários e políticos para promover esse projeto, abrangendo uma convergência de interesses, a abordagem multifacetada reflete uma fração das estratégias atualizadas da Diocese para promover o desenvolvimento integral do seu território religioso, estabelecendo conexões não apenas com os fiéis católicos, mas também com a comunidade local de não católicos e turistas religiosos ou não. Carneiro (2004) explica que entre outras coisas, rotas turísticas e religiosas possuem forte apelo comercial, com uma estrutura organizacional ampla e bem elaborada.

Ressalta-se que essa iniciativa visa não apenas fortalecer o patrimônio religioso e cultural da região, mas também promover a integração e o bem-estar das pessoas, independentemente de sua afiliação religiosa. Nesse contexto, a colaboração com a diocese "irmã" - Ponta Grossa, demonstra o compromisso comum de ambas as instituições em fortalecer o catolicismo inter-regional, o desenvolvimento social, econômico, humano e espiritual. Obviamente, o fator de concorrência religiosa na sociedade está alinhada com a inserção desse projeto, visto a intenção de estar presente

em espaços diversificados da sociedade, demonstra-se com este caso, a interação turística e religiosa.

A atualização da configuração espacial hodierna da Diocese de Jacarezinho, entre as ações, vem com o objetivo de atrair pessoas para os locais de visitação, sejam eles religiosos ou não, e as possíveis interações que podem surgir entre os sacerdotes e os visitantes dessa Rota (Tv Evangelizar, 2017). Nota-se que o próprio sacerdote expande sua atuação visto a expansão do campo religioso (Bourdieu, 2004). É possível que até mesmo indivíduos não religiosos que frequentem a Rota apenas como destino turístico sejam evangelizados pela organização religiosa, pelo menos é o que a organização da Rota pretende alcançar. Isso está alinhado com o fornecer elementos pela organização religiosa (Stark; Bainbridge, 2008), neste caso, sejam eles religiosos ou não, no contexto de pluralidade religiosa e pluralidade de organizações religiosas. Observa-se que o próprio lazer e entretenimento também passam a compor a religião (Silveira, 2007), abrangendo uma parcela significativa de pessoas que procuram menor intermediação religiosa, contudo, o indivíduo faz o seu caminho em um espaço diocesano circunscrito – continuidade e adaptações do território.

O espaço em questão se configura como o principal campo de atuação da atividade turística, englobando a promoção de santuários católicos, igrejas, museus, áreas de lazer, monumentos, paisagens, entre outros. Por meio das peregrinações, romarias ou simplesmente através do turismo, busca-se afirmar o território religioso para além do aspecto devocional, visando o desenvolvimento econômico e social. Assim, o Episcopado de Jacarezinho nutre o turismo religioso por meio da Rota do Rosário (RR) alinhado a outros consumos pelo turismo regional. Isso por esse fenômeno ser elementos de forte atração e fluxos humanos (Steil, 2003)

De acordo com Teixeira e Menezes (2009), as instituições religiosas tradicionais encontram-se em momentos de crises, o que desperta nelas a busca por revitalizações (Stark; Bainbridge, 2008). Principalmente no universo religioso contemporâneo, variadas significações podem compor sistemas de crenças religiosas, observa-se muitas pessoas com vários temperamentos religiosos, buscando intermediação religiosas ou não, mas tanto por parte daqueles afiliados ao catolicismo romano, quanto por indivíduos de outras religiões, sem filiação religiosa, ou de nenhuma crença extramundana, eles buscam por experiências variadas, religiosas ou não, e até mesmo em certos casos por participação sacramental. Existe a possibilidade de colagens, em que

“o indivíduo produz, de maneira autônoma, o dispositivo de sentido que lhe permite orientar sua vida e responder as questões últimas de sua existência” (Hervieu-Léger, 2008, p. 156). Nesse contexto, as pessoas, de certa forma, tornam-se “desterritorializados” pela instituição, e é nisso que a instituição também procura se ajustar e fornecer elementos para essas significações.

Promovem-se, então, formas “desinstitucionalizadas” até mesmo pela instituição religiosa, como é o caso da Rota do Rosário, na qual o indivíduo pode escolher e fazer o seu “caminho”. Consumindo o que melhor agradá-lo. No entanto, é importante perceber que o engendramento dessa Rota está direta e indiretamente vinculado à instituição religiosa, com fortes elementos identitários, e finalidades que buscam captar e fortalecer pessoas na Igreja Católica. Cabe ao indivíduo analisar e consumir, escolher ou não, o que o caminho propõem. Evidencia-se o feito estratégico e de inserção, adaptando-se no espaço, procurando por relações, para assim dar continuidade aos projetos e aos elementos “trazidos do passado”, como é o caso das peregrinações, atualizados no presente com o turismo, executando então o turismo religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território eclesiástico da Diocese de Jacarezinho, em cada contexto, esteve em contínuas relações, mantém-se como um elemento crucial para a continuidade e ação dessa organização, demonstrado aqui nesta região marcada pelo catolicismo romano. Do século XX para o XXI, transformações nos campos da sociedade ocorreram - geográfico, social, econômico e histórico – como ainda ocorrem. Dentro da lógica institucional religiosa, elementos de propagação e estabilização foram utilizados tanto no passado quanto no presente, adaptando-se de forma a garantir a continuidade e persistência organizacional. Esse processo inclui a propagação e a desejada intermediação devocional, ainda que de maneira “atualizada”, diferente do passado, mas presente nas práticas atuais com novas roupagens e interpretações. Como parte da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a Diocese de Jacarezinho está em conformidade com as mudanças adotadas na hodiernidade, utilizando diversas estratégias e recursos internos e externos para a sua estabilização e “reavivamento” do território diocesano. Seja no passado ou no presente, as ações dessa Diocese visam a sua permanência para a atuação regional, em termos espacial e do discurso institucional. Isso, por envolver um mundo de

multifacetadas mudanças, a religião institucionalizada procura por continuidades com seus simbolismos, relações e adaptações, sem diminuir a intenção de evangelização e predominância católica.

REFERÊNCIAS

AIMONE, Thomaz. **Jacarezinho, seus pioneiros, desbravadores e os que lutaram pelas terras**. Jacarezinho, v.1, pp.1-140, 1975.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização: a criação de dioceses no Estado do Paraná durante a Primeira República (1892-1926). **Revista espaço da Sophia**, v.1, pp.63-82, 2011.

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Ideias em Confronto**. 1980. 177 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

BOXER, Charles R. **A Igreja militantes e a expansão ibérica: 1440-1770**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BARISON, Maria Bernadete. Primeiras Praças e Capelas do norte do estado do Paraná "Algumas Considerações". **Semina Ciências Sociais**. pp. 155-166, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

CARNEIRO, Sandra Maria Corrêa de Sá. **Novas peregrinações brasileiras e suas interfaces com o turismo**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 6, n. 6, pp. 71-100, out. 2004.

ELIADE, Mircea. **Os Romenos**. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M, Teixeira & C. (Filhos), 1943.

EVANGELISTA, Luciana de Fátima Marinho. Arte Sacra, Arte Social: Pinturas Murais De Eugênio De Proença Sigaud Em Jacarezinho-PR. (1954-1957). In **ANPUH- Brasil- 30º Simpósio Nacional De História**. Recife, 2019.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Estruturas da Territorialidade Católica no Brasil. **Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**. vol. X, n. 205, pp.1-22, 2006. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-205.htm>. Acesso: 21 de abril de 2023.

HERVIEU-LEGER, Dominique. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul Campo Grande- MS. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 38(3): 197-217, 2018.

MORAIS, Edison Elias de; LANZA, Fábio. Os “evangélicos sem fronteiras”: história e religiosidade evangélica em Londrina. **Redalyc**. Disponível em: <www.redalyc.org/journal/938/93853317011/html/>. Acesso em: 03 mar./2024.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá dos séculos XVI e XVII. Universidade Estadual de Maringá. **Researchgate**. v.3, nº3, p. 1-8, jul-set-nov., 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 186.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado Brasileiro**: Estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil. 1ª eBook. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. Temporalidades - **Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG**, v. 2, n. 2, pp. 24-33, ago.-dez 2010.

SCHUELTER, Leide Barbosa Rocha. **Do Paraná à Baviera: cartas e artigos da ordem do Carmo acerca da implantação do catolicismo em Paranavaí-PR (1952- 1958)**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVA, Fernando Moreno da; SILVA, Anderson Camilo Machado da. A toponímia da região paranaense do Norte Pioneiro. **Revista (Com)textos Linguísticos**. v.10, n.17, pp. 69-82 , dez. de 2016.

SILVEIRA, Emerson J. Sena da. **Turismo Religioso no Brasil: uma perspectiva local e global**. Turismo em Análise, v. 18, n. 1, p. 33-51, maio 2007.

SIMON, Eric. **“Tudo como pensa a Igreja”: Catolicismo, Questão Agrária e Social no Oeste Paranaense**. 2020. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2020.

STARK, Rodney; BAINBRIGDE, William Sims. Uma teoria da religião. São Paulo: Paulinas, 2008.

STEIL, Carlos Alberto. Romeiros e turistas no santuário de bom jesus da lapa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, pp. 249-261, out., 2003.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **Catolicismo Plural: Dinâmicas Contemporâneas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TOMAZI, Nelson Dacio. "**Norte Do Paraná**" **História e Fantasmagorias**. 1997. 342 f. Tese (Tese em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TUAN, YI – Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILAS BOAS, Nuno Fernando de Sá. **A Pastoral do Turismo: Da peregrinação ao Santuário**. 149 f. Dissertação (mestrado em teologia). Universidade Católica Portuguesa. Braga, Portugal, 2012.

ZULIAN, Rosangela Wosiack. "**Para o Bem da Religião**": **Jogos Discursivos, Tensões e Articulações na Criação da Diocese de Ponta Grossa (PR)**. In: MARIN, Jérri Roberto. Circunscrições eclesiais católicas no Brasil. Mato Grosso do Sul, UFMS, 2021.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

FONTES

A ARCHIDIOCESE DE CURITYBA. **O Estado do Paraná**. Curityba, 21 set. 1926.

ATA ROTA DO ROSÁRIO. nº1. Jan. 2007 - abr. 2009. [Não publicado].

LAR CATÓLICO. Noticiário. **Lar Católico**. Juiz de Fora, 29 mai. 1927.

LAR CATÓLICO. O Testemunho da Igreja Católica no Norte do Paraná. **Lar Católico**. Juiz de Fora, 22 de maio de 1955, p. 2.

LAR CATÓLICO. Como Nascem Cidades. **Lar Católico**. Juiz de Fora, 22 de maio de 1955, nº21, p.5.

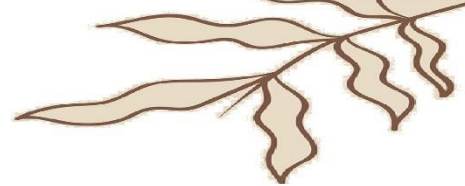
ROTA DO ROSÁRIO. s.d. **[Página inicial do site]** disponível em: <www.rotadorosario.org>. Acesso em: 15 abril. 2024.

TV EVANGELIZAR. **Documentário Rota do Rosário**. 30 mar. 2017. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=-pmG1YVgO3Y. 1 vídeo (1 hora, 16 min). Acesso em: 02 abril. 2024.

Capítulo 9
TEOLOGIA PÚBLICA: SANTO ANTÔNIO DE
LISBOA/PÁDUA, FÉ NA UNIDADE DA TRINDADE E
VISÃO CONTEMPLATIVA PARA A RECONCILIAÇÃO E A
LUCIDEZ

Rodrigo Favero Celeste





TEOLOGIA PÚBLICA: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PÁDUA, FÉ NA UNIDADE DA TRINDADE E VISÃO CONTEMPLATIVA PARA A RECONCILIAÇÃO E A LUCIDEZ

Rodrigo Favero Celeste

*Graduado em Filosofia; Bacharel em Teologia. Mestre em Teologia Sistemático-Pastoral –
PUCPR. rdrfavero@gmail.com*

RESUMO

A situação política e social do Brasil deve despertar a preocupação de todos, especialmente para quem está no âmbito acadêmico. Promover reflexões ou análises profundas, lançando mão do método científico é a missão da academia, a fim de iluminar a sociedade com as luzes da razão. A teologia como ciência é a voz da igreja (religião) na sociedade, cujo objeto formal é a fé. Desse modo, de que forma a sociedade poderia ser beneficiada com a contribuição da teologia na situação pela qual passamos? A situação a que nos referimos é a pós-eleição do passado ano de 2022, que nos faz atravessar pelo maior conflito polarizante da história nacional: imperam o arrivismo e o ódio! Os sermões de Santo Antônio de Lisboa/Pádua, compostos há oito séculos, podem oferecer alguma lucidez para hoje, especificamente quando medita a Trindade? Lançando mão do método de análise bibliográfica, predominantemente dos sermões Santo Antônio de Lisboa/Pádua, o objetivo será encontrar, na gnosiologia mística dos mesmos sermões, caminhos racionais que possam conduzir a um ambiente possível para uma hermenêutica do diálogo. O tema da Trindade, a doutrina sobre a Comunhão, nesse estado de coisas que se apresentam, seria de alguma forma e em que proporção capaz de oferecer o arcabouço teórico e prático necessários para fazer imperar a racionalidade e o diálogo na situação que vive o Brasil? O resultado da pesquisa no leva a entender que, contemplando a Trindade, podemos ter a certeza que a diversidade das Pessoas, não levando à confusão e à divisão, é, na verdade, razão da unidade-comunhão vital, pois é o amor a direção da missão, da ação trinitária na História.

Palavras-chave: Teologia Pública, Trindade, Sermões, Sociedade.

1 Introdução

A situação política e social do Brasil deve despertar a preocupação de todos, especialmente para quem está no âmbito acadêmico. Promover reflexões ou análises profundas, lançando mão do método científico é a missão da academia, a fim de iluminar a sociedade com as luzes da razão. A teologia como ciência é a voz da igreja (religião) na sociedade, cujo objeto formal é fé. Desse modo, de que forma a sociedade poderia ser beneficiada com a contribuição da teologia na situação pela qual passamos?

A situação a que nos referimos é a pós-eleição do passado ano de 2022, que nos faz atravessar pelo maior conflito polarizante da história nacional: imperam o arrivismo e o ódio!

Os sermões de Santo Antônio de Lisboa/Pádua, compostos há oito séculos, podem oferecer alguma lucidez para hoje, especificamente quando medita a Trindade?

2 Qual a situação?: resumo

Nesta comunicação não vamos nomear os agentes civis envolvidos, pois entendemos que a constatação feita atinge a todos. Nos pólos há duas vertentes ideológicas principais: A) conservadores no que se refere aos costumes, com forte apelo judaico e cristão e que lançam mão das teses liberais contra-marxistas de Ludwig von Mises para a economia, um mix de idéias sustentadas pelo fenômeno de mídia Olavo de Carvalho, que fez a Direita política ressurgir com forte impulso teórico, despertando novos *influencers* de mídia na internet; B) progressistas, cuja pregação acentua que o socialismo marxista (de costumes e economia) é a via eminente para uma nova era da humanidade igualitária, fraterna e livre, secularizada. Confessam-se pertencente à Esquerda, que tem acesso livre nas mídias antigas, nas universidades e esferas públicas da União. As duas vertentes carregam, em suas histórias, fatos que causaram grande desagrado para a humanidade, violência, ditaduras sangrentas.

Estas duas vertentes estão em rota de colisão há alguns anos devido a não concordância das teses que são completamente contrárias, sem qualquer possibilidade de debate de idéias. Sem debate, o que abunda é o embate, o desejo de destruição um do outro, que não levarão a um denominador comum, à coalizão. Possivelmente, falta estudo sério por parte dos atores destas duas posições a respeito dos teóricos dos quais se servem em suas correntes. O que sobressai, sem estudo, é a paixão “clubesca”.

A mudança substancial nos últimos anos é que esse embate não está restrito mais ao âmbito dos políticos eleitos ou de militantes filiados, mas o cidadão comum já não sabe bem dizer os nomes dos jogadores do seu time de preferência ou o dia certo do carnaval, mas é capaz de articular com desenvoltura os agentes políticos nacionais. Ou seja, a política nacional está popularizada, além de polarizada.

O grande imbróglio se deu em relação às urnas eletrônicas, dúvidas lançadas sobre a transparência na apuração: não há possibilidade de conferência material individual dos votos computados, assegura adeptos da direita. Exigiu-se, por parte da sociedade, que o voto na urna fosse impresso e que o eleitor pudesse ter a certeza de que seu voto estaria registrado na mesma, não a eletrônica apenas, mas a física inclusive, tornando a eleição auditável, segundo a exigência popular, atendida pelos congressistas. O voto impresso foi aprovado no Congresso em 2015, mas foi vetado, com alegação de problema econômico, pela presidente à época, decisão contrariada com a derrubada do veto na sessão do Congresso Nacional no dia 18 de novembro do mesmo ano, tornando-se a Lei 13.165/2015. Deveria começar a vigorar nas próximas eleições federais de 2018 (Agência Senado, 2015). Contudo, não foi efetivada por causa de uma extremada ação do STF e do TSE contra o famigerado voto impresso, ato repetido nas eleições federais seguintes, ocorrida sem o cumprimento da Lei citada. O argumento apresentado foi que não se conseguiu desenvolver o sistema para tal (Tribunal de Contas da União, 2018).

Desse modo, atores extra-políticos no Superior Tribunal Federal começaram a agir, o que recebeu o nome de “ativismo judicial” e ganhou críticas constantes da população e de parcela pequena de comentaristas, analistas e jornalistas políticos. A mídia antiga entrou de corpo e alma nas eleições e assim, encerrado o pleito de 2022, com mais conflitos e incertezas, chegamos ao trágico domingo no dia 8 de janeiro de 2023, quando testemunhamos o vergonhoso cenário de vandalismo na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Muitos se impressionaram, mas isso não é novidade em Brasília. O inédito foi que nunca ocorreu a depredação em conjunto das três sedes, no mesmo dia e hora. Entretanto, vandalismos desse tipo são constantes por lá, porém nunca havia recebido o nome de “terrorismo”, outra novidade.

2.1 A Teologia Pública: contribuição da teologia na situação

O político e o social estão imbricados. Não há possibilidade de tratar do tema sociedade sem se referir ao ditame político. Sendo que “a teologia pública busca analisar,

interpretar e avaliar a presença da religião, neste caso da religião cristã, no espaço público” (SINNER, 2012, p. 12), se faz mister analisar a situação contemporânea do Brasil à luz da fé, com a intenção de colaborar para amenizar a divisão que toma conta das relações sociais no tempo presente.

O aspecto científico da teologia faz justapor a fé como saber que ilumina a inteligência nos variados assuntos referentes aos quesitos humanos pessoais e sociais (BOFF, 1998, p. 67). A intenção material do pensamento da teologia pública é buscar a relevância social da teologia. Para isso, precisa refletir sobre as situações sociais emergentes e lançar razão a partir da fé aos conflitos e situações críticas públicas, a fim de levar ao consenso, sendo fiel as convicções da fé em uma sociedade pluralista (KOOPMAN, 2010, p. 39).

Assim sendo, o tema da Trindade, a doutrina sobre a Comunhão, nesse estado de coisas que se apresentam, seria de alguma forma e em que proporção capaz de oferecer o arcabouço teórico e prático necessários para fazer imperar a racionalidade e o diálogo na situação que vive o Brasil? Com duas forças ideológicas que digladiam ferozmente e não são capazes de debater pensamentos em busca da verdade, a diferença será um caminho para a harmonia e a paz? Precisamos instituir uma rota de coalizão!

3 Trindade e sociedade

Temos consciência que, na base mesma da sociedade, está o conflito. Sempre foi assim. Mas também está na origem mais visceral do ser humano individual a racionalidade, isto é, a capacidade de diálogo para encontrar caminhos que possam compor um conjunto de razões capazes de, ao assimilar o real, os pontos divergentes e convergentes, estabelecer um tipo de convivência capaz de harmonizar o diferente, análogo a uma sinfonia.

Em sua magistral obra teológica “A Trindade e a Sociedade”, Leonardo Boff explica que a “a sociedade não resulta da soma de seus indivíduos, mas constitui um ser próprio urdido pelo tecido das relações entre pessoas, funções e instituições...” (1999, p. 151). Nas relações humanas, cada parte se empenha para que o todo possa se beneficiar das ações que se interligam em prol do conjunto social. Continua o teólogo: “Da cooperação e colaboração de todos resulta o bem comum. Verifica-se uma unidade do

processo social dentro de uma pluralidade de mediações, instrumentos sociais e políticos e manifestações da vida comunitária.” (BOFF, 1999, p. 151)

Nas últimas décadas, constatamos no campo da teologia, aquilo que Moltmann denominou a “volta ao pensamento trinitário” (2011, p. 18), cuja inspiração advém da doutrina mesma da Trindade como inspiração concreta e uma resposta consistente para uma sociedade ávida pela compreensão prática da teoria do dogma. Tudo tem que advir da experiência! Moltmann parte da cristologia para acessar o mistério trinitário a partir da compreensão de *pathos* (2011, p. 39) como a saída de Deus em direção ao homem pela afetação da cruz, ou seja, a paixão como acesso à realidade da humanidade que demonstra a proximidade divina junto à realidade concreta das pessoas. Assim entende que somente pela cristologia é permitido “levar ao conhecimento e ao conceito de Deus uno e trino” (2011, p. 109) o que poderia ser incompreensível em aspectos teóricos.

Entrementes, Moltmann certifica que “Deus permite que exista um ser diferente dele, à medida que se limita a si mesmo. Deus reduz a sua onipotência, abrindo o espaço para a sua imagem e semelhança, o homem.” (2011, p. 128) Não estaria aqui uma primeira indicação concreta para a pacificação que torna as diferenças caminho para a compreensão e possível assimilação de teses diferentes? Contemplando uma das dimensões do mistério, a *kenosis* do Filho, teríamos aberta a onipotência e a força do diálogo que aceita o diferente, o completamente oposto. Boff assegura que o modelo da Trindade como sociedade divina é arquétipo para a sociedade humana: “A Trindade serve de modelo para a sociedade integrada” (1999, p. 152). A contemplação e o estudo do mistério trinitário conduz a razão humana a estados de alma inclinados à escuta e a partilha: “No jogo trinitário da perfeita pericórese se vislumbra a coexistência entre o pessoal e o social, entre a felicidade de cada um e o bem-estar de todos. Estas questões estão na base de toda vida comunitária e social e se deixam iluminar e animar pela comunhão trinitária” (BOFF, 1999, p. 152).

Para a sociedade dividida, que não consegue vislumbrar um rumo que seja possível para todos, um projeto de nação onde todos se sintam uma família nacional, o dogma trinitário se desdobra em abertura de reflexão como possibilidade real ao conjunto da sociedade com suas complexidades: “Deus é comunidade de Pessoas e não simplesmente Uno; sua unidade existe na forma de comunhão (comum-união) dos divinos Três entre si e com a história. (...) A unidade, fruto da comunhão, inclui a humanidade e a criação” (BOFF, 1999, p. 152). A Trindade tem na diferença a razão da

comunhão e não o contrário, como o que a sociedade brasileira enfrenta. A unidade na comunhão trinitária inclui o completamente diferente que é a humanidade e toda a criação, porque da Trindade aprendemos que o amor como paradigma é inclusivo e não exclusivo. A exclusividade forma grupos que se aceitam e não se abrem: em política isso pode constituir um risco grave. Por fim, Boff impressiona pela precisão quando afirma que “a Trindade compreendida humanamente como comunhão de Pessoas funda uma sociedade de irmãos e de irmãs, de iguais, onde o diálogo e o consenso constituem os fundamentos da convivência tanto para o mundo quanto para a Igreja” (BOFF, 1999, p. 153). Contudo, sem a justiça da lei que unifica as ações para o bem, nada disso se efetivará!

4 Da Idade Média recebemos luzes para as trevas da “a-racionalidade” moderna

As sínteses modernas das vertentes citadas acima não foram capazes de reproduzir, na prática, efeitos de convívio fraterno no âmbito social e político. Pelo contrário, ainda grassam ideários cada vez mais totalitários, detentores de profundo anseio por domínio e posse das mentes e do poder público, com promessas de vida melhor e abundância de alegria material.

Santo Antônio de Lisboa/Pádua, na *zeitgeist* dos seus sermões, especificamente no Domingo da Sexagésima, refletindo a respeito da parábola do semeador (Lc 8, 5), afirma que o semeador é Cristo que é a alegria dos santos: “Gozo da humanidade glorificada de Cristo; alegria da visão de toda a Trindade” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 531). Segundo Santo Antônio, a terra, que simboliza o mundo, é vista como desterro, exílio, peregrinação prolongada. Antônio se pronuncia impulsionado pela concepção de mundo de seu tempo, o medieval. Dessa forma, viu na contemplação do mistério da fé, o caminho para que o exílio desta vida se preencha de sentido, que ele denomina neste sermão, ser a alegria. Nenhum ser humano em qualquer época da história se alegrou com a tristeza própria. Pode se alegrar com o declínio do outro, mas não o de si mesmo.

No mesmo sermão, fazendo analogia com a Arca do Gênesis, interpreta-a como sendo figura da Igreja. As medidas da arca também possuem significados, sendo que “a altura de trinta côvados refere-se aos fiéis da mesma Igreja, por causa da fé na

Santíssima Trindade” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 533) que entendemos, por causa da referência à altura, elevar ao cume, pela contemplação, das alturas que torna o ser humano ereto para a vida da graça “que afasta as trevas do pecado” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 533). O pecado entendido como princípio da decadência humana, que o torna incapaz para o diálogo e fere a convivência social. No sermão “Em louvor da Santíssima Virgem Maria”, no Terceiro Domingo da Quaresma, profere: “De facto, a Trindade reconciliou-nos consigo enquanto a mesma Trindade provocou a Encarnação só do Verbo.” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 660). Essa afirmação do santo, para além do dogma, revela uma ação concreta de iniciativa da Trindade em direção à humanidade na Segunda Pessoa, como aprofundado por Moltmann, na obra citada acima. Louva o ventre da Bem-aventurada por excelência, a Virgem Maria, sem pecado, a fim de que pudesse conceber em seu ventre o Reconciliador.

Em seu sermão no Domingo na Oitava da Páscoa, aprofunda a concepção de paz a partir da palavra latina *pax*. Vejamos a engenhosidade e criatividade teológica de Antônio:

Na palavra *Pax*, paz, há três letras e uma sílaba, em que se designa a Trindade e a Unidade: no *P*, o Pai; no *A*, primeira vogal, o Filho, que é a voz do Pai; no *X*, consoante dupla, o Espírito Santo, procedente de ambos. Assim, ao dizer: *A paz esteja convosco*, recomenda-nos a fé na Trindade e Unidade (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 740)

Esta citação, sem dúvida, possui um aditivo pastoral, não apenas teológico, de compreensão rápida pela referência significativa da própria palavra escolhida por Antônio. Sobre o que nos propomos a discorrer neste texto, apresenta uma conveniência sem par.

Dirigindo-se ao número cento e quarenta e quatro mil do Apocalipse, menção a unidade do Povo de Israel, no sermão para o Segundo Domingo Depois da Páscoa, segue Antônio, afirmando:

Por doze entendemos aqueles que são assinalados pela fé da Trindade nas quatro partes do mundo; e para mostrarmos perfeitos, multiplicamos doze por quatro e dão quarenta e oito; mas para que esta perfeição se refira à Trindade, triplicamos quarenta e oito e assim se obtém cento e quarenta e quatro (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 774).

Para visualizar melhor, fica assim: 1) $12 \div 4 = \underline{3}$ e 2) $12 \times 4 = 48$ e 3) $48 \times \underline{3} = 144$, significando a essência da Trindade no seio de uma sociedade chamada de eleita para

transparecer a fé concreta na unidade. No sermão para o Sexto Domingo Depois da Páscoa, desenvolve em pormenores a doutrina do dogma trinitário e conclui afirmando que “nesta Trindade se encontra a origem suprema de todas as coisas e a beleza perfeitíssima e o deleite beatíssimo” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 859). Este sermão é o que mais longamente Antônio desenvolve a doutrina em si mesma da Trindade, com uma breve análise antropológica do ser humano, válida para nós, aqui:

No espírito [humano] deve procurar-se e encontrar-se o que a nossa natureza tem de melhor. Se vemos isso, vemos a trindade, não, certo, a Deus, mas a Sua imagem. Aqui, de facto, aparece uma certa trindade: memória, inteligência e amor ou vontade” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 860). Não alguns seres humanos, mas todos! No sermão para o Segundo Domingo Depois de Pentecostes afirma que a visão da Trindade é designada pela doçura do figo (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 929).

Em seu sermão no Sexto Domingo Depois de Pentecostes, citando Mt 5, 23-24, a respeito da reconciliação entre os irmãos, percorrendo sobre o altar, refere-se a quatro altares: “o superior, o inferior, o interior e o exterior” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 1032). Segue aprofundando o sentido:

O altar superior é a Trindade, do qual diz o Senhor no Êxodo [20, 26]: *não subas pelos degraus ao meu altar, para que não se mostre a sua torpeza*. Na Trindade, pois, não se devem fazer degraus, de modo que o Pai se creia maior que o Filho, ou o Filho menor que o Pai, ou o Espírito Santo menor que ambos; mas deve-se acreditar que são simplesmente iguais... (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 1032)

A diferença das Pessoas da Trindade, tendo a origem no Pai, não comporta escalas de superioridade ou inferioridade, mas igualdade na diferença. Por isso defende Antônio que o perdão é resultado da compreensão de si mesmo diante do mistério fundamental das divinas Pessoas. O perdão nos encaminha para a reconciliação, contudo, no Décimo Domingo Depois do Pentecostes, magistralmente, defende o Doutor da Igreja: “Mas é a Trindade nas pessoas, que opera tudo em todos. Não concede a um só todas as coisas, mas opera tudo em todos, a fim de o que algum não tem em si, o tenha noutrem, e, desta forma, subsista a caridade e a humildade” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 1126). Meditando escatologicamente no sermão para o Duodécimo Domingo Depois de Pentecostes, garante: “A perfeição da pátria consiste na glorificação da alma e do corpo, na visão da Trindade e da Unidade” (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 1171). A contemplação da Trindade, em Antônio, desperta para as virtudes, sendo a mesma,

conforme apresentado no sermão para o XV Domingo Depois de Pentecostes, o “desprezo pelas coisas visíveis e a contemplação das invisíveis (FONTES FRANCISCANAS, 2017, p. 1278).

5 Conclusão

O jesuíta americano David Tracy defende que o trabalho intelectual de um teólogo sistemático seja interpretar os clássicos da sua tradição, pois “o teólogo fala em nome de um grupo, comunidade ou tradição particulares” (TRACY, 2006, pp. 19), que busca uma resposta pública reivindicadora de sentido e verdade para cada tempo. Tracy parte da concepção de que “qualquer clássico (...) sempre é público, jamais privado” (TRACY, 2006, p. 41), pois atende às demandas de “busca por critérios de adequação, a demanda por evidências, argumentos, aprovação (numa palavra, por publicidade)” que merecem a dedicação dos teólogos: “A principal tarefa do teólogo sistemático é a reinterpretção da tradição para a presente situação” (TRACY, 2006, p. 103), pois o clássico fornece sentido e significância para a situação a qual o presente está a pretender da tradição a resposta.

Partindo dessa concepção de Tracy, concluímos que a obra de Santo Antônio de Lisboa/Pádua responde ao questionamento inicial, da seguinte forma: demonstra que a Trindade, sociedade de comunhão, por contemplação ou simples consideração do nível alto do mistério da fé, abre espaço, a partir da doutrina, aos meios eficazes para a convivência pacífica, na medida em que, na diferença, encontra-se lugar para a lucidez.

O brasileiro, nestes tempos, se professa ou não uma tradição religiosa, deveria ser colocado diante dessa fé/teoria-princípio: a unidade e o perdão são as molas para formar um corpo social coeso, mesmo que a diferença radical possa estar presente. A abertura ao diálogo e a busca por consensos não devem mais ser vistos como meios em primeiro lugar, mas também a finalidade, o escopo fundamental. Contemplando a Trindade, podemos ter a certeza que a diversidade das Pessoas, não levando à confusão e à divisão, é, na verdade, razão da unidade-comunhão vital, pois é o amor a direção da missão, da ação trinitária na História.

Referências

BOFF, Clodovis. **Teoria do Método Teológico**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. **A Trindade e a sociedade**. Petrópolis: Vozes. 1999. 5ª edição.

Da Redação. Congresso derruba veto ao voto impresso e mantém proibição a financiamento privado de campanhas. **Agência Senado**, Brasília, 18 nov. 2015.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/18/congresso-derruba-veto-de-dilma-e-votos-deverao-ser-impressos>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FONTES FRANCISCANAS. **Santo Antônio**: legendas e sermões. Braga: Editorial Franciscana. 2017. 2ª edição.

KOOPMAN, Nico. **Apontamentos sobre a teologia pública hoje**. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, RS, v. 22, maio-ago. 2010.

MOLTMANN, Jürgen. **Trindade e Reino de Deus**. Petrópolis: Vozes. 2ª edição.

Secom TCU. Eleições de 2018 ainda não terão o voto impresso em todo o País. **Tribunal de Contas da União**, Brasília, 08 mai. 2018. Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/eleicoes-de-2018-ainda-nao-terao-o-voto-impresso-em-todo-o-pais.htm#:~:text=No%20ano%20de%202015%2C%20a,j%C3%A1%20nas%20elei%C3%A7%C3%B5es%20deste%20ano>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SINNER, R. von. TEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: UM PRIMEIRO BALANÇO. **Perspectiva Teológica**, v. 44, n. 122, 2012. Disponível em:

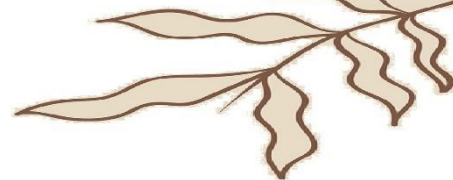
<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1589>. Acesso em: 13 jan. 2023.

TRACY, David. **A imaginação analógica**: a teologia cristã e a cultura do pluralismo. São Leopoldo: Unisinos. 2006.

Capítulo 10
O PLURALISMO CONTEMPORÂNEO E O HUMANISMO
INTEGRAL COMO POSSIBILIDADE DE ESPERANÇA
PARA O ANTROPOCENO

Moacir Ferreira Filho





O PLURALISMO CONTEMPORÂNEO E O HUMANISMO INTEGRAL COMO POSSIBILIDADE DE ESPERANÇA PARA O ANTROPOCENO

Moacir Ferreira Filho

Doutor e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) com período intercalar com a Universidade Católica Portuguesa (UCP-Lisboa). Graduado em Filosofia pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM). Graduando em Direito pela Faculdade de Suzano. Professor no Centro Universitário FAVENI e na Faculdade Paulo VI. E-mail: moacirff@hotmail.com.

RESUMO

A presente pesquisa oferece uma análise crítica do atual cenário pluralista frente às insistentes investidas da polarização político-ideológica e ao desafio de promover a dignidade da pessoa humana num contexto onde ainda se recorre ao discurso religioso para legitimar posturas de violência. Este estudo, explora aspectos da filosofia humanista integral desenvolvida por Jacques Maritain, sua importância na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua pertinência para os dias de hoje, bem como sua aplicação como instrumento de esperança para o antropoceno. A análise crítica se concentrará nas questões atuais de polarização política, ideológica e religiosa à luz do humanismo integral de Maritain. Através de uma metodologia bibliográfica de natureza aplicada e de caráter documental e exploratório, examina-se como o projeto sociopolítico do Humanismo Integral pode oferecer perspectivas para lidar com os dilemas éticos e sociais do século XXI. Além disso, pretende-se discutir a importância contínua da visão de Maritain na promoção da dignidade da pessoa humana à medida em que enfrentamos desafios como a desigualdade, a intolerância e a erosão dos direitos individuais.

Palavras-chave: Pluralismo contemporâneo. Humanismo Integral. Esperança. Antropoceno. Jacques Maritain.

ABSTRACT

This research offers a critical analysis of the current pluralist scenario in the face of the insistent attacks of political-ideological polarization and the challenge of promoting the dignity of the human person in a context where religious discourse is still used to legitimize attitudes of violence. This study explores aspects of the integral humanist

philosophy developed by Jacques Maritain, its importance in the elaboration of the Universal Declaration of Human Rights and its relevance for today, as well as its application as an instrument of hope for the anthropocene. The critical analysis will focus on current issues of political, ideological and religious polarization in light of Maritain's integral humanism. Through a bibliographic methodology of an applied nature and of a documentary and exploratory nature, it examines how the sociopolitical project of Integral Humanism can offer perspectives for dealing with the ethical and social dilemmas of the 21st century. Furthermore, we intend to discuss the continued importance of Maritain's vision in promoting the dignity of the human person as we face challenges such as inequality, intolerance and the erosion of individual rights.

Keywords: Contemporary pluralism. Integral Humanism. Hope. Anthropocene. Jacques Maritain.

INTRODUÇÃO

No cenário multifacetado da sociedade contemporânea, o pluralismo surge como uma necessidade premente para a coexistência pacífica entre indivíduos de diversas origens, perspectivas e crenças. Este princípio, quando aliado à proposta do Humanismo Integral de Jacques Maritain, revela-se como um caminho promissor para enfrentar os desafios do Antropoceno, uma época que não apenas demanda uma compreensão geológica, mas também exige uma reflexão antropológica diante das complexidades e crises que caracterizam o século XXI.

Neste contexto, exploraremos a relevância do pluralismo contemporâneo, a visão do Humanismo Integral e a esperança que emerge da Filosofia da Analogia de Maritain, destacando como essas perspectivas convergem para a construção de um mundo mais justo, colaborativo e equitativo.

1. O PLURALISMO CONTEMPORÂNEO

No sentido mais comum, o pluralismo refere-se a uma condição social na qual indivíduos de diversas origens étnicas, perspectivas de mundo e sistemas de valores coexistem pacificamente, envolvendo-se de maneira amigável. Esta última dimensão é crucial, pois o pluralismo carece de sentido quando as interações entre as pessoas são limitadas, como ocorre, por exemplo, em situações onde a comunicação se dá apenas

entre senhores e escravos, ou quando comunidades vivem de forma altamente segregada, interagindo exclusivamente em termos econômicos. Para que o pluralismo se manifeste em sua plenitude, é essencial que haja um diálogo constante, não necessariamente entre indivíduos semelhantes, mas sim ao longo do tempo e abrangendo uma ampla gama de tópicos (BERGER, 2017, p. 20 *apud* JEUDY, 2020).

Segundo Ribeiro (2020a), ao reinterpretar as palavras da teóloga oriental Kwok Pui-Lan, destaca a relevância da diversidade no caminho do diálogo. Esse diálogo só pode ser efetivo quando se parte do pressuposto de que nenhuma cultura é integral, uma característica que propicia a abertura para interseções culturais e um diálogo verdadeiramente equitativo.

A aproximação, o diálogo e a colaboração entre diferentes grupos religiosos são fundamentais para que possam reafirmar seus princípios fundamentais e identidades. Daí a importância dada à pluralidade e ao diálogo justo como condições essenciais para a construção de identidades autênticas e diversificadas, além de uma revisão das contribuições para o mundo. Isso deve ocorrer sob os princípios da justiça, paz e sustentabilidade da vida, considerando as disparidades de poder entre cada expressão religiosa (RIBEIRO, 2020a, p.26). “O princípio pluralista contribui para a visibilidade da importância pública das religiões nos processos de promoção da paz, da justiça e da integridade da criação”. (RIBEIRO, 2020b, p.21)

Evidentemente, a contemporaneidade não é composta apenas pelo pluralismo religioso, porém, este foi colocado em relevo de modo a demonstrar uma possibilidade de coexistência harmoniosa indispensável para a superação de ideais totalitários, das polarizações e de uma pretensa hierarquia cultural que se pretende criar a partir de movimentos colonizadores.

2. HUMANISMO INTEGRAL: UMA ESPERANÇA PARA O ANTROPOCENO?

Jacques Maritain (1882-1973) pretendeu contribuir postulando seu projeto político que recebeu o nome de Humanismo Integral. Sua visão social consiste numa estrutura pluralista de cidade, aspecto este que, na visão do autor, é fundamental para combater as ideias totalitárias que almejam alcançar o poder e oprimir os mais fracos e subalternizados.

Em uma cidade regida pelo Humanismo Integral, Maritain (2018) defende a existências de uma diversidade de agrupamentos com liberdades positivas onde nenhum grupo se submete ao outro, independentemente do seu tamanho. Todos eles devem ter sua existência garantida. Retomando a declaração do Papa Pio XI, Maritain (2018) argumenta que é injusto e prejudicial à ordem social remover grupos tidos como inferiores para confiá-los a uma comunidade mais abrangente que seja considerada de uma ordem mais elevada.

Nesse estudo, além de se considerar o pluralismo em sua forma diversificada de manifestação, é crucial contemplar como um elemento central na proposta de Maritain a questão da diversidade religiosa no contexto do Humanismo Integral. É nesse pluralismo específico que Maritain (2018, p.173) fundamenta sua visão de uma nova cristandade, encontrando nesse conceito sua aplicação mais marcante. Ao defender a diversidade religiosa, Maritain (2018) manifesta que o pluralismo é necessário para se opor aos regimes totalitários, pois são eles que pretendem impor a todos uma mesma regra de fé e de visão de mundo. Sua intenção é defender com que todos, independentemente de credo, participem de um mesmo bem comum temporal.

(...) a cidade pode e deve tolerar nela maneiras de adorar (...) e, portanto, também, maneiras de conceber o sentido da vida e maneiras de se comportar. E em consequência a cidade se decide a conceder às diversas famílias espirituais que vivem em seu seio estruturas jurídicas que ela mesma, em sua sabedoria política, ajusta por um lado ao estado delas, e por outro lado à orientação geral da legislação para promover a vida virtuosa, e às prescrições da lei moral, para cujo cumprimento ela dirige, tanto quanto possível, essa diversidade de formas. (...) Assim, a cidade seria vitalmente cristã, e as famílias espirituais não cristãs nela desfrutariam de uma justa liberdade. (MARITAIN, 2018, p.174)

A partir da citação acima exposta, questiona-se o uso do verbo “tolerar” ou ainda do substantivo “tolerância” para o caso da convivência entre os diferentes. Vale lembrar que Maritain (1946, p. 156) prefere utilizar o termo *fellowship* em vez de *tolerance*, pois ao assumir uma tradução inexata do termo inglês, ele prefere traduzi-la como “acordo fraterno” ou “camaradagem”. Ao preferir este último, ele justifica sua opção ao destacar que ela dá a intenção de “companheiros de viagem que, por acaso, se encontram reunidos cá embaixo andando pelos caminhos da terra (...) em bom acordo humano, de bom humor em cordial solidariedade.” (MARITAIN, 1946, p. 156) Para atingir esse propósito, o filósofo francês destaca o que ele denomina como o “fundamento da boa convivência entre indivíduos de diversas crenças no âmbito espiritual”. Conforme ele

descreve, essa base não é de natureza intelectual ou idealista, mas emerge do coração humano. O amor não se direciona às essências, nem tampouco às qualidades ou ideias, mas sim às pessoas.

Maritain (1946) aborda que a divisão religiosa cria uma pluralidade fundamental entre as pessoas, mas, como evidenciado, ele evita estabelecer um mínimo comum doutrinário para viabilizar a boa convivência. Em vez disso, ele arrisca apontar o que denomina como "semelhanças analógicas nas ideias e nos princípios necessários para a cooperação entre indivíduos de diferentes crenças". Nessa perspectiva, cada pessoa, com sua crença, é capaz de extrair e aplicar valores que promovem caridade, justiça e fraternidade (MARITAIN, 1946, p.178). Por exemplo, pessoas de distintas crenças podem colaborar em atividades técnicas, como combater incêndios, auxiliar os famintos, socorrer os enfermos, entre outros.

Permanecendo na fé, a amizade de caridade ajuda-nos a reconhecer tudo aquilo que as outras crenças têm de verdade e de dignidade, de valores divinos e humanos, faz nos respeitá-las, fora-nos a procurar nelas tudo o que traz a marca da grandeza original do homem, das delicadezas e da generosidade de Deus, Ajuda-nos a penetrar numa mútua compreensão. Não é supra dogmática, mas supra subjetiva. Não nos faz sair de nossa fé: faz-nos sair de nós mesmos. (MARITAIN, 1946, p.170)

O filósofo francês elenca algumas semelhanças analógicas para que haja cooperação entre as pessoas de diferentes crenças. São elas: I. reconhecimento do valor ético maior e primordial da lei do amor fraterno; II. a necessidade da boa vontade para a realização do amor fraterno; III. reconhecimento da dignidade da pessoa humana com seus direitos inerentes.

Portanto, na perspectiva maritainiana, apesar das diferentes crenças, os seres humanos podem se unir para práticas comuns. Nesse sentido, por exemplo, não importa o porquê uma pessoa deixa de matar alguém, isto é, se é por medo do inferno, por amor a Deus, por amor ao próximo... o motivo não importa, o que importa é deixar seu semelhante vivo.

2.1. Uma possibilidade de esperança para o Antropoceno

Segundo Cavalcanti (2021, p.2), o termo "antropoceno" indica a época geológica na qual a terra se encontra atualmente. Além disso, indica uma demarcação antropológica contemporânea: "o Antropoceno, palavra grega composta por dois radicais: antropo (*ánthropos*), homem e ceno (*kóinos*) novo".

Em linhas gerais, é sabido e notório que o antropoceno vive em um cenário não muito diferente do que a história observou nas civilizações de outras eras. Estamos em pleno século XXI e ainda se recorre às guerras como meio político de alcançar alguns objetivos vistos como patriotas.

Ainda existe intolerância em sua mais variada forma de manifestação, ainda existem polarizações (e de maneiras cada vez mais agudas) e ainda existe muita violência que coloca em perigo a vida de muitos humanos em torno do mundo. À guisa de observação, vale destacar que Senra (2023) em seu relato na BBC News Brasil em Londres, enfatizou que “junto à guerra entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza, que desde 7 de outubro acumula milhares de mortos, e à invasão russa contra a Ucrânia, que completará dois anos em fevereiro de 2024, conflitos armados em grande escala estão acontecendo neste momento em Burkina Faso, Somália, Sudão, Iêmen, Mianmar, Nigéria e Síria”, porém, infelizmente, alguns conflitos são, midiaticamente, tidos como mais relevantes que outros.

Sem aprofundar tanto no mérito da crítica apontada acima e voltando a destacar a importância do Humanismo Integral, vale destacar que Maritain (2018) propõe, em seu projeto, a superação das dicotomias que já eram presentes em seu tempo, mas que, olhando para o antropoceno, persistem e se acentuam.

Uma esperança surge a partir daquilo que o autor francês adota da filosofia aristotélica: a Filosofia da Analogia. Essa filosofia consiste numa ideia dialógica capaz de satisfazer os polos extremos de ideias. Outrora utilizada por Aristóteles no campo da lógica, Jacques Maritain aplica-a no campo político com uma possibilidade dialógica de satisfazer os extremismos, promover o diálogo entre as partes e dirimir conflitos. Como adepto da filosofia aristotélica e tomista, o filósofo francês busca também, em seu ideal político, alcançar um meio-termo.

A Filosofia da Analogia adota a estabilidade dos princípios, mesmo quando inserida na constante mutabilidade das condições sociais. Essa abordagem não implica a fusão de aspectos do univocismo¹⁵ e do equivocismo¹⁶, mas representa uma aplicação didática da Lei da Analogia, uma das leis fundamentais na filosofia de Aristóteles, e, conseqüentemente, de Tomás de Aquino. Como seguidor dedicado dessa corrente,

¹⁵ Posição que não considera nenhuma alteração política de seu sistema ao longo da história. Composto por uma rigidez e fixidez absoluta dos princípios e das condições sociais. Imobilismo social.

¹⁶ Posição que considera as alterações políticas ao longo da história. Mobilismo social. Não possui fixidez. Possui princípio mutáveis e relativos.

Maritain incorpora o conceito de Analogia desenvolvido pelo próprio Aquino, o qual, de acordo com Gardeil (2013), é amplamente empregado tanto no senso comum quanto no conhecimento científico.

Ao fazer uso dos exemplos presentes na Metafísica de Aristóteles, as atribuições analógicas surgem como um meio-termo entre atribuições unívocas e equívocas. No caso da univocidade, um mesmo nome é atribuído a diversos sujeitos com base em alguma semelhança. Por exemplo, o termo "animal" pode referir-se tanto a um cavalo quanto a um boi, pois ambos se enquadram na categoria de substância animada sensível. Já na equivocidade, um mesmo nome é atribuído a sujeitos distintos com base em razões diferentes, como o termo "cão" que pode referir-se tanto ao astro quanto a uma determinada espécie de animal. Por fim, as noções de analogia são atribuídas a diversos sujeitos com base em uma razão parcialmente semelhante e parcialmente diferente (Metafísica, XI, 1., 3, n.2197 *In*. GARDEIL, 2013, p. 317-318).

Ao aplicar a Lei da Analogia ao contexto político em questão, torna-se evidente que o sistema político fundamentado nessa filosofia representa um meio-termo entre uma postura unívoca e equívoca. Isso implica aceitar uma certa rigidez e imutabilidade de princípios, ao mesmo tempo em que não ignora a dinâmica das condições sociais. Ao incorporar a lógica aristotélica ao seu pensamento político, Maritain estabelece a possibilidade de diálogo, posicionando-se como um intermediário que evita os extremos, encontrando na Filosofia da Analogia um equilíbrio propício para o diálogo e o pluralismo.

Segundo Maritain (2018), é crucial evitar dois erros opostos: I. submeter todas as coisas à univocidade; II. dispersar todas as coisas na equivocidade.

A submissão à univocidade leva a considerar que as regras e princípios supremos de conduta são aplicáveis de maneira invariável, independentemente das condições históricas, impedindo assim adaptações. Por outro lado, ao dispersar tudo na equivocidade, há a pretensão de conceber que as condições históricas mudam tão drasticamente ao longo do tempo que dependem de princípios supremos heterogêneos, como se a verdade, a justiça e as regras supremas do comportamento humano fossem mutáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise do pluralismo contemporâneo e da proposta do Humanismo Integral, percebe-se a importância do diálogo e da colaboração entre diferentes perspectivas, sejam elas culturais, religiosas ou filosóficas. O conceito de pluralismo revela-se como um elemento fundamental para a coexistência pacífica e para a construção de identidades autênticas e diversificadas.

Ao explorar a visão de Jacques Maritain e seu Humanismo Integral, observa-se a busca por uma sociedade pluralista, onde diferentes grupos e crenças coexistem sem submissão hierárquica. A ênfase na liberdade religiosa e na colaboração entre distintas famílias espirituais aponta para uma abordagem que vai além da mera tolerância, buscando uma verdadeira compreensão e respeito mútuo.

No contexto do Antropoceno, período marcado por desafios sociais e ambientais, a proposta de Maritain adquire relevância. A Filosofia da Analogia, como uma ferramenta para superar extremos e promover o diálogo, apresenta-se como uma esperança para a contemporaneidade. A capacidade de encontrar um meio-termo entre rigidez de princípios e adaptação às condições sociais torna-se crucial para enfrentar os problemas globais do século XXI.

Diante de conflitos e polarizações presentes no cenário atual, a Filosofia da Analogia de Maritain oferece uma abordagem que visa não apenas tolerar, mas colaborar e promover uma convivência harmoniosa entre diferentes crenças e ideias. Em um mundo marcado por desafios como guerras e intolerância, a proposta de Maritain destaca-se como uma luz de esperança, sugerindo que o diálogo, a compreensão mútua e a colaboração são fundamentais para construir um futuro mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Maria Clara Catanho. **Antropoceno: a construção discursiva de um conceito**. Revista Investigações, Recife, v. 34, n. 2, p. 1 - 28, 2021.

GARDEIL, Henri-Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino: psicologia, metafísica**. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub, Carlos Eduardo de Oliveira. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2013.

JEUDY, Josner. **A secularização no pensamento de Charles Taylor**. 2020. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral: problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade**. São Paulo: Cultor de livros, 2018.

MARITAIN, Jacques. **Princípios de uma política humanista**. Tradução de Nelson de Melo e Sousa. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Religião, Decolonialidade e o Princípio Pluralista**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 23, n.1, jan./jun. 2020a, p. 21-40.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **O debate sobre o princípio pluralista: Um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações**. Cadernos de Teologia Pública – IHU, ano. XVII. v. 17, n. 145, 2020b.

SENRA, Ricardo. **Quais são as grandes guerras em curso no mundo e por que algumas chamam menos atenção?** BBC News Brasil em Londres. Edição de 13 de novembro de 2023. Acesso em. 20.dez.2023. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c192m733912o#:~:text=Junto%C3%A0%20guerra%20entre%20Israel,%2C%20I%C3%AAmen%2C%20Mianmar%2C%20Nig%C3%A9ria%20e>

Capítulo 11

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR, UMA
POSSIBILIDADE REAL NAS PRÁTICAS DO ENSINO
RELIGIOSO**

*Maria da Conceição Barros Costa Lima
Rosalia Soares de Sousa
Wellcherline Miranda Lima*





EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR, UMA POSSIBILIDADE REAL NAS PRÁTICAS DO ENSINO RELIGIOSO

Maria da Conceição Barros Costa Lima

Professora da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Especialista em Ensino de Ciências (UNICAP). Email conceicaopoderdemaria@gmail.com

Rosalia Soares de Sousa

Professora da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Mestre em Ciências da Religião (UNICAP). Email. rosageoceano@hotmail.com

Wellcherline Miranda Lima

Doutora em Ciências da Religião (UNICAP). Email. wellcherline@gmail.com

RESUMO

A educação patrimonial escolar é uma importante ferramenta para a preservação do patrimônio cultural de um povo, estado ou nação. A preservação do patrimônio histórico e cultural está intrinsecamente ligado ao trabalho realizado no ambiente escolar. A escola tem a responsabilidade de formar cidadãos responsáveis, pensantes e capazes de se reconhecer como parte pertencente da cultura e da história de onde estão inseridos. Essa consciência faz com que o indivíduo encontre vínculos de identificação com sua realidade e assim orgulhe-se e proteja o seu patrimônio. O presente artigo científico tem a intenção de ratificar a importância da educação patrimonial escolar desmistificando o processo de aprendizagem dentro de um contexto onde escola, comunidade, estudantes e responsáveis e fortalecendo a sua existência por meio do Ensino Religioso. O Ensino Religioso é uma Área de Conhecimento que dialoga com as demais áreas de conhecimento e também é um componente curricular no Ensino Fundamental. O percurso metodológico foi por meio da revisão bibliográfica articulado com aporte teórico referente à escola, educação patrimonial e ao Ensino Religioso. Com isso, o presente artigo destaca como resultado a necessidade da preservação do patrimônio histórico e cultural de uma região, povo ou lugar, e ainda como podemos incluir a educação patrimonial no Ensino Religioso.

Palavras-chave: Escola. Educação Patrimonial. Ensino Religioso.

ABSTRACT

School heritage education is an important tool for preserving the cultural heritage of a people, state or nation. The preservation of historical and cultural heritage is intrinsically linked to the work carried out in the school environment. The school has the responsibility of forming responsible, thinking citizens capable of recognizing themselves as part of the culture and history of where they are located. This awareness makes the individual find links of identification with their reality and thus take pride in and protect their heritage. This scientific article intends to ratify the importance of school heritage education by demystifying the learning process within a context of school, community, students and guardians and strengthening its existence through Religious Education. Religious Education is an Area of Knowledge that dialogues with other areas of knowledge and is also a curricular component in Elementary Education. The methodological path was through a bibliographic review articulated with theoretical support regarding school, heritage education and Religious Education. As a result, this article highlights the need to preserve the historical and cultural heritage of a region, people or place, and also how we can include heritage education in Religious Education.

Keywords: School. Heritage Education. Religious Education.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de um povo é a sua riqueza. Se manifesta nas mais diversas formas: danças, artes, cultos religiosos e demais representações públicas de uma sociedade.

A grandeza do patrimônio cultural é que ele consegue remeter ao passado, mesmo se fazendo presente.

É através desse patrimônio que o indivíduo se forma. Constrói sua identidade e se comunica com o universo a sua volta. E também por isso, a importância da transmissão desse conhecimento, pois é essencial ao desenvolvimento do homem e da sociedade a sua volta.

Na transmissão do conhecimento está uma das principais funções da escola, e é impossível formar um indivíduo com pensamento crítico de sua realidade se não o inserimos na conscientização do seu patrimônio cultural.

Nesse sentido, o currículo escolar aponta para a possibilidade de tratarmos o patrimônio cultural de um determinado lugar com os estudantes. No caso deste artigo destacamos o patrimônio religioso do bairro da Várzea no contexto das aulas de Ensino Religioso.

Para tanto, no decorrer deste trabalho, abordaremos a questão do patrimônio cultura do bairro da Várzea, na Cidade do Recife do estado de Pernambuco e o currículo de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ESCOLAR, UMA POSSIBILIDADE REAL

Para Fonseca (2005, p.43) “(...) a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito”.

A escola tem papel primordial na Educação Patrimonial e essa é uma possibilidade real e essencial.

São diversas as ferramentas que podem ser utilizadas no contexto do ambiente escolar para que seja criado no estudante o sentimento de pertencimento àquele ambiente através da educação patrimonial.

Ao realizar atividades que proporcionem vivências dos estudantes com a cultura e a história do seu “lugar”, se gera neles a percepção de que integram uma sociedade e que suas ações interferem de forma definitiva na preservação no ambiente histórico e cultural, ou seja, que eles são responsáveis pela preservação do patrimônio.

A inserção da educação patrimonial através do Ensino Religioso é parte integrante desse artigo e através dele é possível realizar o desenvolvimento cognitivo do estudante no sentido de que a religião está ligada ao desenvolvimento do ser humano desde a sua primeira infância.

A religião influencia no modo como a pessoa ou a sociedade responde aos estímulos educacionais para a aprendizagem e podemos através dela produzir o ensino e o zelo ao patrimônio histórico e cultural.

3. OS ALICERCES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Escola, Educação e Patrimônio Cultural são os alicerces da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial deverá encontrar maneiras de estabelecer uma relação de amabilidade entre o estudante e o patrimônio cultural, utilizando inclusive para isso, atividades que remetam à sua memória e preservação de forma agradável e inspiradora.

Abaixo um resumo de cada um deles, conforme pesquisas e entendimento:

a) Escola

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (2004) tem a seguinte definição: A escola é um substantivo feminino definido em geral como um estabelecimento público ou privado onde se ministra, sistematicamente, ensino coletivo (FERREIRA, 2004).

Tão simples e tão complexa, a escola tem a função primordial de educar, formar e criar no ser humano uma consciência cultural, política e científica. Essa responsabilidade, não é só da escola, mas de todo o ambiente onde ela está inserida.

A escola tem papel determinante na formação de crianças e jovens, na perspectiva de inclusão das práticas sócio culturais, criando neles a responsabilidade pelo seu patrimônio histórico.

Além do conhecimento científico a escola exerce a função social de educar o ser humano para a boa convivência, o respeito e a igualdade, construindo uma sociedade digna, democrática e igualitária, formando pessoas capazes de desenvolver suas responsabilidades, inclusive, no respeito à história e à cultura do meio onde se vive.

b) Educação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996 em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL,1996)

Assim percebemos que o convívio social e os movimentos históricos e culturais de uma sociedade são parte determinante da educação.

Já a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 dispõe:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Estado, família e sociedade estão intimamente ligadas à educação, sendo papel da escola fazer a integração desses pilares na construção do conhecimento e na formação de cidadãos críticos e participativos.

c) Patrimônio Cultural

Segundo a Constituição Federal, no seu Artigo 216, entende-se como Patrimônio Cultural Brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A identidade de um povo traduz-se no seu patrimônio cultural. Objeto de compartilhamento entre gerações, o patrimônio cultural de um povo funciona como sua identidade, diz respeito ao seu passado, presente e futuro e, deve sem a menor dúvida, ser trabalhado no ambiente escolar para aprofundamento do sentimento de apropriação da criança e do jovem pelo que historicamente lhe pertence.

d) Educação Patrimonial

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entende-se por Educação Patrimonial:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2014, p.02)

A Educação Patrimonial deve contribuir de forma clara e dinâmica para o processo de democratização do acesso à informação.

É um tema muito propício à interdisciplinaridade, pois pode ser trabalhado das mais diversas formas no ambiente escolar, inclusive envolvendo participantes que na maioria dos casos nem sequer ponderariam fazer parte de um estudo escolar.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto

ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologia e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.32).

É o momento de envolver sociedade e estudantes, cultura e educação, história, religião e as mais diversas disciplinas com o objetivo de incentivar a coletividade na aprendizagem e o respeito ao outro e às suas convicções, sejam elas, científicas, civis ou religiosas.

Para Teixeira (2008,p. 45) “A Educação Patrimonial tem como base a ideia de que todo o processo educacional deve levar em consideração a coletividade na produção do conhecimento”.

Nesse viés será possível que o estudante absorva e construa um conhecimento mais amplo, internalizando a responsabilidade com o ambiente em que está inserido.

No que tange a dialética entre o Ensino Religioso e a Educação Patrimonial, sabe-se que a religião é um dos pontos que se sobressaem na cultura da população brasileira. O patrimônio cultural religioso brasileiro é amplamente rico e pode ser utilizado na metodologia educativa como uma intervenção pedagógica que permita o desenvolvimento cognitivo do estudante.

Nesse contexto, destacamos o “colorido da diversidade religiosa em Pernambuco” onde o “sagrado na vida das pessoas tem caráter individual e coletivo, sendo uma realidade presente no Censo 2010 [...]”, onde não podemos negar a pluralidade existente, como veremos no bairro da Várzea, mais adiante, (ECOS DO SILÊNCIO, 2018, p.283).

Nessa direção, ressaltamos a oportunidade de trabalhar a temática supracitada no ambiente escolar através dos temas transversal e integradores do currículo de Pernambuco.

4. TEMA TRANSVERSAL E INTEGRADORES E O ENSINO RELIGIOSO

Ao considerar a reflexão acima, importa ressaltar que o Estado de Pernambuco acredita em um modelo defendido por Passos (2007), ou seja, o modelo das Ciências da Religião, pois ele dá a “dignidade acadêmica e pedagógica necessária para sua existência como disciplina do ensino fundamental” (PASSOS, 2007, p. 20). Essa visão pedagógica

coloca o Ensino Religioso no lugar dos demais componentes curriculares e, portanto, não deve ser confundido com a Educação Religiosa. Segundo Junqueira o Ensino Religioso é:

Parte integrante da formação básica do cidadão; um conhecimento que subsidia o educando para a vida; uma aprendizagem processual, progressiva e permanente; uma disciplina que orienta para a sensibilidade ao mistério na alteridade; uma disciplina que tem uma avaliação como processo que permeia os objetivos, conteúdos e práticas didáticas (2008, p. 135).

Os temas transversais e integradores estão presentes no currículo de Pernambuco. Eles estão relacionados aos diferentes componentes curriculares e contemplam dimensões política, histórica, cultural, social, dentre outras e contribuem para a formação integral dos estudantes, segundo PERNAMBUCO (2018, p. 23). São temas que fazem parte do cotidiano dos estudantes como a questão da diversidade cultural, direitos humanos, direitos da criança e adolescente, educação ambiental, educação para o trânsito, por exemplo.

Nesse sentido, e considerando o objetivo do currículo de Pernambuco, ou seja, “nortear as propostas pedagógicas das escolas e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula” entendemos que o Ensino Religioso pode contribuir com aspectos abordados no currículo que interagem com os temas transversais e integradores como por exemplo, a questão do patrimônio cultural com a diversidade cultural religiosa.

Um dos temas transversais e integradores do currículo é a diversidade cultural:

Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Este tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder, aos processos de colonização e dominação.

Este currículo propõe ações e práticas educativas que contemplem essa temática na sala de aula e em toda comunidade escolar para que se promova o combate ao preconceito e à discriminação. É importante, no contexto escolar, possibilitar a compreensão de que a sociedade humana, sobretudo a brasileira, é composta por vários elementos que formam a diversidade cultural e a identidade de cada povo e de cada comunidade. A partir dessa perspectiva, devem ser desenvolvidas atitudes de respeito às diferenças, considerando que a completude humana é construída na interação entre as diferentes identidades. (PERNAMBUCO, 2018, p. 26).

Nesse sentido, através da diversidade cultural é possível o professor de Ensino Religioso juntamente com seus estudantes fazer um levantamento do patrimônio

cultural religioso no bairro da Várzea e a partir disso trazer uma abordagem para a sala de aula com possibilidades de realizar visita de campo nesses espaços.

5. O BAIRRO DA VÁRZEA NA SUA DIVERSIDADE CULTURA RELIGIOSA

A Várzea é um bairro da cidade do Recife, capital de Pernambuco, um dos maiores em extensão territorial com mais de 2.200 hectares (BRASIL, 2023). Qualquer pessoa que chegue nesse bairro percebe o quanto ele é arborizado e com diversas tradições religiosas presentes como Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Centro Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife, onde funciona uma casa de repouso para idosos, a Ordem Salesiana, representada pelo Instituto Santa Maria Mazarello, a Companhia de Caridade, o Instituto Padre Venâncio, Igreja Adventista do Sétimo Dia, CELEC – Centro Espírita Luz, Esperança e Caridade (CELEC, 2023).

Na obra, *Ecos do Silêncio: O saber e o fazer pesquisa*, mais especificamente no artigo: *Liberdade Religiosa(re) conhecer e valorizar o eu, o outro e o mundo*, as autoras esclarece que “a tradição cultural religiosa do estado de Pernambuco pode ser vista durante o ano todo *in loco* em seu território, do sertão ao litoral, de janeiro a dezembro” (LIMA; SOUSA; LIMA, 2018, p. 284) e o bairro da Várzea é um exemplo de espaço com diversidade cultural religiosa que pode e deve ser explorado no ambiente escolar, não apenas pelo professor de Ensino Religioso mas pelos professores dos demais componentes curriculares.

Dentro dessa perspectiva, a educação patrimonial tem sua grande contribuição no ambiente escolar.

6. CONSIDERAÇÃO FINAIS

É evidente a importância da Educação Patrimonial Escolar. Através desse eixo se pode garantir a transmissão do conhecimento através de gerações, assim como, a responsabilidade com a preservação do patrimônio, a formação da consciência cultural e de uma identidade individual e coletiva ligada àquele ambiente.

A escola é o caminho principal para essa formação. É interessante que sejam aproveitadas as vivências da comunidade e muitas vezes os ambientes existentes fora da sala de aula para a realização dessas atividades educativas.

Assim o estudante tem a oportunidade de assimilar melhor os conteúdos, e se reconhecer como protagonista de sua história.

Mas é também importante destacar que esse não é um papel só da escola. Ela funciona como articuladora entre corpo discente, sociedade e instituições públicas e privadas.

A educação Patrimonial deverá ser vista como um investimento para que sejam formados indivíduos que exerçam sua cidadania de forma consciente.

A interdisciplinaridade desse tema, remete ao seu uso no aspecto do ensino religioso, onde cultura, religião e patrimônio são mutuamente objetos e ferramentas na construção do saber e da responsabilidade social de cada cidadão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. **O bairro da Várzea**. 2023. Disponível no site: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/busca-az/v/varzea-bairro-recife>.

CELEC. Centro Espírita Luz. **Esperança e Caridade**. 2023 Disponível no site: <https://web.facebook.com/celec.recife/?rdc=1&rdm=1>. Acesso em 25.ago.2023.

ENCONTRA RECIFE. **Várzea** Disponível no site: <https://www.encontrarecife.com.br/sobre/bairro-varzea-recife/> Acesso em 15.ago. 2023

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005.

FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

JUNQUEIRA, Sergio. **História, legislação e fundamentos do ensino religioso**. Curitiba: IBPEX, 2008.

LIMA, Maria da Conceição Barros Costa; SOUSA, Rosalia Soares de; Lima, / Wellcherline Miranda. Liberdade Religiosa: (re)conhecer e valorizar o eu, o outro e o mundo. In: NETA. Francisca Maria, PEIXOTO. José Adelson Lopes (Organizadores). **Ecos do Silêncio**: o saber e o fazer da pesquisa. Recife: Libertas, 2018.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco do Ensino Fundamental**. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2018.

TEIXEIRA, Simonne (org.). **Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial**. Campo dos Goytacazes: Eduenf, 2008.



AUTORES



Adenilton Moises da Silva

Doutor em Ciências da Religião, na UNICAP; Ms. em Ciências da Religião I, na UNiCAP; Licenciatura em Filosofia, no INSAF, Bacharel em Teologia, no ITEC.

Daniel Marques Rodrigues dos Santos

Possui Ensino Médio (2º Grau) pela EEEFM DONA HELENA GUILHON (2019). Atualmente graduando em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Deise Regina Badotti Bastos

Bacharel em Teologia. Mestre em Teologia pelo PPGT - PUCPR. E-mail: deiserbbastos@gmail.com

Denilson Marques dos Santos

Atualmente cursa mestrado em Ciências da Religião (PPGCR-UEPA) na linha de pesquisa Linguagens da Religião, também desenvolve pesquisa nas temáticas voltadas à ética da produção e recepção de imagens seja no campo das artes (visuais, literárias, musicais, etc.), seja no campo midiático através do imaginário e/ou da hermenêutica do sagrado. Graduado em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA-2009). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Estudos de Religião (Matriz Africana e Indígena) e Filosofia, Antropologia, Sociologia e Psicologia (da Religião).

Denise Marques dos Santos

Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Pan Amazônica (2010) e Pós-Graduação (MBA) em Gestão em Recursos Humanos pelo Instituto Carreira. Graduanda em Direito pela Faculdade Cosmopolita (Polo Belém/PA) / [2019 - 2023]. Atualmente é Coordenadora do Registro Mercantil - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ (JUCEPA). Tem experiência na área de Administração de Empresas, com ênfase em Contabilidade.

Eduardo Sales de Lima

Doutor e Mestre em Teologia (EST), Doutorando em Ciências da Religião (FUV), Especialista em Ciência da Religião (FAJE), em Ontologia e Epistemologia (FACUMINAS). Graduado em Teologia, Filosofia, Sociologia e Ciências da Religião. Líder do grupo de

Pesquisa LUTER (FTSA), Lider do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Religião e Religiosidades (Unicesumar). Professor na UniCV e Unicesumar. pf.eduardo.sales@hotmail.com

Elias Wolff

Doutor em Teologia, professor titular da PUCPR, docente do Programa de Pós-Graduação PUCPR. – Email: elias.wolff@pucpr.br

Guilherme Augusto Carvalho

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá. Professor na graduação em Ciências da Religião e Filosofia. Contato: guilhermehaw@gmail.com

Helison Lázaro de Souza

Acadêmico; Graduação em História (2021); Especialização em Ciências da Religião - Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2023); Mestrado em História - Universidade de Passo Fundo - UPF (2024).

José Carlos Moraes

Mestre em Teologia pela PUC PR. Professor na graduação em Ciências da Religião, no Centro Universitário Internacional Uninter. Contato: moraes.tesoureiro4398@hotmail.com

José Célio dos Santos

Bacharel e licenciatura em Filosofia e Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); Graduação e mestrado em Teologia pelo Boston College (USA); Doutorando em Teologia sistemática pela FAJE (Belo Horizonte); pesquisador FAPEMIG. Sacerdote da Companhia de Jesus - Jesuítas.

Luciano José Dias

Doutorando em Teologia pela PUC-SP, Mestre em Teologia pela mesma instituição. Pós-graduado em práticas pedagógicas de ensino religioso e cultura judaico-cristã pelo Centro cristão de estudos judaicos em parceria com a Faculdade Assunção. Bacharel em Teologia pela Faculdade Metodista de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa TIAT e

bolsista CAPES. E-mail: lucianojdias@gmail.com ORCID: 0000-0001-8077-4636. ID Lattes: 421103195927.

Maria Cecilia Fagundes da Costa

Graduada em Serviço Social pela Universidade Anhanguera - Uniderp (junho - 2017). Estagiou no Centro de Internação do Adolescente Masculino no Bairro do Sideral em Belém do Pará (CIAM-Sideral) através da Instituição Concedente à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Adquiriu com o estágio supervisionado experiência no trato com adolescentes em conflito com a lei, com ênfase na aplicabilidade das Medidas Protetivas Socioeducativas.

Maria da Conceição Barros Costa Lima

Especialista em Ensino de Ciências (UNICAP).

Moacir Ferreira Filho

Doutor e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) com programa intercalar (doutorado sanduíche) com a Universidade Católica Portuguesa (UCP - Lisboa) financiado pelo Programa PDSE/CAPES). Bacharel em filosofia pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e licenciado pela FAMOSP. Graduando em Direito pela Faculdade de Suzano (UNISUZ) e pós-graduando em Processo Civil pela UNIFAVENI. Professor da UNIFAVENI - Guarulhos, Faculdade Paulo VI e Escola Técnica Natasha Franco Vieira. Coordenador Adjunto do curso de Direito da Unifaveni Guarulhos e Presidente da CPA da Faculdade Paulo VI.

Rodrigo Favero Celeste

Graduado em Filosofia, Bacharel em Teologia e Mestre em Teologia Sistemático-Pastoral.

Rosalia Soares de Sousa

Mestra em Ciências da Religião (UNICAP).

Wellcherline Miranda Lima

Doutora em Ciências da Religião (UNICAP).



Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492080-3



9 786554 920803